

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2020

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS



APROVADO

Pelo Conselho Intermunicipal em reunião de 12 / 05 / 2021

Pela Assembleia Intermunicipal, em reunião de 30 / 06 / 2021



ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

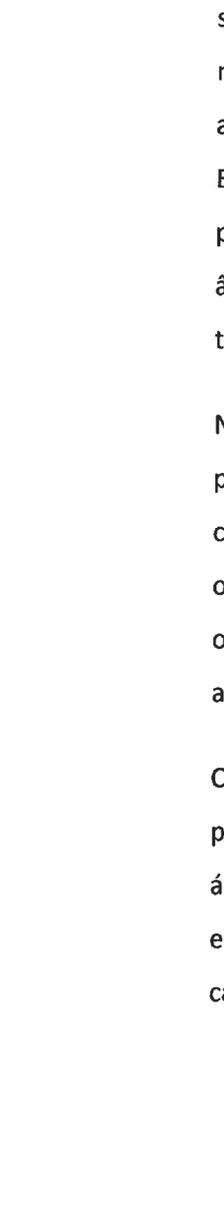
Introdução	3
Actividade da CIM-TTM	4
Análise da Execução Orçamental	
Análise da Situação Económica e Financeira	60
Demonstrações orçamentais	63

CONTAS

Balanço	64
Demonstração de Resultados de Natureza	65
Demonstrações de Fluxos de Caixa	67

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caracterização da Entidade	
Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados	69
Demonstrações Orçamentais	80
Anexo às Demonstrações Orçamentais	87
Certificação Legal das Contas	103



RELATÓRIO DE GESTÃO

1 – INTRODUÇÃO

O presente relatório de Gestão e Contas visa dar a conhecer as principais atividades desenvolvidas no ano de 2020 pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, adiante designada por CIM-TTM, bem como a forma como os recursos disponíveis foram aplicados, em alinhamento com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para o período 2014-2020.

A CIM das Terras de Trás-os-Montes foi criada em 2013 (Lei nº 75/2013 de 12 de setembro), por cisão da CIM de Trás-os-Montes, pelo que o ano de 2020 representa o sétimo ano completo de atividade.

Após a assinatura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), em 5 de agosto de 2015, a atividade da CIM-TTM centrou-se na gestão das verbas afetas ao território, sem nunca descurar outras candidaturas e outras reivindicações para um território mais coeso, mais próximo e mais próspero. Para tal, foi necessário trabalhar em rede com os principais atores públicos, privados e associativos das Terras de Trás-os-Montes, na construção da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE, na montagem técnica, financeira e institucional dos projetos do PDCT e na estruturação de parcerias e projetos de cooperação territorial, no âmbito do INTERREG VA e SUDOE, bem como na qualificação e internacionalização do território.

No tocante à afirmação do território e aumento da sua notoriedade, bem como no planeamento e aplicação contínua de uma estratégia de diferenciação desta região, com a criação e desenvolvimento da marca territorial “Terras de Trás-os-Montes”, que tem como objetivo afirmar-se de forma positiva na gestão territorial e no desenvolvimento local, criando oportunidades de geração de valor para todos os agentes que estão apostados no aproveitamento dos recursos endógenos regionais.

O ano 2020 ficou marcado pela Pandemia COVID 19 mas também pelo avanço de diversos projetos e terminus de outros que tinham iniciado nos anos 2017/18/19 e que abrangem as áreas da educação, transportes, proteção civil, incentivos ao emprego e ao empreendedorismo, turismo e desenvolvimento económico. Mais adiante será desenvolvida cada atividade de forma mais pormenorizada.

A
g
Importa referir que, com o esforço de todos, a CIM-TTM registou um resultado líquido positivo.

2 – CONSELHO INTERMUNICIPAL

O Conselho Intermunicipal realizou 11 reuniões ordinárias e 5 reuniões extraordinárias ao longo do ano 2020.

3 – ACTIVIDADE DA CIM-TTM

Durante o ano 2020, a CIM-TTM deu continuidade às atividades que tem vindo a desenvolver, e iniciou outras de carácter relevante. De seguida daremos informação dos diversos projetos/atividades, por área de atuação, de modo a facilitar a leitura do documento.

Assim, ao longo do ano 2020, a CIM-TTM afirmou-se enquanto organismo intermédio na gestão das candidaturas e avançou na execução das operações em que é promotora.

Foram analisadas diversas candidaturas e pedidos de pagamento, bem como reprogramações solicitadas pelos diferentes promotores.

No âmbito das verbas contratualizadas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes (PDCT TTM) a evolução da execução das candidaturas ao longo do ano de 2020, ao nível das diferentes prioridades de investimento (PI) foi a que a seguir se descreve:

No ano de 2020, foi efetuada uma reprogramação do PO Norte tendo sido reforçado o PDCT-TTM em 11.257.794,92€ perfazendo a dotação total do PDCT de 61.940.279,14€. As verbas do reforço foram distribuídas pelas prioridades de Investimento 8.8, 9.4, 9.7 e 10,5.

CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No decorrer dos últimos anos tem-se intensificado a discussão sobre o papel da administração pública e sua proximidade ao cidadão. Estamos numa época em que se promove a desburocratização dos serviços prestados pelas administrações à sociedade com a descentralização do atendimento, através de meios informáticos, daí que se tornou comum ouvir falar em "modernização administrativa na administração pública". A expectativa é que a implementação destes mecanismos permitirá melhorar a eficiência das instituições públicas e aproximá-las dos cidadãos e das empresas.

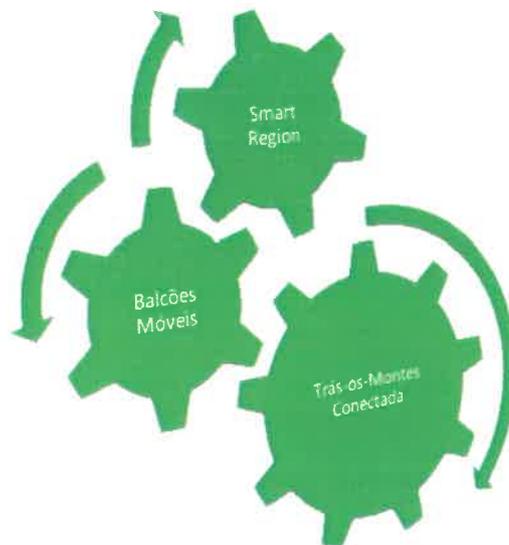
Consciente deste desafio e de forma completamente alinhada com os objetivos dos fundos comunitários para esta temática, a CIM-TTM continua a desenvolver alguns projetos que visam

aumentar o acesso aos serviços públicos digitais, promover e melhorar a eficiência interna das administrações/organismos públicos.

Neste sentido, as verbas contratualizadas no PDCT-TTM para esta temática assentam no desenvolvimento de três projetos na PI 2.3:

- 2.3 a) | “Trás-os-Montes Conectada” - Plataforma única de atendimento aos cidadãos
- 2.3 b) | SmartRegion Trás-os-Montes
- 2.3 c) | Balcão Móvel

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás- os-Montes



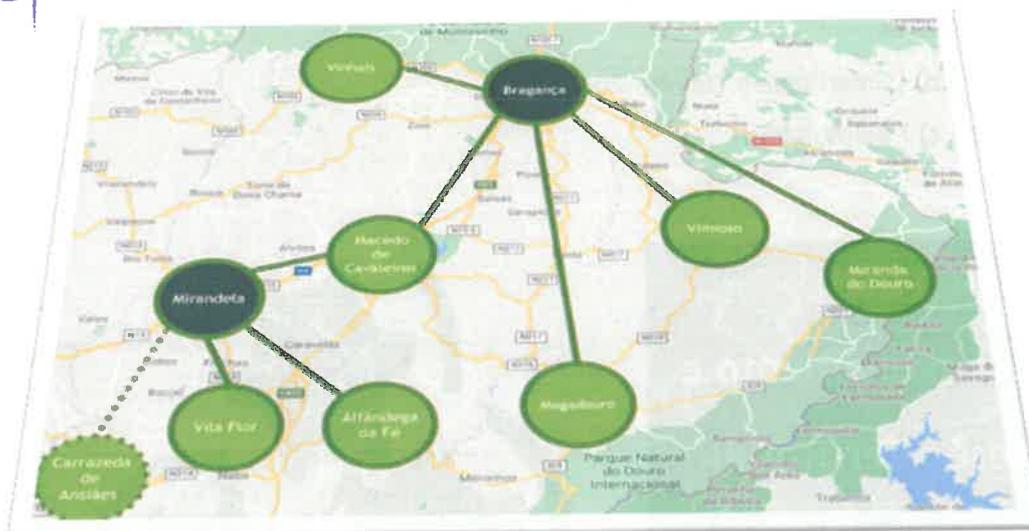
Destes três projetos, ainda não foi iniciado o “2.3 b) Smart Region Trás-os-Montes”, que deverá iniciar-se em junho de 2021, pois apesar da submissão da candidatura ao aviso específico ter sido aprovado só no decorrer de março de 2020.

Quanto aos restantes, “Trás-os-Montes Conectada” e “Balcão Móvel”, de seguida apresenta-se a descrição mais detalhada e o ponto de situação da sua execução ao longo do ano 2020.

TRÁS-OS-MONTES CONECTADA

A operação “Trás-os-Montes Conectada” consiste na implementação de uma estrutura tecnológica que permitirá aos Municípios o acesso a uma tecnologia emergente de forma a otimizar e centralizar os recursos e aumentar a capacidade de processamento e segurança da informação (Ação 1 - Estrutura Tecnológica de Apoio à CIM-TTM), que se traduz na disponibilização de uma plataforma única que servirá os cidadãos (Ação 2 - Serviços Multicanal

ao Cidadão) da área territorial da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), que contempla os nove Municípios: Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, totalizando a área de 5.543,61 Km² e uma população correspondente a 117.527 habitantes (Censos 2011).



Rede CIM-TTM entre Municípios

“Trás-os-Montes Conectada” é uma operação enquadrável no Concurso para apresentação de Candidaturas “Promoção das TIC na administração e serviços públicos” - Aviso N.º NORTE-50-2016-12. Tendo em consideração as condições previstas no Aviso, este projeto alinha-se na Prioridade de Investimento PI 2.3 – O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha – e, nesta sequência, no Objetivo Específico OE 9.3.1 – Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s).

A operacionalização das ações previstas na operação “Trás-os-Montes Conectada” permitirá cumprir os objetivos preconizados em duas medidas previstas no PDCT-TTM, designadamente a plataforma única de atendimento aos cidadãos e consequente implementação de uma plataforma smart.

Pretende-se, estrategicamente, fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial, objetivando especificamente promover a eficiência das administrações e organismos público, assim como o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza



DataCenter Partilhado AMTQT / CIM-TTM

local e regional, melhorando a eficiência interna da administração pública através de TIC's.

Neste enquadramento, a implementação da operação "Trás-os-Montes Conectada" permitirá alcançar os seguintes resultados:

- Aumentar o número de acessos e a utilização dos serviços públicos digitais;
- Aumentar a oferta e a procura de serviços coletivos em rede na região;
- Melhorar os processos organizacionais;
- Reduzir os custos de contexto;
- Melhorar a eficiência dos serviços da Administração Pública;
- Qualificar a prestação do serviço público.

Esta operação desenvolve-se nas seguintes ações:

Ação 1 - Perspetiva-se a criação de uma base sólida para a prestação digital de serviços públicos de forma integrada e totalmente desmaterializada, com recurso à identificação eletrónica a partir de qualquer local do território, garantindo, com assento nesta base, um serviço ao cidadão multicanal, que é o que se preconiza na ação 2. Neste contexto, por forma a facilitar e organizar o processo de operacionalização, esta divide-se nas seguintes subações, verificando-se o ponto de situação (PdS) em cada uma delas:

Subação 1.1: Cloud TTM (Cloud privada das Terras de Trás-os-Montes)

PdS: Foi aberto o procedimento concursal em setembro de 2019 e adjudicado o fornecimento em março de 2020, tendo sido iniciada a configuração de todo o sistema no final de 2020, continuando em 2021;

Subação 1.2: Disponibilização de rede wi-fi nos municípios

PdS: Foi investido parte do valor total da ação para reforço da estrutura base existente no que concerne aos controladores de equipamento ativo e passivo. O restante valor não foi aplicado visto que os municípios aderiram ao programa do Turismo Porto e Norte que previa a aquisição de equipamentos similares, tendo o valor sobranete sido reprogramado;

Subação 1.3: Solução MPLS para o backbone da RCBL

PdS: Foi implementado em 2019 o reforço da estrutura tecnológica base da rede da CIM-TTM;

Subação 1.4: Solução VDI para os Municípios

PdS: Foi aberto o procedimento concursal em setembro de 2019 e adjudicado o fornecimento em março de 2020, tendo sido iniciada a configuração de todo o sistema no final de 2020, continuando em 2021;

Subação 1.5: Segurança: Aquisição de Firewall

PdS: Foi implementado em 2018 o reforço da estrutura tecnológica base da rede da CIM-TTM;

Subação 1.6: Implementação do Regulamento (EU) 2016/679

PdS: Foi iniciada em 2018 a sua implementação. Faltam um conjunto de ações de formação em cada município para integrar as necessidades do RGPD com a realidade municipal;

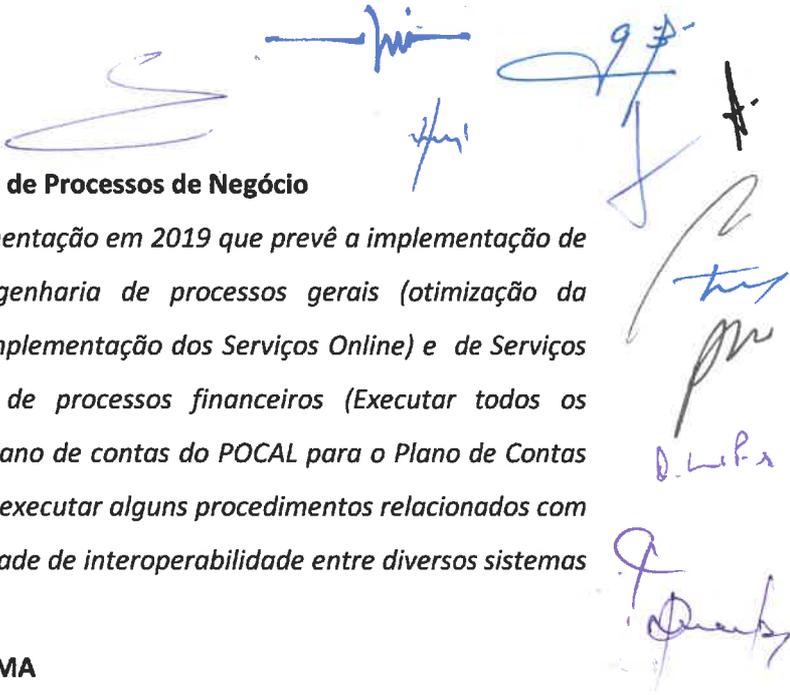
Subação 1.7: Modernização no Planeamento e Gestão do Território

PdS: Foi implementado em 2017 com a aquisição de um hexacóptero e uma estação de processamento no sentido de colmatar a necessidade de levantamentos topográficos, atualização da carta de uso e ocupação de solo, atualização da CRIF (Cartografia de Risco de Incêndio Florestal), etc.;

Ação 2 - Decorrente da consolidação da ação 1, surge a base para implementar a ação 2, cujo objetivo é a disponibilização de serviços e a aproximação dos cidadãos e das empresas aos serviços municipais, de forma célere, intuitiva, segura e eficaz. As atividades a desenvolver no contexto desta ação dividem-se nas seguintes subações:

Subação 2.1 - Faturação Eletrónica

PdS: Foi iniciada a sua implementação em 2018, tendo sido concretizada a sua instalação tecnológica em 2019 e agendada formação para os colaboradores municipais em maio / junho de 2020. Na maioria dos Municípios já se encontra em pleno funcionamento, estando a ser negociada a emissão da faturação por parte dos Municípios;



Subação 2.2 - Implementação de Processos de Negócio

PdS: Foi iniciada a sua implementação em 2019 que prevê a implementação de serviços de automatização e reengenharia de processos gerais (otimização da utilização dos recursos com vista à implementação dos Serviços Online) e de Serviços de automatização e reengenharia de processos financeiros (Executar todos os procedimentos de equivalências do plano de contas do POCAL para o Plano de Contas Multidimensional de SNC-AP); Faltam executar alguns procedimentos relacionados com os serviços online, devido à complexidade de interoperabilidade entre diversos sistemas existentes nos municípios.

Subação 2.3 – Aplicações SIGMA

PdS: Foi adjudicada a sua implementação em final de 2019, prevendo-se a sua implementação total no final de junho de 2020. Continuam a ser optimizadas em 2021 as aplicações de PES e SNC;

Subação 2.4 – Aplicação de mobilidade do cidadão

PdS: Foi adjudicada a sua implementação em final de 2019, prevendo-se a sua implementação total no final de junho de 2020 através da publicação total nas AppStores IOS e Android. Existem municípios com algumas dificuldades administrativas nas criações de contas Apple Store, que contamos que fiquem sanadas durante 2021;

Subação 2.5 – Plataformas de Ação Participativa

PdS: Foi implementado em 2019 a Plataforma de Gestão de Ocorrências, em 2018 as Plataformas de Orçamento Participativo e em 2017 a Plataforma PetCare para os CRO Municipais;

Em outubro e novembro de 2019, a Candidatura *Trás-os-Montes Conectada* foi alvo de uma auditoria de execução por parte da ADC, tendo sido deliberadas pequenas correções de âmbito administrativo e de publicidade da operação, tendo sido validado todo o procedimento.

Ainda em 2019, foi solicitada uma reprogramação física e financeira de toda a operação da *Trás-os-Montes Conectada*, tendo sido aceite em fevereiro de 2020. Nessa reprogramação encontram-se vigentes as seguintes implementações futuras que terão que ser realizadas até final de novembro de 2020:

- Subação 1.4: Solução VDI para os Municípios



Prevê-se o reforço desta infraestrutura por forma a reforçar o número de equipamentos fixos e portáteis para cada Município. A intervenção foi colocada a concurso em junho de 2020, tendo sido iniciada a configuração de todo o sistema no final do ano, continuando em 2021;

Subação 1.5: Segurança: Aquisição de Firewall

PdS: Foi reforçada a verba existente para update da estrutura tecnológica de segurança base da rede da CIM-TTM; A intervenção foi colocada a concurso em junho de 2020, tendo sido iniciada a configuração de todo o sistema no final de 2020, continuando em 2021;

Subação 1.8: Implementação de normas do Centro Nacional de Cibersegurança

Prevê-se a aplicação de políticas enquadradas no âmbito do Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança, dotando os Municípios da CIMTTM dos instrumentos mais essenciais que lhe permitirão fazer face às ameaças e perigos do Mundo Digital e com definição de fases de aplicabilidade de segurança. A intervenção foi colocada a concurso em julho de 2020, tendo sido iniciada a configuração de todo o sistema no final de 2020, continuando em 2021;

Subação 2.5 – Plataformas de Ação Participativa

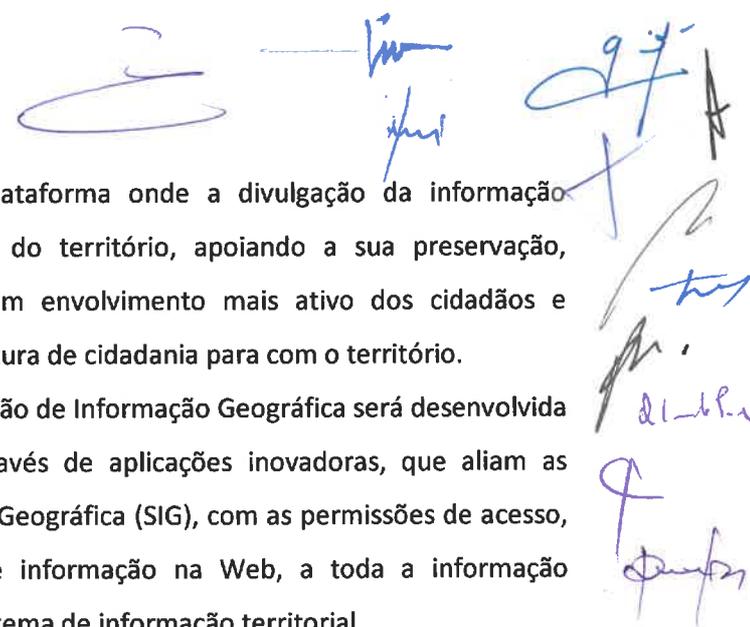
PdS: Foi reforçada a verba existente para albergar uma estrutura informática para gestão e monitorização de todas as reuniões municipais. A intervenção foi colocada a concurso em julho de 2020;

Foi ainda adjudicado em 2020 um Sistema Integrado de Gestão Municipal e Autárquico para dotar a instituição CIM-TTM de um sistema de gestão centralizado para toda a documentação no âmbito de diversas áreas.

No final de 2020 e ainda no decorrer do ano de 2021 houve ainda possibilidade de submeter novos pedidos de reprogramação da candidatura, fruto do aproveitamento de saldos transitados da Prioridade de Investimento 2.3 do PDCT, tendo resultado as seguintes novas / alterações ações a concretizar:

Ação 1.7 – Modernização no Planeamento e Gestão do Território

Reforço da verba inicialmente alocada através de uma sub-ação 1.7.3 - “Plataforma de Gestão e Disponibilização de Informação Geográfica” - no valor de 45.558,88€ (decorrente do saldo final sobranante de todas as outras ações).



Assim, pretende-se adjudicar uma plataforma onde a divulgação da informação geográfica garanta um maior conhecimento do território, apoiando a sua preservação, valorização e desenvolvimento, suscitando um envolvimento mais ativo dos cidadãos e proporcionando o surgimento de uma nova cultura de cidadania para com o território.

A Plataforma de Gestão e Disponibilização de Informação Geográfica será desenvolvida tendo como principal objetivo o acesso, através de aplicações inovadoras, que aliam as potencialidades de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), com as permissões de acesso, transferência, visualização e manipulação de informação na Web, a toda a informação geográfica existente, funcionando como um sistema de informação territorial.

Por forma a maximizar e rentabilizar a infraestruturas de dados espaciais (IDE) recentemente criada urge a necessidade de migrar todos os serviços baseados na base de dados da referida infraestrutura. Atualmente o sistema encontra-se dividido em duas bases de dados distintas provocando redundância de dados, sendo desaconselhado em sistemas de informação geográfica, sendo o objetivo centralizar toda a informação.

Esta migração permite ainda integrar o parecer do GTF municipais nos pareceres urbanísticos cumprido assim a recente alteração ao DL nº124/2006 de 28 de junho de 21/01/2019 que obriga à emissão de parecer do técnico do responsável do GTF municipal.

Ação 1.8 – Implementação das normas do CNCS

No seguimento das orientações do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) que definiu um modelo de capacitação em cibersegurança, visando a melhoria de processos, pessoas e tecnologias nas organizações nacionais, e no caso da infraestrutura da CIM-TTM, a complexidade e o crescimento exponencial relacionado com o número de aplicações existentes, máquinas virtuais, Cloud, terminais e equipamentos de rede ativos e passivos, permite antecipar um aumento da exposição externa de ataques cibernéticos.

Desta forma, e seguindo as orientações do CNCS – através da sua implementação - a segurança que se pretende para os sistemas críticos é essencial e requer-se visibilidade transversal e de contexto sobre os sistemas e sobre todos os dispositivos em tempo real, existindo a necessidade de observar, catalogar e corrigir proactivamente possíveis incidentes de intrusão e/ou de comprometimento de segurança, sejam eles externos ou que tenham origens dentro da rede interna, protegendo os sistemas de ataques direcionados a terminais, servidores ou equipamentos de rede. Neste contexto, surgiu a necessidade de adquirir um “Sistema de Análise de Segurança e Rede” que permita identificar e corrigir comprometimentos de segurança na rede da CIM-TTM, através de correlações cruzadas com

bases de dados mundiais especializadas e que utilize sistemas de inteligência artificial a fim de identificar, investigar, priorizar, escalar e sanar possíveis ataques, mesmo antes de ocorrerem.

Ação 2.5.4 – Redefinição do propósito da ação e renomeação para “Plataforma Multicanal de Atendimento Municipal”, com a mesma verba e componentes associadas.

Esta alteração prende-se pelo facto da necessária adaptação e priorização de investimentos no decorrer da implementação das ações inicialmente previstas e para que fosse possível reforçar os principais objetivos e resultados da operação no que concerne ao aumento de acessos e utilização de serviços públicos digitais.

Desta forma e considerando que a modernização do atendimento municipal é um fator fundamental de sucesso para alcançar uma relação excelente com os munícipes, nos tempos de pandemia que se vivem é vital dotar os municípios de ferramentas que aumentem a agilidade do atendimento, criando canais inovadores de proximidade e humanização, e simultaneamente garantir total segurança e confiança quer dos cidadãos quer dos funcionários.

É premente por isso criar uma Plataforma Multicanal de Atendimento Municipal que agregue mecanismos automáticos e/ou manuais de atendimento, tais como:

- atendimento por chat ou vídeo no site os munícipes;
- receção de formulários submetidos de forma anónima ou autenticada;
- receção de ocorrências submetidos de forma anónima ou autenticada;
- disponibilização de agendamento e reagendamento online.

Ação 1.7 – Modernização no Planeamento e Gestão do Território

Reforço da verba inicialmente alocada através de uma sub-ação 1.7.3 - “Plataforma de Gestão Territorial”

Assim, pretende-se adjudicar um equipamento orientado à captura de imagens tridimensionais envolventes do território, edifícios e orografia do terreno com mapeamento vetorial por forma a “alimentar” a Plataforma de Gestão e Disponibilização de Informação Geográfica já existente e maximizar e rentabilizar a infraestrutura de dados espaciais (IDE) recentemente criada de modo a gerar dados autónomas e independentes de soluções comerciais.

Ação 2.5.1.1 – Update aos Módulos de Gestão de Ocorrências

Criação de nova ação que permita efetuar uma atualização do serviço online dos módulos de gestão de reportes de Ocorrências no sentido de otimizar a atual Plataforma de “Registo, Comunicação, Gestão e Tratamento de Dados de Ocorrências” para reporte de ocorrências interligadas com os portais institucionais dos municípios integrantes da CIM-TTM.

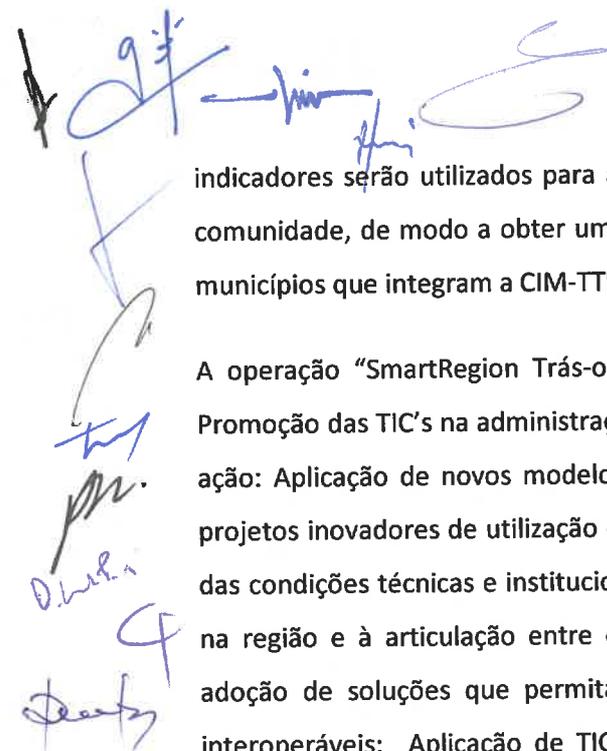
Ação 2.5.6 – Solução de Colaboração de Comunicação

A atual crise pandémica COVID-19, obrigou a uma alteração na forma de comunicar entre cada um dos agentes responsáveis pela gestão municipal. A necessidade de comunicar de forma digital, através de softwares e plataformas distintas, criou a necessidade de agregar e uniformizar a forma de comunicação entre os diversos municípios, CIMTTM e munícipes. Assim, pretende-se adjudicar um conjunto de equipamentos que sirvam os municípios integrantes da CIMTTM por forma a uniformizar a forma de comunicação entre eles e o exterior, criando salas de comunicação digitais com sistemas de áudio e vídeo individuais para o efeito.

SMARTREGION TRÁS-OS-MONTES

“SmartRegion Trás-os-Montes” é uma operação que integra o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes (PDCT-TTM), enquadrável no Concurso para apresentação de Candidaturas “Promoção das TIC na administração e serviços públicos” - Aviso N.º NORTE-50-2019-57. Tendo em consideração as condições previstas no Aviso, este projeto alinha-se na Prioridade de Investimento PI 2.3 – O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha – e, nesta sequência, no Objetivo Específico OE 9.3.1 – Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s).

A Operação "SmartRegion Trás-os-Montes" consiste na implementação de uma estrutura tecnológica e respetiva parte integrante de uma nova série de normas internacionais em desenvolvimento para uma abordagem holística e integrada ao desenvolvimento sustentável e à resiliência, no que concerne a um conjunto de indicadores da Norma NP ISO 37120 (Economia, Educação, Energia, Ambiente, Finanças, Resposta a Incêndios e a Emergências, Governança, Saúde, Recreio, Segurança, Alojamento, Resíduos, Telecomunicações e Inovação, Transportes, Planeamento Urbano, Águas Residuais, Água e Saneamento) que fornece uma abordagem uniforme ao que é medido e à forma como essa medição é realizada. Estes



indicadores serão utilizados para acompanhar e monitorizar o progresso do desempenho da comunidade, de modo a obter um desenvolvimento sustentável caracterizado sobre todos os municípios que integram a CIM-TTM.

A operação “SmartRegion Trás-os-Montes” enquadra-se na Tipologia de intervenção 50 – Promoção das TIC’s na administração e serviços públicos, abrangando as seguintes tipologias de ação: Aplicação de novos modelos de prestação de serviços coletivos na região, através de projetos inovadores de utilização das TIC na resposta a desafios sociais emergentes; Criação das condições técnicas e institucionais necessárias ao desenvolvimento do governo eletrónico na região e à articulação entre entidades em matéria de redes e serviços TIC, através da adoção de soluções que permitam construir serviços públicos digitais abertos, flexíveis e interoperáveis; Aplicação de TIC como instrumento de mudança para melhorar processos organizacionais, reduzir custos administrativos e minorar a pegada de carbono de entidades públicas da região, através da adoção de soluções que promovam uma maior eficiência interna dos serviços públicos.

A operacionalização das ações previstas na operação “SmartRegion Trás-os-Montes” permitirá cumprir os objetivos preconizados previstos no PDCT-TTM, designadamente a implementação de uma plataforma *Smart* por forma a medir o desempenho dos serviços urbanos e mensurar a sua qualidade de vida ao longo do tempo, acompanhando e monitorizando o progresso do desempenho da *EcoRegião* e apoiando a tomada de decisão dos principais atores da região, moldando a atual utilização e eficiência dos recursos de modo a planear melhor o amanhã.

Pretende-se, estrategicamente, fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial, objetivando especificamente promover a eficiência das administrações e organismos públicos, assim como o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional, melhorando a eficiência interna da administração pública através de TIC’s.

Em abril de 2020 foi submetida a candidatura (NORTE-09-0550-FEDER-000218) ao aviso específico, tendo sido aprovada em março de 2021, para que possam ser executadas as ações previstas dentro do calendário definido, entre junho de 2021 e maio de 2023.

Foi ainda aberto procedimento público para adjudicação dos serviços de análise e catalogação dos dados pretendidos.

Pretende-se ainda congrega esforços com submissão de outras candidaturas em vigor relacionadas com a execução dos Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações

Climáticas da região por forma a adquirir mais equipamentos de sensorização complementar para monitorização da região.

BALCÕES MÓVEIS

A operação “Balcões Móveis” consiste na implementação de um inovador serviço itinerante de atendimento descentralizado da Administração Pública, designado por Balcão Móvel, que servirá os cidadãos da área territorial da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM).

O projeto “Balcões Móveis” tem por objetivo aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de TIC.

Os “Balcões Móveis” envolveram a aquisição e adaptação de 9 veículos automóveis 100% elétricos a utilizar como serviços itinerantes para a promoção de uma administração em rede e implicará o desenvolvimento e integração de equipamentos tecnológicos interativos de suporte ao novo modelo de atendimento e integração destes sistemas e infraestruturas tecnológicas com os existentes nas diferentes áreas e níveis de administração, que resultará em maior eficácia na interação da Administração Pública com os cidadãos.

Por conseguinte, a implementação da presente operação levará a um aumento do número de acessos aos serviços públicos digitais e o aumento da oferta de serviços.

A implementação da operação visa aumentar a proximidade dos serviços da Administração pública com os cidadãos e qualificar a prestação do serviço público através da disponibilização na CIM-TTM de 9 unidades móveis de serviços públicos da Administração com as características do Balcão do Cidadão, integrando serviços de proximidade aos cidadãos deste território.

Esta operação foi executada em colaboração com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), através da colaboração necessária a que os “Balcões Móveis” permitam disponibilizar serviços da Administração Central. Considera-se a AMA um importante parceiro visto ser detentora de competências no domínio da administração eletrónica, designadamente na gestão dos Portais do Cidadão e da Empresa e no desenvolvimento de projetos infraestruturais como o Cartão de Cidadão ou a plataforma de interoperabilidade, necessárias a uma correta execução das atividades previstas.

Os "Balcões Móveis" constituem um modelo descentralizado de prestação de serviços, onde os utentes, especialmente as populações das zonas rurais e afastadas dos centros urbanos, podem aceder de forma cómoda e prática a serviços públicos eletrónicos diversificados do Município e da Administração Central.

Este inovador serviço facilitará igualmente o acesso de cidadãos com mobilidade reduzida aos serviços públicos, permitindo um atendimento acessível, integrado, de cariz territorial para pessoas com deficiência ou incapacidade.

Em dezembro de 2018 foram entregues as nove viaturas. Durante o mês de janeiro de 2019 realizaram-se ações de formação promovidas pela AMA para formar os funcionários/operadores que vão atuar nos balcões móveis nas aplicações que são da sua competência.



Em outubro de 2019 foram redistribuídos novos equipamentos informáticos por parte da AMA, por forma a colmatar algumas debilidades existentes, estando agora devidamente equipados com possibilidade de prestação de 240 serviços de 18 entidades da administração central e municipal.

O projeto já se encontra em funcionamento desde o último trimestre de 2019, sendo que alguns municípios iniciaram os trabalhos em março de 2020, tendo sido prestado apoio pontual na resolução de problemas relacionados com interligação de equipamentos, defeitos estruturais pontuais e foi reforçada a verba associada ao pagamento das comunicações integrantes com a AMA, tendo sido corrigido o contrato em vigor.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Na vertente Economia de Baixo Teor de Carbono, importa promover uma região ambientalmente autossustentada e aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas a partir das medidas:

4.3 a) | Eficiência energética nas infraestruturas públicas

Os principais resultados são melhorar e aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas, reduzir as emissões de CO2 e os desperdícios de energia, promover o território enquanto eco região e a adoção de tecnologia/ fonte de energia mais sustentável e eficiente. Adicionalmente, devido à utilização de tecnologias de informação, prevê-se a melhoria das capacidades de planeamento, monitorização e comunicação face à eficiência energética.

Em termos de proteção do ambiente, para garantir a valorização dos resíduos e promover a região como ambientalmente autossustentada, importa operacionalizar a medida 6.1 a) - Eco+Valor. Com esta medida prevê-se o aumento da separação de resíduos e reciclagem, e a redução da quantidade de resíduos depositados em aterros.

No âmbito da prioridade de investimento 4.3 - a) Eficiência energética nas infraestruturas públicas, durante o ano de 2020 foram aprovadas 7 candidaturas com um valor FEDER de 2 067 560,68 €, tendo sido analisadas reprogramações na maioria das operações

Eficiência Energética em Infraestruturas públicas PI 4.3

Municípios	Designação Investimento	Investimento Total Elegível (€)	Fundo (€)	Estado	Código
Bragança	(IP) III	350 864,37 €	333 321,15 €	Aprovada	NORTE-03-1203-FEDER-000419
Mirandela	Fase II (IP)	274 757,40 €	261 019,53 €	Aprovada	NORTE-03-1203-FEDER-000350
Mogadouro	Jardim de Infância	201 742,58 €	171 481,19 €	Aprovada	NORTE-03-1203-FEDER-000101
	(IP) II	146 252,37 €	138 939,75 €	Aprovada	NORTE-03-1203-FEDER-000355
Vila Flor	Fase II (IP)	146 193,92 €	138 884,22 €	Aprovada	NORTE-03-1203-FEDER-000342
Vimioso	(IP)	931 305,09 €	884 739,84 €	Aprovada	NORTE-03-1203-FEDER-000010
Vinhais	Paços do Concelho	146 500,00 €	139 175,00 €	Aprovada	NORTE-03-1203-FEDER-000345
TOTAL		2 197 615,73 €	2 067 560,68 €		

EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

A conjugação das Prioridades de Investimento 8.3 d) e 8.8 b) | Sistema de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo (SIE) do Pacto, pretendem afirmar-se como um incentivo à criação do próprio emprego e de novos postos de trabalho.

O SIE é um instrumento destinado a apoiar pequenos investimentos empresariais de âmbito local para a "criação, modernização e expansão de micro e pequenas empresas", desde que o investimento fosse superior a 100.000 Euros e inferior a 235.000 Euros. Este Aviso destinava-se a qualquer entidade que exercesse uma atividade económica, com exceção das previstas no artigo 5.º da Portaria 105/2017, de 10 de março.

No âmbito desta prioridade de investimento foi aberto o Aviso para apresentação de candidaturas n.º NORTE-M7-2017-13 em junho de 2017, compreendendo duas fases com a seguinte dotação:

	FSE (P.I. 8.3)	FEDER (P.I. 8.8)
Fase 1: até 15.09.2017	5.200.000 Euros	3.478.623,22 Euros
Fase 2: até 28.02.2018		

Os dados e informação sobre a 1ª fase do aviso mencionado foram enunciados no Relatório do ano passado.

Aqui vamos apenas incidir na 2ª fase do aviso que teve por data limite de apresentação de candidaturas o dia 28/02/2018, tendo ocorrido a sua aprovação definitiva no segundo trimestre de 2019. A 2ª fase do Aviso tinha uma dotação FEDER de 1.865.102,41€ tendo sido submetidas 119 candidaturas, 72 FEDER e 47 FSE, com um investimento solicitado de 13.0006.419,90€ e 970.221,18€ respetivamente. Foram aprovadas 17 candidaturas FEDER e FSE com um investimento elegível de 3.309.194,23€ e 239.536,38€ respetivamente. A estes projetos corresponde a criação de 44 postos de trabalho.

As candidaturas apresentadas ultrapassaram em muito as verbas FEDER disponíveis no Aviso. Por outro lado registou-se um montante de verbas FSE que não foram comprometidas.

Tendo em conta a disponibilidade de verbas nesta PI e dado tratar-se de uma área importante para o desenvolvimento económico e social da região em 2021 procedeu-se à abertura de novo Aviso com as verbas alocadas ao PDCTTM, designado Ajuda à Produção Nacional (PAPN).

Na vertente de Inclusão Social e Pobreza é pretendido rentabilizar os recursos existentes e aumentar a cooperação entre parceiros para projetos conjuntos e inovadores, melhorar o acesso e a gestão dos serviços e das respostas sociais, e promover o desenvolvimento de competências nos grupos vulneráveis, reduzir a exclusão social e o desemprego a partir das medidas:

- 9.1 a) | Contratos de Emprego Inserção
- 9.1 d) | Bolsa Especializada de Voluntariado
- 9.4 b) | Idade Mais - Projecto Envelhecimento + Activo
- 9.7 a) | Intervenções em equipamentos sociais

Os principais resultados esperados são reforçar as competências pessoais, sociais e profissionais visando a integração ativa e a empregabilidade de desempregados e outros grupos vulneráveis, reduzir a exclusão social, promover o envelhecimento ativo, reforçar as parcerias existentes, melhorar a oferta e procura de serviços sociais e aumentar o acompanhamento de pessoas que necessitam de cuidados de saúde.

Em termos de promoção da sustentabilidade económica e social, com vista ao repovoamento do território, importa garantir a proteção das crianças, o fomento do ensino sustentável, a equidade no acesso e qualidade à educação (reduzindo assimetrias intraregionais) e melhoria do sucesso educativo. Os principais resultados são suprir as fragilidades do sistema educativo e assegurar o acesso e a igualdade de oportunidades.

CONTRATOS DE EMPREGO INSERÇÃO

Esta medida tem como beneficiário o Instituto do Emprego e Formação Profissional e contempla o apoio financeiro às pessoas que se encontram desempregadas e beneficiárias de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego (CEI e CEI+).

Com uma dotação significativa de cerca de 11 milhões de euros, com a realização do último Aviso toda a verba está comprometida tendo permitido apoiar um número significativo de pessoas que, neste período, beneficiaram de programas de emprego e inserção de inúmeras instituições que visaram a realização de trabalhos socialmente necessários.

CULTURA PARA TODOS

As verbas previstas nas PI's 9.1 d) | Bolsa Especializada de Voluntariado e 9.4 b) | Idade Mais - Projecto Envelhecimento + Activo foram transferidas para a PI 9.1 c) | Cultura para Todos com um montante de 1 786 487,12 euros tendo a CIM-TTM apresentado uma candidatura bem como todos os municípios. Devido aos condicionalismos impostos pela Pandemia da COVID 19, nomeadamente à realização de eventos com aglomerados de pessoas foi solicitado pelo Governo que as candidaturas da cultura para todos fossem desistidas e as verbas transferidas para outras PI'S.

Neste exercício foram aprovadas as seguintes candidaturas.

PI	Designação do Investimento	Designação do Promotor	Investimento Total Elegível	Fundo
9.1	Cultura para todos nas Terras de Trás-os-Montes	CIM-TTM	56 747,24	48 235,15
9.1	Cultura para todos em Bragança	Município de Bragança	368 436,69	313 171,19
9.1	Cultura para todos em Mogadouro	Município de Mogadouro	222 785,45	189 367,63
9.1	Cultura para todos em Vimioso	Município de Vimioso	146 071,59	124 160,85
9.1	Cultura para todos em Vinhais	Município de Vinhais	225 727,91	191 868,72

EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Neste eixo, concretamente na prioridade de investimento 9.7 - a) Intervenções em Equipamentos Sociais, no âmbito do Aviso NORTE-42-2018-18, foram aprovadas e reforçadas no ano de 2020 as candidaturas constantes do mapa abaixo.

Designação do Promotor	Código	Investimento Total Elegível	Fundo	Concelho	Nova/Reforço
Leque - Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais	NORTE-07-4842-FEDER-000582	420 770,35 €	357 654,80 €	Alfândega da Fé	Nova
FUNDAÇÃO BETÂNIA - CENTRO APOSTÓLICO DE ACOLHIMENTO E FORMAÇÃO	NORTE-07-4842-FEDER-000217	293 461,47 €	249 442,25 €	Bragança	Reforço
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SANTA COMBA DE ROSSAS	NORTE-07-4842-FEDER-000099	111 058,82 €	94 400,00 €	Bragança	Reforço

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO ROQUE	NORTE-07-4842-FEDER-000100	51 764,71 €	44 000,00 €	Bragança	Reforço
CENTRO SOCIAL DE SÃO PEDRO DE SERRACENOS	NORTE-07-4842-FEDER-000141	47 058,82 €	40 000,00 €	Bragança	Reforço
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SRA. DA PONTE	NORTE-07-4842-FEDER-000098	78 588,24 €	66 800,00 €	Bragança	Reforço
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE IZEDA	NORTE-07-4842-FEDER-000101	107 411,76 €	91 300,00 €	Bragança	Reforço
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DOS SANTOS MÁRTIRES	NORTE-07-4842-FEDER-000047	123 411,76 €	104 900,00 €	Bragança	Reforço
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE BAÇAL	NORTE-07-4842-FEDER-000097	58 823,53 €	50 000,00 €	Bragança	Reforço
Cáritas Diocesana de Bragança-Miranda	NORTE-07-4842-FEDER-000566	194 117,65 €	165 000,00 €	Bragança	Nova
Centro Social e Paroquial S.Lourenço-Quintela de Lampaças	NORTE-07-4842-FEDER-000563	260 470,59 €	221 400,00 €	Bragança	Nova/Reforço
Santa Casa da Misericórdia de Bragança	NORTE-07-4842-FEDER-000568	168 176,47 €	142 950,00 €	Bragança	Nova
Santa Casa da Misericórdia de Bragança	NORTE-07-4842-FEDER-000413	316 588,24 €	269 100,00 €	Bragança	Nova/Reforço
Centro Social e Paroquial de Parada	NORTE-07-4842-FEDER-000565	30 705,88 €	26 100,00 €	Bragança	Nova/Reforço
Obra Kolping da Diocese de Bragança-Miranda	NORTE-07-4842-FEDER-000531	100 237,29 €	85 201,70 €	Bragança	Nova/Reforço
centro Social Paroquial dos Santos Mártires-São Tiago	NORTE-07-4842-FEDER-000557	152 475,00 €	129 603,75 €	Bragança	Nova
Santa casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	NORTE-07-4842-FEDER-000539	590 894,02 €	502 259,92 €	Macedo de Cavaleiros	Nova/Reforço
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE TALHAS	NORTE-07-4842-FEDER-000341	1 199 047,06 €	1 019 190,00 €	Macedo de Cavaleiros	Nova
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MIRANDA DO DOURO	NORTE-07-4842-FEDER-000578	694 791,21 €	590 572,56 €	Miranda do Douro	Nova
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MOGADOURO	NORTE-07-4842-FEDER-000537	127 160,85 €	108 086,72 €	Mogadouro	Nova
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MOGADOURO	NORTE-07-4842-FEDER-000515	287 853,00 €	244 675,00 €	Mogadouro	Nova
CENTRO SOCIAL CULTURAL RECREATIVO DE TRAVANCA	NORTE-07-4842-FEDER-000309	40 542,34 €	34 460,99 €	Mogadouro	Nova
Município de Vila Flor	NORTE-07-4842-FEDER-000570	38 235,29 €	32 500,00 €	Vila Flor	Nova
Centro Social e Paroquial Nossa senhora das Dores-Argozelo	NORTE-07-4842-FEDER-000393	615 888,82 €	523 505,50 €	Vimioso	Reforço
Centro Social e Paroquial Santa Eulália-Pinelo	NORTE-07-4842-FEDER-000564	105 882,35 €	90 000,00 €	Vimioso	Nova
Centro Social e Paroquial de S.Pedro-Avelanoso	NORTE-07-4842-FEDER-000591	88 235,29 €	75 000,00 €	Vimioso	Nova
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIMIOSO	NORTE-07-4842-FEDER-000221	499 583,75 €	424 646,19 €	Vimioso	Reforço

Santa Casa da Misericórdia de Vinhais	NORTE-07-4842-FEDER-000540	295 000,00 €	250 750,00 €	Vinhais	Nova
	Total	7 098 234,58 €	6 033 499,38 €		

Em resultado do reforço (14) e das candidaturas novas (18) verificado nesta PI, no ano de 2020, obtemos um montante FEDER de 6 033 499,38 euros.

EDUCAÇÃO

No que concerne à vertente educativa, a Educação terá de ser entendida como pilar fundamental para o desenvolvimento do nosso território. Neste contexto a CIM-TTM assumiu este desígnio, alinhando com estratégia europeia e nacional, por forma a atingir os objetivos propostos.

Tem-se feito esse trabalho de investimento e nos últimos anos a aposta é notória, embora os números ainda nos colocam aquém do pretendido no que respeita ao insucesso e abandono escolar.

A agravar esta situação no que diz respeito ao reforço das aprendizagens, fomos assolados pelas vicissitudes da Pandemia Covid 19 . Daí a necessidade de continuarmos os esforços nesta vertente, pois só assim contribuiremos para a valorização do interior e qualificação dos nossos alunos e de toda a comunidade educativa.

Tendo em linha de conta estes objetivos, a CIM-TTM continua a desenvolver os projetos aprovados, com o intuito de levar por diante estes desafios e contributos, visando assim combater o abandono e insucesso escolar; aumentar as habilitações literárias da população; otimizar a rede de oferta formativa profissional; requalificar/modernizar infraestruturas.

Na vertente educacional e formativa, o PDCT-TTM apresenta dois eixos de intervenção / ação :

- Medida 10.1 a): Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.
- Medida 10.5 a): Requalificação/modernização das infraestruturas educativas;

PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR

O PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR [PIICIE] assenta no trabalho colaborativo e em rede entre a CIM-Terras de Trás-os-Montes, os Municípios, os Agrupamentos Escolares e outros parceiros institucionais. Com a sua implementação reforçou-se esta rede colaborativa na convicção de que só com a cooperação e o empenho de todos, os objetivos serão alcançados, o sucesso escolar registará valores positivos, por forma a contribuir de forma decisiva para alterar os níveis de sucesso e desenvolvimento da nossa região.

O PIICIE expressa uma vontade estratégica da região em reforçar a atuação junto da comunidade educativa, alterando assim a realidade que caracteriza as terras de Trás-os-Montes ao nível do insucesso e do abandono escolar no território da CIM-TTM.

O objetivo é atingir valores abaixo dos 6% na taxa de retenção e desistência no ensino básico e alcançar os 15,2% no ensino Secundário. Este plano tem como meta mínima atingir cerca de 3 mil alunos, num universo de 11 mil que frequentam as escolas públicas da região.

Neste momento encontram-se em desenvolvimento 21 projetos, 6 de dimensão supramunicipal – transversais a todos os municípios - e 15 promovidos pelos municípios da CIM-TTM.

Os projetos supramunicipais, são geridos por um técnico com experiência no ensino e na gestão escolar, dando ainda apoio aos restantes projetos municipais, tendo ainda como missão implementá-los e acompanhá-los de forma articulada com todos os parceiros, envolvidos nesta responsabilidade coletiva.

Estes projetos são os seguintes:

a) CIÊNCIA ITINERANTE NAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES. Este projeto tem como objetivo promover uma nova abordagem metodológica no ensino-aprendizagem das ciências fundamentais e naturais, reforçando o seu ensino em práticas experimentais e em metodologias de ação/investigação e de projeto (métodos colaborativos) e apetrechar os laboratórios bem como o fornecimento de outros equipamentos de apoio ao projeto.

O encargo financeiro envolvido neste projeto é de 899.000 Euros.

Teve o seu início em dezembro de 2018, e as ações nele previstas têm decorrido de acordo com o caderno de encargos, encontram-se concluídas todas as contratações necessárias no âmbito das mesmas.

Handwritten notes on the left margin: "at", "tr", "mu", "duke", "f".

b) PROMOVER A LEITURA E A ESCRITA. Este projeto visa contribuir para um ensino mais eficaz da leitura, apostando-se na elaboração de um diagnóstico (com suporte metodológico e científico de referência, envolvendo instituições do ensino superior) dos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo da região, bem como assegurar a implementação de novas metodologias e de novos recursos (com suporte em novas tecnologias) e apetrechar as bibliotecas escolares as escolas com recursos adequados e pertinentes.

O valor aprovado para a execução do projeto é de 397.000 Euros.

O projeto iniciou-se em setembro de 2018. Neste momento, as suas 3 ações/medidas encontram-se em execução, por parte das entidades adjudicantes, têm dado cumprimento aos cadernos de encargos respetivos. Foi ainda realizado um trabalho digno de registo, as Provas CAM (Conhecer, Atuar e Mudar), com a envolvência da ESSE-IPB e da Lusoinfo. Foram realizadas todas as contratações previstas.

c) PLANO DE AÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO | FORMAÇÃO JOVEM. Este projeto tem como objetivo reestruturar a rede de ensino profissional, alargando o leque de ofertas formativas, assim como aumentar o número de alunos a escolher esta opção, sem penalizar as escolas e concelhos de origem do aluno e aplicar o conceito de "Turmas Partilhadas": o mesmo aluno recebe a formação geral na escola de origem e a componente vocacional na escola profissional da sua escolha.

A dimensão financeira do projeto é de 353 000 Euros.

Com início em setembro de 2018, esta operação, tem apenas uma ação/medida. Encontra-se a decorrer o "Estudo Base de Suporte ao Plano de Ação para a Valorização da Educação e Formação de Jovens", que sofreu algumas prorrogações devido a múltiplos fatores, nomeadamente a sua complexidade. Falta desenvolver as restantes atividades: a realização de um programa de intercâmbio com as escolas envolvidas em projetos semelhantes, a feira das profissões e os *workshops* com os empregadores bem como a implementação do projeto-piloto com base no conceito de "Turmas partilhadas". Este projeto devido à Pandemia Covid 19, sofreu alguns atrasos e algumas das atividades e ações previstas foram adiadas.

d) REDE DE RECURSOS TÉCNICOS E PEDAGÓGICOS PARA O SUCESSO ESCOLAR. Este projeto tem como objetivo dotar de capacidades/conhecimentos os técnicos das equipas multidisciplinares de modo a responderem eficazmente à multiplicidade de situações e fatores

associados quer à prevenção quer à remediação das dificuldades dos alunos/famílias sinalizadas pelos Agrupamentos, bem como facultar recursos e instrumentos de apoio aos técnicos das equipas multidisciplinares e aos Agrupamentos de modo a responder à multiplicidade desses fatores numa lógica de prevenção do risco e da partilha de dados para uma melhor atuação junto dos alunos e famílias em risco.

A dimensão financeira deste projeto é de 140.000 Euros.

A execução do projeto iniciou-se em dezembro de 2018 e decorre a ação/medida 1 com a capacitação dos técnicos das equipas multidisciplinares. Foi decidido apresentar-se uma nova ação/medida 2 "PISA nas Escolas nos Municípios" pelo Grupo Técnico de Acompanhamento em pedido de alteração apresentado em 2020.

e) PROMOÇÃO DE EMPREENDEDORISMO. Este projeto foi completamente concluído no ano de 2020.

O valor global previsto para o projeto era de 72.000 Euros.

f) DINAMIZAÇÃO DA REDE EDUCATIVA E QUALIFICAÇÃO DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES.

Este projeto tem como objetivo garantir o cumprimento da vertente "integradora" do Plano através da criação de um Grupo Técnico de Acompanhamento (com os parceiros de relevo envolvidos na concretização do PIICIE). Tem sido também objetivo deste projeto assegurar a continuidade das dinâmicas e conhecimentos induzidos pelo Plano no pós-operações pela capacitação das lideranças através de seminários e visitas de estudo das lideranças.

No que concerne a visitas de estudo e intercâmbios, tal não foi possível devido à COVID 19.

O projeto apresenta a dimensão financeira de 200.000 Euros.

Esta operação iniciou em 2018. Apresenta duas ações/medidas, ambas em execução, tendo-se efetuado já uma serie de reuniões do Grupo Técnico de Acompanhamento, ações de divulgação do PIICIE-TTM e a realização das ações de capacitação para lideranças intermédias. Foi realizado pedido de alteração temporal e financeiro devidamente aprovado.

g) ESTUDOS, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO. Este projeto tem como objetivo produzir conhecimento sobre a realidade educativa dos concelhos da CIM-TTM através de um estudo, bem como conhecer e intervir de forma mais sustentada e eficaz no decurso e no pós-operações (pela sua divulgação pública) e monitorizar e avaliar o Plano de modo a aferir o cumprimento das metas, a necessidade de reajustamentos e o balanço final do PIICIE.

A dimensão financeira deste projeto é de 395.645 Euros.

Este projeto iniciou-se em julho de 2019. Tem apenas uma ação/medida com 3 atividades, estando duas em execução: o *Estudo sobre as Crenças, Saberes e Práticas dos Professores*, em fase final e a Monitorização do PIICIE-TTM, ambas desenvolvidas pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança. Foram lançados os procedimentos concursais referentes à avaliação do PIICIE-TTM.

Não existem mais contratações no âmbito desta operação. Foi apresentado pedido de alteração temporal, físico e financeiro.

EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS ESCOLARES

A implementação da medida 10.5 a) | "Equipamentos e infraestruturas escolares" que visa a promoção do ensino sustentável e requalificação/modernização das infraestruturas educativas. Os resultados esperados são a melhoria do nível de qualidade e de cobertura da rede de infraestruturas de educação e ensino, das condições de ensino e aprendizagem, e a promoção do acesso e incremento do sucesso escolar.

Esta medida foi objeto de reforço financeiro no ano de 2020 no montante de 4.025.850,96 euros que permitiu aumentar o apoio às operações em execução nos diferentes municípios bem como o mapeamento de novos investimentos.

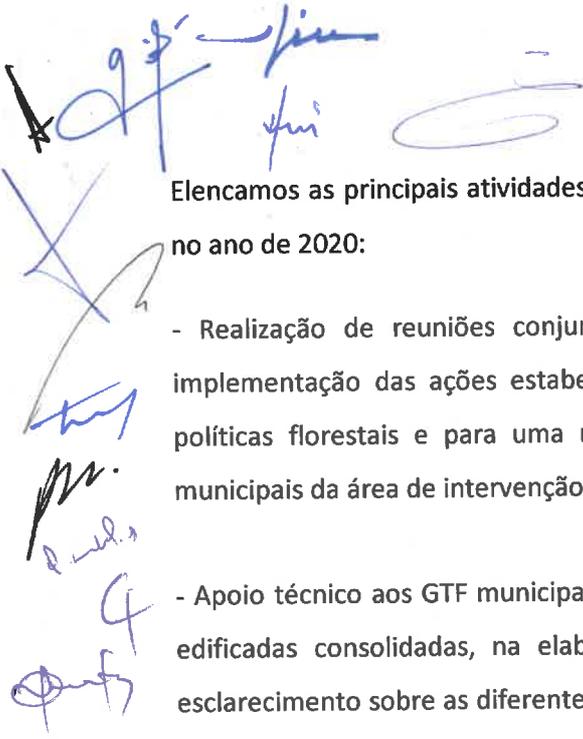
O montante total atribuído à PI 10.5 é de 19.543.350,96 euros.

No ano de 2020 e por diretiva do Governo foi possível apresentar candidatura para substituir as coberturas de amianto em todos os equipamentos escolares do território da CIM-TTM. Ainda foram submetidas e aprovadas as seguintes candidaturas, totalizando um montante FEDER de 347 702,88€.

OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO OPERAÇÃO	BENEFICIARIO	CANDIDATADO		
			CUSTO TOTAL	ELEGÍVEL	FEDER
NORTE-08-5673-FEDER-000216	Remoção da cobertura em Fibrocimento da Escola Básica de Miranda do Douro	Município de Miranda do Douro	103 877,88 €	103 877,88 €	103 877,88 €
NORTE-08-5673-FEDER-000235	Remodelação e requalificação da escola básica Luciano Cordeiro-Remoção de Fibrocimento nos Edifícios escolares	Município de Mirandela	143 100,00 €	126 500,00 €	126 500,00 €
NORTE-08-5673-FEDER-000294	Remoção de Fibrocimento - JI Santiago	Município de Bragança	53 977,32 €	36 250,00 €	36 250,00 €
NORTE-08-5673-FEDER-000295	Remoção de Fibrocimento - JI Estação	Município de Bragança	87 834,78 €	47 250,00 €	47 250,00 €
NORTE-08-5673-FEDER-000297	Remoção de Fibrocimento nos Edifícios Escolares - Jardim de Infância de Freixiel	Município de Vila Flor	13 054,96 €	12 375,00 €	12 375,00 €
NORTE-08-5673-FEDER-000298	Remoção de Fibrocimento nos Edifícios Escolares - Escola Básica de Seixo de Manhoses	Município de Vila Flor	12 574,42 €	11 000,00 €	11 000,00 €
NORTE-08-5673-FEDER-000363	Remoção de Fibrocimento nos Edifícios Escolares - Escola Básica de Vilas Boas	Município de Vila Flor	11 940,33 €	10 450,00 €	10 450,00 €
			426 359,69 €	347 702,88 €	347 702,88 €

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL INTERMUNICIPAL

O Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (GTFI-TTM), foi constituído ao abrigo de uma candidatura ao Fundo Florestal Permanente (FFP).


Elencamos as principais atividades desenvolvidas no âmbito da concessão de apoios pelo FFP no ano de 2020:

- Realização de reuniões conjuntas com os GTF municipais para acompanhamento da implementação das ações estabelecidas nos diversos diplomas legais e planos relativos a políticas florestais e para uma melhor articulação e funcionamento integrado dos GTF's municipais da área de intervenção da CIM-TTM;
- Apoio técnico aos GTF municipais, na instrução dos processos de construção fora das áreas edificadas consolidadas, na elaboração/atualização dos POM e PMDFCI, em pedidos de esclarecimento sobre as diferentes matérias de DFCI, na elaboração de candidaturas ao Fundo Florestal Permanente e na elaboração de pareceres;
- Reuniões com os Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais da Região Norte, para discussão e articulação dos assuntos definidos na carta de missão dos GTFI;
- Análise da Estratégia 2020-2030 e do Programa nacional de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) e envio de contributos;
- Foram estabelecidos procedimentos para a verificação da compatibilização da informação cartográfica dos PMDFCI e feita a recolha de toda a informação cartográfica dos diferentes PMDFCI e inserção na base de dados da CIM-TTM;
- Realização de reuniões com os GTF Municipais, GTF Intermunicipais e com a Diretora Regional das Florestas do ICNF Norte com vista à transposição dos PROF para os PDM com o objetivo de existir uma orientação única que permita homogeneidade na transposição do PROF para cada PDM;
- Levantamento das necessidades de formação em SIG com os GTF's do território da CIM e em função da informação recolhida foi planeada uma ação de formação que foi agendada para 2021 de QGIS inicial e QGIS avançado. Regularmente são verificadas oportunidades de formação que ocorrem na região em SIG, e dado conhecimento via email ou contacto telefónico aos técnicos. Surgiram ainda oportunidades de formação na modalidade de webinar, que se tem divulgado pelos GTF municipais;
- Elaboração da candidatura ao AVISO N.º NORTE- 14-2019-26 – Proteção Contra Risco de Incêndios – “Equipamentos destinados à Proteção de Aglomerados Populacionais”.

- Elaboração da candidatura e pedido de pagamento ao Anúncio de abertura de Procedimento Concursal n.º 2020-20222-02, Eixo II- Defesa da Floresta Contra Incêndios; Apoio ao Funcionamento dos Gabinetes Técnicos Florestais 2020/2022;

- Participação em todas as reuniões das CMFCI dos Municípios que compõem a CIM-TTM, com exceção das reuniões da CMDFCI do Município de Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros.

PROTEÇÃO CIVIL

No âmbito da proteção civil, a CIM-TTM tem em desenvolvimento dois projetos diretamente ligados ao apoio à gestão de risco.

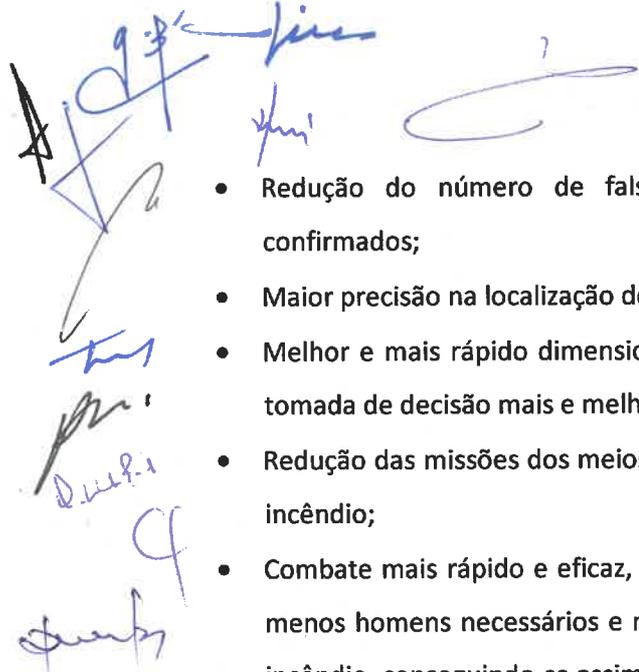
SISTEMA DE VIGILÂNCIA E APOIO À DECISÃO OPERACIONAL

Tendo em conta o risco elevado de incêndio, assim como o histórico de incêndios florestais e área ardida que esta região apresenta, a implementação de um sistema integrado de vigilância e apoio à decisão operacional, reveste-se de relevância estratégica, uma vez que permite um reforço da gestão no combate aos incêndios florestais, diminuindo as vulnerabilidades do território em causa, aumentando e gerindo as capacidades operacionais, ao permitir uma rápida coordenação e reação dos meios e agentes envolvidos no combate a incêndios florestais, diminuindo os recursos a utilizar.

Os locais escolhidos, para a instalação do sistema, foram locais estratégicos, que possuem uma maior bacia de visibilidade sobre as áreas a proteger, e são eles as Serras de Bornes, Nogueira e Castanheira. Na Serra de Bornes foi aproveitado o Posto de Vigia, pertencente à Rede Nacional de Postos de Vigia, sob a alçada da GNR, para a colocação da câmara de vídeo. Nas Serras de Nogueira e Castanheira foi feito o aproveitamento de antenas de rádio existentes, onde foram colocadas as respetivas câmaras.

As mais-valias da implementação desta solução, na vigilância e apoio à decisão operacional no âmbito dos fogos florestais, em termos operacionais, são as seguintes:

- Vigilância permanente, em tempo real, 24h por dia durante todo o ano;
- Menor intervenção humana no processo de despiste e monitorização, tendo por base o acesso remoto, centralizado e em tempo real às ocorrências;

- 
- Redução do número de falsos alertas e aumento da fiabilidade dos alertas confirmados;
 - Maior precisão na localização dos focos das ocorrências detetadas;
 - Melhor e mais rápido dimensionamento dos meios deslocados para o combate, pela tomada de decisão mais e melhor informada;
 - Redução das missões dos meios aéreos vãmente deslocados para o combate inicial do incêndio;
 - Combate mais rápido e eficaz, uma vez que o despiste e avaliação precoces implicam menos homens necessários e menor permanência dos meios de combate no local de incêndio, conseguindo-se assim menores áreas ardidas;

Tecnicamente o Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional, compõe-se essencialmente de estações de dois tipos: as Torres de Vigilância e Aquisição de Dados (TVAD), instaladas nos locais anteriormente referidos, um Centro de Gestão e Controlo (CGC), instalado no Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Bragança e outro instalado no Comando Territorial de Bragança da GNR.

As TVAD servem de suporte às câmaras de vídeo, orientáveis em azimute e elevação, a partir dos Centros de Gestão e Controlo. Os CGC's dispõem de monitores de vídeo onde as imagens das câmaras são apresentadas em simultâneo e em tempo real, com elevadas qualidade e taxa de atualização.

O sistema garante uma cobertura de 164.530ha, na área de intervenção da CIM-TTM e zonas limítrofes. A análise de cobertura tem em conta um alcance efetivo máximo das câmaras de 20Km e uma altura da coluna de fumo de 10 metros.

O Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional encontra-se em pleno funcionamento desde o mês de setembro de 2018.

A CIM-TTM manifestou já, junto do Ministério da Administração Interna, a necessidade de reforçar o sistema com pelo menos mais 3 câmaras de vigilância para melhorar o grau de cobertura.

AVALIAÇÃO DE RISCOS ASSOCIADOS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA

Esta operação visa a elaboração de um conjunto de estudos, análises e cartografia para identificar os locais particularmente vulneráveis aos impactos climáticos atuais e/ou futuros das alterações climáticas, denominados de *hotspots*, e onde a segurança de pessoas e bens

poderá estar condicionada. A sua identificação constitui uma ferramenta importante na definição de prioridades de intervenção e no planeamento estratégico das medidas de adaptação.

O trabalho foi executado em seis fases tendo iniciado com a identificação e contextualização dos riscos climáticos traduzindo-se no diagnóstico de referência que será o manancial de informação sobre o qual assentará a avaliação dos riscos climáticos. Após esta avaliação dos riscos a que a região se encontra exposta procedeu-se à identificação dos locais e elementos mais vulneráveis às alterações climáticas, os quais são denominados de *hotspots*. Com a materialização espacial dos *hotspots* encontram-se reunidas as condições para definir um programa de medidas de mitigação/adaptação às alterações climáticas a implementar na região da CIM-TTM. Este programa priorizará os locais e as medidas de acordo com a escala de risco.

PATRIMÓNIO NATURAL E TURISMO

PROVERE DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Uma política de desenvolvimento dos espaços de baixa densidade da Região do Norte tem de assumir como objetivo a ocupação sustentável dos territórios, para o que não bastará o incentivo às atividades agro-silvo-pastoris. De facto, os territórios de baixa densidade têm hoje múltiplos recursos económicos e sociais, visto que a sua sustentabilidade passa muito pela valorização económica desses recursos, com destaque para o turismo. Esta sustentabilidade depende sempre da capacidade de apropriação das externalidades positivas e dos bens públicos produzidos.

As estratégias de eficiência coletiva PROVERE são, instrumentos de política pública dirigidos especificamente para os espaços de baixa densidade, com o objetivo central de fomentar a sua competitividade através da dinamização de atividades de base económica (bens e serviços), inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos, com sustentabilidade e com a preocupação de geração de efeitos de irradiação noutras atividades (efeito motor), contribuindo para criar condições para os espaços de baixa densidade da Região do Norte são detentores de um importante património paisagístico, histórico, cultural ou natural que importa preservar, promover e valorizar. Só que o êxodo populacional destes territórios

9-1-19
9-1-19
9-1-19
9-1-19
9-1-19

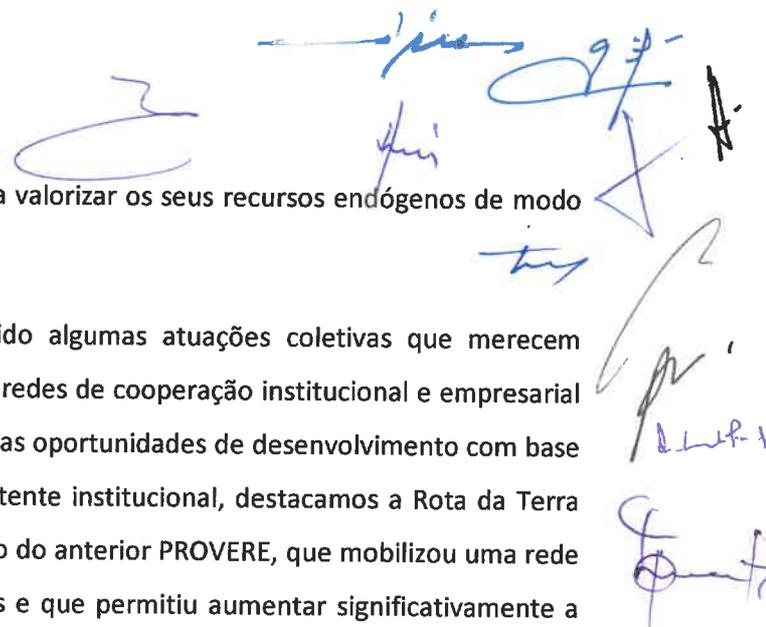
contribui para a erosão ou mesmo destruição do capital social necessário à mobilização produtiva desse património. Enfim, os recursos endógenos que esses territórios, apesar de todas as dificuldades, foram capazes de preservar ao longo do(s) tempo(s) dispõem hoje de um mercado significativo e, por esse facto, constituem o seu principal ativo em matéria de desenvolvimento. Será através da mobilização destes recursos que, cada vez mais, se tornará possível envolver as populações em atividades crescentemente mais qualificadas, o que evitará ou pelo menos atenuará os constantes fluxos migratórios que marcaram as gerações precedentes.

A preservação dos recursos e dos produtos endógenos gerará a oportunidade da sua valorização e rentabilização, em mercados que têm por eles uma apetência crescente, implicando uma maior ocupação das populações locais em atividades mais qualificadas e com níveis de rendimento acrescidos, o que evitará, por sua vez, o aprofundamento do processo de despovoamento. A fixação da população, por fim, não deixará de contribuir para a continuação deste processo de preservação dos recursos endógenos. Por esta via, pode-se construir um novo círculo virtuoso de desenvolvimento económico e social, fundamental para a consolidação da rede de pequenos centros urbanos do interior e dos territórios de mais baixa densidade.

A candidatura do PROVERE das Terras de Trás-os-Montes assenta na estratégia comum de valorização económica para um território em que todos os diagnósticos convergem em concordar que são exigentes os desafios que se colocam à sustentabilidade demográfica, social e económica do território.

Na área produtiva, constata-se a permanência de um tecido empresarial desagregado, diminuto, pouco competitivo e pouco empreendedor, embora com provas dadas de resiliência. Na esfera demográfica, verifica-se uma população decrescente e envelhecida, com baixos níveis de formação e cada vez mais exaurida, que obriga a um exercício ambicioso de fixação. A cooperação empresarial em torno da valorização de recursos endógenos, a melhoria de condições de contexto para fomentar o empreendedorismo e a criação de emprego e, finalmente, o combate ao “inverno” demográfico são os três grandes desafios em matéria de sustentabilidade para as Terras de Trás-os-Montes.

Assim, a estratégia de desenvolvimento para as Terras de Trás-os-Montes deve ter uma natureza efetivamente coletiva e transversal ao território, promovendo atuações conjuntas e



articulando as atuações individuais de modo a valorizar os seus recursos endógenos de modo integrado.

Nos últimos anos, o território tem conhecido algumas atuações coletivas que merecem atenção, pois são reveladoras que a criação e redes de cooperação institucional e empresarial pode de facto contribuir para a criação de novas oportunidades de desenvolvimento com base nos recursos endógenos do território. Na vertente institucional, destacamos a Rota da Terra Fria Transmontana, projeto apoiado no quadro do anterior PROVERE, que mobilizou uma rede muito significativa de agentes turísticos locais e que permitiu aumentar significativamente a atratividade turística do território da Terra Fria e já com tradução real nos indicadores turísticos, embora ainda seja muito cedo para tirar conclusões.

A parceria estratégica construída no contexto do Consórcio, consubstanciada na Comissão Executiva do modelo de governança do PROVERE, também ela é tributária de um processo de aprendizagem que deixa sinais positivos para a execução da EEC. Obviamente, a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, as associações de municípios, os grupos de ação local e as instituições do ensino superior e da ciência e investigação que estão emparceiradas neste PROVERE têm que dar ainda muitos passos para que estas lógicas colaborativas e estas metodologias organizativas em rede passem a fazer parte das suas *praxis*. No entanto, a região iniciou um caminho e serão os resultados dessa sua caminhada que mostrarão a bondade e oportunidade do caminho iniciado.

Neste sentido, a fixação do foco-temático deste projeto no turismo justifica-se pela capacidade do setor induzir fatores de inovação na economia local e tirar partido do valor intangível de um conjunto de recursos endógenos que, de outro modo, teriam mais dificuldades de valorização económica. Estão neste caso os recursos endógenos relacionados com a biodiversidade, os recursos naturais, as áreas protegidas, os ofícios tradicionais, cultura e a tradição, a singularidade dos lugares e das suas comunidades, todos eles recursos que também se situam dentro do perímetro dos bens públicos.

Por sua vez, o turismo acaba por potenciar outros focos temáticos, que assim assumem um papel complementar da EEC, nomeadamente: 1) os produtos locais e o agroalimentar; e 2) identidade, cultura e criação artística, setores de atividade que nos últimos anos viram nascer várias iniciativas de valorização de recursos endógenos por via da incorporação de novos fatores de inovação e marketing e de novos conceitos de negócio, como ferramentas para a modernização das atividades tradicionais.

9.3.15
Yuri

Neste sentido, as operações âncora propostas na EEC do PROVERE TTM não são tributárias de meros projetos turísticos. Elas são operações em que o turismo se desenvolve transversalmente ao território e cria sinergias e complementaridades com outros setores de atividade, sejam eles mais tradicionais ou mais inovadores. E o modo de garantir eficientemente essa transversalidade reside precisamente na capacidade de envolver e comprometer os agentes locais relevantes, turísticos e conexos, em lógicas de cooperação empresarial e institucional, que são o substrato das Rotas de temática turística que são candidatas neste PROVERE.

D. L. S. S.
4
Paulo

A pertinência justifica-se por todo o contexto económico e social existente no território marcado pelo crescente saldo migratório negativo, a saída dos jovens, o envelhecimento da população, a baixa qualificação dos recursos humanos, a reduzida capacidade empresarial, os baixos índices de inovação e desenvolvimento e a falta de tradição de cooperação estratégica entre os setores público e privado.

Mas existe também o reverso da moeda, pois esta região reúne também inúmeras potencialidades e competências. As TTM são detentoras de excelentes ativos paisagísticos, naturais, culturais, agrícolas e gastronómicos que a tornam singular e com enorme potencial de se afirmar no contexto nacional e até internacional, assim os agentes locais tenham engenho e sabedoria para os valorizar e rentabilizar.

No início de 2020 a Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE das Terras de Trás-os-Montes foi alvo de um processo de reprogramação que permitiu atualizar temporalmente e financeiramente alguns dos projetos âncora assim como permitiu a inserção de novos projetos âncora, situação que apenas foi possível porque a dotação FEDER passou de 4.137.746,79 € para 6.649.312,62€. Nesta reprogramação, ainda foi realizada a atualização ao contrato de consórcio de forma a melhorar a efetividade da governança, tornando-a mais próxima e mais ajustada à realidade dos consortes no próximo ciclo de execução PROVERE.

Em termos de balanço global, a Reprogramação motivou as seguintes alterações:

- 6 projetos-âncora sem qualquer alteração;
- alteração do cronograma temporal/financeiro em 8 projetos-âncora;
- 5 novos projetos-âncora com um investimento total e elegível de 997.284,84 euros e uma comparticipação FEDER de 814.352,12 euros;

- desistência de 26 projetos complementares;
- 14 novos projetos complementares.
- O Programa de Ação passa a ser constituído por 19 projetos-âncora, com um investimento total de 8.996.545,91 €, um investimento elegível de 8.980.518,91 € e uma comparticipação FEDER de 6.649.312,62 euros, e 193 projetos complementares, com um investimento de 87.168.805,11 euros;

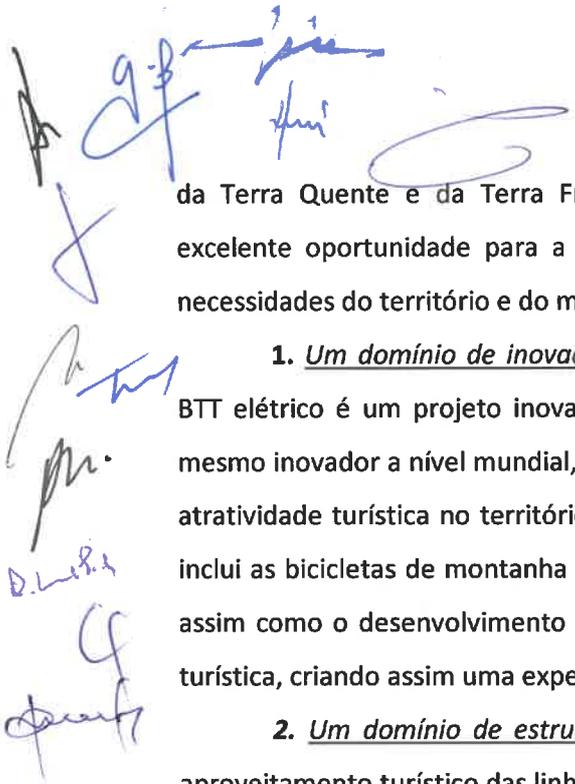
Entretanto, no final de 2020, concretamente em novembro, foi aprovado novo reforço para o PROVERE que ficou com uma dotação FEDER de 9.041.813,00€ que permitiu subir a taxa de comparticipação de alguns projetos que ainda não tinham atingido a taxa de 85% e ainda a inclusão de dois novos projetos na listagem da âncora.

Dos 21 projetos âncora, 5 são de natureza supramunicipal e 16 de natureza municipal.

PROJETO ÂNCORA SUPRAMUNICIPAIS	DOTAÇÃO
E-mob – Rede de Percursos das Terras de Trás-os-Montes	300.000,00 €
Rota da Terra Quente Transmontana e Municípios	2.713.615,10 €
Rota da Terra Fria Transmontana e Municípios	4.644.916,08 €
Comunicação e Marketing das Terras de Trás-os-Montes	1.176.470,59 €
Gestão e Dinamização do Consórcio EEC PROVERE TTM	206.887,34 €

E-MOB – REDE DE PERCURSOS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

O território das Terras de Trás-os-Montes apresenta características naturais, de ocupação humana e paisagísticas que proporcionam um quadro de enorme potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas ao ar livre. Mais a mais, existe um conjunto de linhas de caminho-de-ferro desativadas (os troços das linhas do Tua, a montante da cidade de Mirandela, e do Sabor, a montante do limite do concelho de Mogadouro) que constituem recursos endógenos que neste território estão claramente desaproveitados. Por outro lado, as atividades turísticas de ar livre, em contacto com a natureza e as comunidades locais, são um dos vetores mais dinâmicos do mercado turístico internacional e também uma tendência forte no mercado turístico nacional, sendo que as Terras de Trás-os-Montes reúnem vantagens competitivas que devem ser potenciadas neste contexto. Acresce que a EEC deste PROVERE identifica outra necessidade específica de intervenção, que é a interligação entre as duas Rotas



da Terra Quente e da Terra Fria, sendo um projeto de mobilidade turística suave uma excelente oportunidade para a suprir. Ora, a presente operação vem ao encontro destas necessidades do território e do mercado turístico, integrando dois domínios de atuação:

1. Um domínio de inovação territorial: A criação de uma oferta turística baseada no BTT elétrico é um projeto inovador em Portugal e, nos termos em que está pensado, será mesmo inovador a nível mundial, pelo que tem o potencial para constituir um fator de enorme atratividade turística no território, com impacto internacional. O ecossistema de BTT elétrico inclui as bicicletas de montanha elétricas e as respetivas estações de guarda e carregamento, assim como o desenvolvimento de dispositivos eletrónicos de apoio à navegação e visitação turística, criando assim uma experiência turística diferenciada e única no país;

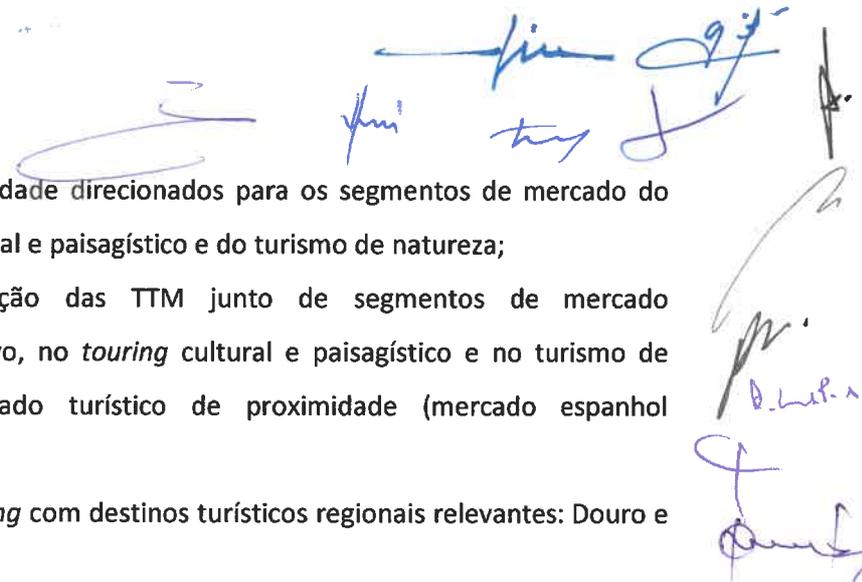
2. Um domínio de estruturação da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes: o aproveitamento turístico das linhas de caminho-de-ferro desativadas na região tem o potencial de se constituir como um projeto verdadeiramente transversal à organização da oferta turística deste território. Com efeito, o E-mob - rede de percursos das TTM pressupõe a criação de uma hierarquia de percursos que será clara tanto para os agentes turísticos locais como também para os turistas:

- i) os percursos estruturantes, a criar, que aproveitam os canais das linhas de Caminho de Ferro desativadas, que se constituirão como os grandes percursos de ligação e de integração da oferta turística regional. Nesta operação será dada prioridade, em face do investimento disponível, à linha do Tua, promovendo a sua classificação como grande rota (GR) e a sua articulação (interfaces) com a Rota da Terra Fria e a Rota da Terra Quente;
- ii) e os percursos complementares, a reorganizar com base nos percursos pedestres existentes, que têm vindo a ser criados no âmbito municipal, mas que carecem de um levantamento, de uma hierarquização e de uma seleção com base num trabalho técnico subordinado a uma lógica supramunicipal, a realizar pelo IPB.

A articulação entre os percursos estruturantes e complementares será estudada do ponto de vista técnico, de modo a otimizar os pontos de contacto e a maximizar a cobertura do território.

Este projeto tem como objetivo:

- ✓ Contribuir para a engenharia da oferta turística Terras de Trás-os-Montes, com a criação de um produto turístico transversal ao território, aglutinador dos outros dois projetos âncora de vocação turística deste PROVERE, com forte potencial atrativo e alinhado com os segmentos de mercado mais pujantes nos mercados turístico nacional e internacional;

- 
- ✓ Criar novos fatores de atratividade direcionados para os segmentos de mercado do turismo ativo, do *touring* cultural e paisagístico e do turismo de natureza;
 - ✓ Promover a internacionalização das TTM junto de segmentos de mercado especializados no turismo ativo, no *touring* cultural e paisagístico e no turismo de natureza e junto do mercado turístico de proximidade (mercado espanhol transfronteiriço);
 - ✓ Promover lógicas de *cross selling* com destinos turísticos regionais relevantes: Douro e Gerês;
 - ✓ Proporcionar aos turistas uma experiência turística inovadora e profundamente diferenciada no mercado, por via da introdução de um ecossistema de BTT elétrico apoiado na Rede de Percursos;
 - ✓ Dinamizar a rede de percursos do ponto de vista turístico, mas também social, promovendo a apropriação desta pelas populações e promovendo dimensões transversais ao território como a promoção do envelhecimento ativo, da educação ambiental, da saúde preventiva, das artes paisagísticas, etc.;
 - ✓ Atrair turistas com um perfil mais jovem através da introdução de uma linguagem turística alinhada com lifestyles mais irreverentes, ambientalmente conscientes e ativos;
 - ✓ Promover o aumento do tempo de permanência de permanência dos turistas na região, de modo a aumentar as receitas turísticas e a estimular a economia local por via dos rendimentos diretos e indiretos e da geração de emprego;
 - ✓ Alavancar a criação de competências de gestão e tecnológicas na área da mobilidade elétrica nos centros de investigação & tecnologia da região, através do estabelecimento de parcerias com entidades líder a nível nacional.

A candidatura do E-Mob foi submetida no final de 2020, perspetivando-se que durante 2021 e 2022 seja executada na totalidade.

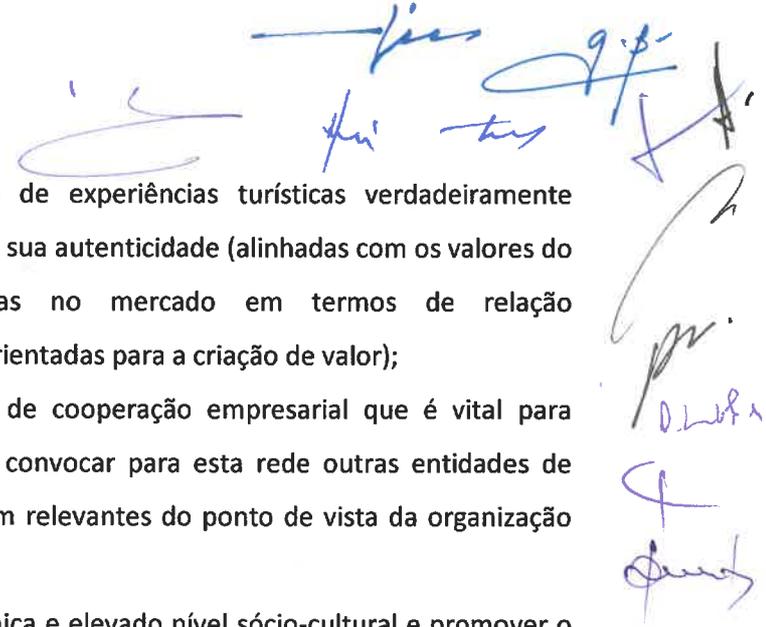
ROTAS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES – ROTA DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA

Este projeto tem como promotor a Associação de Desenvolvimento da Terra Quente (DESTEQUE) que possui um histórico de intervenção de mais de 20 anos nos municípios da Terra Quente e integra os concelhos de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor e ainda Carrazeda de Ansiães, que não pertence à NUTS III Terras de Trás-os-Montes e que por essa razão não integra o território de intervenção desta operação. A Desteque é um ator relevante do desenvolvimento turístico das Terras de Trás-os-Montes e possui uma experiência no terreno e um capital técnico e relacional que soube construir ao longo dos anos

na área do turismo que pode e deve ser colocado, agora, ao serviço de um projeto de desenvolvimento turístico que é transversal ao seu território de intervenção. Aproveitando o capital desta experiência, a Rota da Terra Quente vem ocupar uma necessidade de intervenção recenseada no território dos 4 municípios da chamada Terra Quente que pertencem às Terras de Trás-os-Montes, que é ausência de um produto turístico integrador das cadeias de valor locais, e simultaneamente transversal ao território, oferecendo aos turistas experiências mais completas do ponto de vista dos serviços propostos e mais imersivas no território. Para chegar à organização integrada e transversal da oferta turística local, a Desteque pretende aproveitar o seu conhecimento do terreno e dos seus atores, que muitas vezes são também os seus parceiros, para criar uma verdadeira rede cooperativa de agentes locais da área do turismo e dos setores conexos, ultrapassando dessa forma as atuações individuais muitas vezes desgarradas do território que têm sido habituais na região. Pretende-se que essa rede colaborativa seja a base para a definição e estruturação da Rota da Terra Quente, aproveitando os recursos turísticos endógenos e específicos deste território, que se distingue nas Terras de Trás-os-Montes pela influência mediterrânica. Em complemento à Rota da Terra Fria, a rota que se pretende criar vem assim suprir a carência de um produto turístico territorial organizado no território da Terra Quente e oferecer aos turistas que demandam as Terras de Trás-os-Montes. Trata-se, assim, de um novo produto turístico, assente nos valores identitários específicos da Terra Quente, mas simultaneamente com um papel estruturante na organização da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes.

Os objetivos deste projeto são:

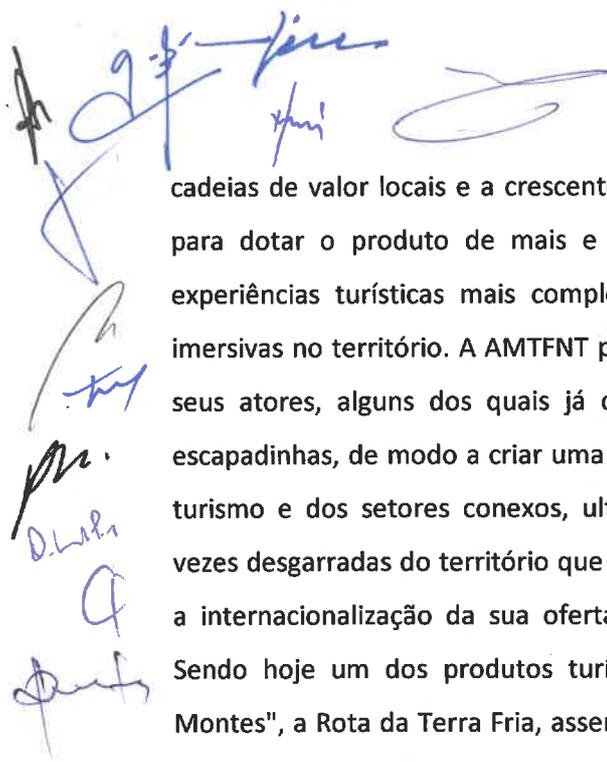
- ✓ Contribuir para a engenharia da oferta turística Terras de Trás-os-Montes, pela criação de um novo produto turístico fortemente identificado com uma realidade identitária específica, que até aqui não tem correspondência num produto turístico transversalmente organizado no terreno, contribuindo assim para reforçar o marketing-mix da Marca Terras de Trás-os-Montes;
- ✓ Organizar a oferta turística do subespaço da Terra Quente com base nos seus recursos turísticos e agentes locais específicos e num alinhamento com a identidade específica deste território e as dinâmicas turísticas já instaladas, contribuindo dessa forma para uma organização mais perceptível da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes;
- ✓ Segmentar a procura turística para a qual o território da Terra Quente Transmontana reúne melhor potencial de recursos e melhores condições de organização da oferta turística, nas vertentes da gastronomia e vinhos, do touring cultural e paisagístico e do turismo rural, gerando assim condições para organizar a oferta turística de forma mais eficiente e eficaz, tendo em vista o potencial de mercado;

- 
- ✓ Proporcionar aos turistas uma rede de experiências turísticas verdadeiramente diferenciadoras no mercado, por via da sua autenticidade (alinhadas com os valores do território), atratividade (competitivas no mercado em termos de relação preço/qualidade) e profissionalismo (orientadas para a criação de valor);
 - ✓ Criar, a montante da oferta, a rede de cooperação empresarial que é vital para oferecer essa rede de experiências e convocar para esta rede outras entidades de carácter público e associativo que sejam relevantes do ponto de vista da organização turística;
 - ✓ Atrair turistas com capacidade económica e elevado nível sócio-cultural e promover o aumento do seu tempo de permanência, de modo a aumentar as receitas turísticas na região e a estimular a economia local por via dos rendimentos diretos e indiretos e da geração de emprego.

Associado ao projeto âncora da Rota da Terra Quente existem 7 projetos de índole municipal.

ROTAS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES – ROTA DA TERRA FRIA TRANSMONTANA

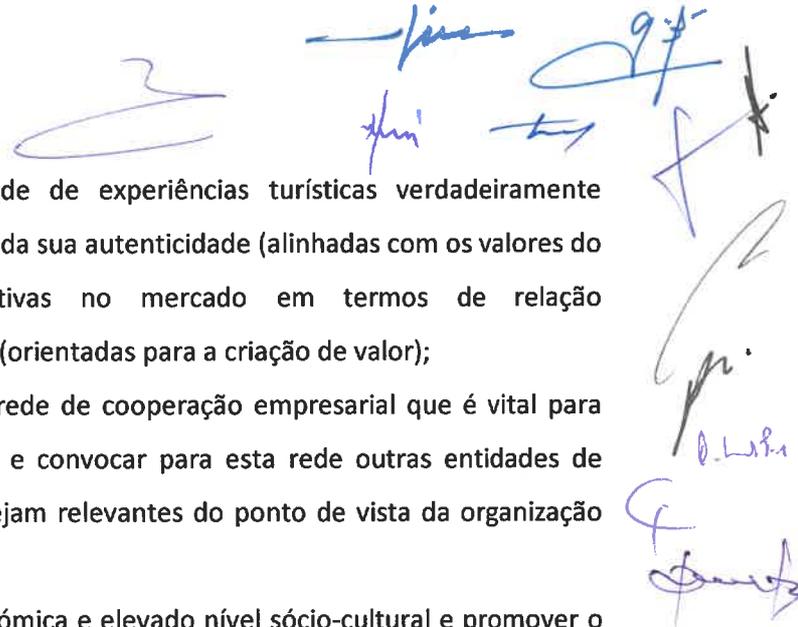
Este projeto tem como promotor a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano que desenvolveu nos últimos anos o projeto da Rota da Terra Fria, com bons resultados em termos da organização da oferta e do ganho de notoriedade da marca e do território nos segmentos em que se posiciona. No quadro da primeira geração de PROVERE foi realizada a consolidação da Rota nos concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais e a sua expansão ao concelho de Mogadouro. Por outro lado, foi realizado um forte investimento na criação de uma rede de Portas que abrange todos os concelhos e concretizou-se uma forte aposta na notoriedade da Rota através da campanha das escapadinhas. No quadro desta campanha, lançou-se, ainda a título experimental, uma rede de parceiros turísticos que envolveu mais de 50 aderentes. A campanha assentou num esforço de organização da oferta turística da Rota, em que colaboraram agentes de *incoming* e animação turística, pelo que foi também o campo de experimentação de uma abordagem mais profissionalizada da engenharia de produto e da distribuição e comercialização da Rota enquanto produto turístico. É este capital de competências, experiência e resultados que importa agora valorizar e projetar do ponto de vista da evolução do projeto no sentido de uma maior qualificação, profissionalização e internacionalização. Desta forma, a Rota da Terra Fria pode continuar a suprir duas necessidades de intervenção recenseadas no território específico dos municípios associados da AMTFNT, que são a fragilidade da integração do turismo nas



cadeias de valor locais e a crescente necessidade de colocar no mercado novas experiências para dotar o produto de mais e melhores atrativos, sendo necessário criar e organizar experiências turísticas mais completas do ponto de vista dos serviços propostos e mais imersivas no território. A AMTFNT pretende aproveitar o seu conhecimento do terreno e dos seus atores, alguns dos quais já constituídos em parceiros no quadro da campanha das escapadinhas, de modo a criar uma verdadeira rede cooperativa de agentes locais da área do turismo e dos setores conexos, ultrapassando dessa forma as atuações individuais muitas vezes desgarradas do território que não contribuem para a qualificação, a profissionalização e a internacionalização da sua oferta turística, fragilidades que devem ser agora debeladas. Sendo hoje um dos produtos turísticos mais consolidados da marca "Terras de Trás-os-Montes", a Rota da Terra Fria, assente nos valores identitários específicos da Terra Fria, onde releva a extensão da área territorial classificada como património natural (com destaque para os dois Parques Naturais de Montesinho e do Douro Internacional), terá um papel estruturante na organização da oferta turística das TTM, complementando a Rota da Terra Quente que será definida e estruturada também no quadro deste PROVERE.

Os objetivos principais na concretização deste projeto são:

- ✓ Contribuir para a engenharia da oferta turística Terras de Trás-os-Montes, pela dinamização de um produto turístico fortemente identificado com uma realidade identitária específica, contribuindo assim para reforçar o marketing-mix da Marca Terras de Trás-os-Montes;
- ✓ Capacitação de novo modelo organizativo da Rota da Terra Fria (RTF), assente numa participação efetiva e responsabilizante dos agentes turísticos locais e conexos num alinhamento com a identidade própria deste território, contribuindo dessa forma para uma organização mais profissional da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes;
- ✓ Qualificar a oferta turística da RTF, criando novos fatores de atratividade direcionados para os segmentos de mercado em que a Rota se posiciona;
- ✓ Segmentar a procura turística para a qual o território da Terra Fria reúne melhor potencial de recursos e melhores condições de organização da oferta turística, nas vertentes do Turismo de Natureza, do touring cultural e paisagístico e do turismo rural, gerando assim condições para organizar a oferta turística de forma mais eficiente e eficaz, tendo em vista o potencial de mercado;
- ✓ Estimular a internacionalização da RTF junto de segmentos de mercado especializados no turismo de natureza e junto do mercado turístico de proximidade (mercado espanhol transfronteiriço);

- 
- ✓ Proporcionar aos turistas uma rede de experiências turísticas verdadeiramente diferenciadoras no mercado, por via da sua autenticidade (alinhadas com os valores do território), atratividade (competitivas no mercado em termos de relação preço/qualidade) e profissionalismo (orientadas para a criação de valor);
 - ✓ Capacitar, a montante da oferta, a rede de cooperação empresarial que é vital para oferecer essa rede de experiências e convocar para esta rede outras entidades de carácter público e associativo que sejam relevantes do ponto de vista da organização turística;
 - ✓ Atrair turistas com capacidade económica e elevado nível sócio-cultural e promover o aumento do seu tempo de permanência, de modo a aumentar as receitas turísticas na região e a estimular a economia local por via dos rendimentos diretos e indiretos e da geração de emprego.

Associado ao projeto âncora da Rota da Terra Fria existem 9 projetos de índole municipal.

MARKETING DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Este projeto é desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. O principal objetivo desta operação prende-se, de forma inequívoca, com a valorização da marca "Terras de Trás-os-Montes" e com a criação de novas oportunidades de geração de valor para todos os agentes institucionais e empresariais que estão apostados no aproveitamento dos recursos endógenos regionais através de um veículo comunicacional e promocional de forte perfil identitário.

Paralelamente, é também objetivo da operação o aumento dos níveis de notoriedade do território e dos seus produtos de qualidade, de modo a atrair mais turistas e visitantes, a captar mais investimentos e iniciativas e a promover a subida sustentada na escala de valor dos produtos locais que vierem a identificar-se com um certo modo de ser e de estar (lifestyle) transmontano projetado com modernidade.

Secundariamente, há também um propósito de experimentação de uma abordagem de comunicação e marketing inovador e num certo sentido disruptivo relativamente às práticas seguidas na região. De facto, pretende-se profissionalizar a abordagem de comunicação e marketing, criando na CIM TTM um centro de competências nestas áreas que fará uso de abordagens de comunicação e marketing inovadoras e que, simultaneamente, será partilhado com os membros do consórcio de modo a articular atuações comunicacionais e promocionais verdadeiramente coletivas.

A operação articula-se em torno de três atividades principais:

A 9.3. - Jira
W. J. J. J.

Atividade 1. Criação de competências de comunicação e marketing na CIM TTM, através do enquadramento, da capacitação e da alocação à EEC do PROVERE de profissionais nas áreas da comunicação social, do marketing, das relações públicas e das relações internacionais;

D. L. J. J.
J. J. J. J.

Atividade 2. Estabelecimento de parcerias estratégicas com as entidades de âmbito regional e nacional que sejam preponderantes para a projeção externa das TTM nas áreas estratégicas do turismo, dos produtos locais e da cultura (AICEP, ERT Porto e Norte de Portugal, Agências de Promoção Turística do Norte, etc.) de modo a partilhar custos de promoção interna e externa e a favorecer uma abordagem mais profissionalizada aos mercados estratégicos da região;

Atividade 3. Execução do Plano de Marketing Territorial das TTM, já elaborado pela CIM, onde se incluem ações relevantes para a projeção e a percetibilidade da região, ações de relações públicas, ações de captação de investimentos e iniciativas e a presença seletiva em feiras nacionais e internacionais. Exemplos destas ações, elencadas no Plano, são:

- ✓ Criação da identidade da marca das Terras de Trás-os-Montes, "umbrella" dos produtos e serviços, das iniciativas e atividades e dos projetos promovidos pela CIM e pelos respetivos municípios, pelas entidades públicas regionais e mesmo pelos agentes privados nos vários sectores de atividade, que poderiam passar a integrar nos seus instrumentos de comunicação e marketing a marca unificadora das "Terras de Trás-os-Montes". Esta identidade seria um fator conciliador e integrador das estratégias de comunicação e marketing dos projetos âncora deste PROVERE;
- ✓ Promoção da imagem de marca "Trás-os-Montes" tendo em vista a sua aplicabilidade nos mais diversos suportes e produtos;
- ✓ Criação dos embaixadores de Trás-os-Montes (anualmente deve-se seleccionar duas figuras públicas, preferencialmente com ligações à região, que pela sua exposição mediática sejam veículos da marca);
- ✓ Criação de linha de merchandising atrativa e inovadora baseada na marca Trás-os-Montes que vá além do habitual merchandising, podendo convidar para o efeito vários artistas transmontanos e outros com créditos no mercado para reforçar a marca (p.ex: pintores, designers);
- ✓ Criação e edição de bibliografia temática (gastronomia, cultura, etc) com apoio de escritores transmontanos (p.ex: José Rentes de Carvalho);
- ✓ Criação e produção de documentários ligados à natureza e vida selvagem em Trás-os-Montes por equipas experientes que possam colocar esses conteúdos em programas

Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right of the page, including a signature and the date '9/3'.

- dessa temática em canais de sinal aberto e canais por cabo (p.ex: SIC e National Geographic);
- ✓ Recolha e interpretação do património material e imaterial de Trás-os-Montes, com enfoque sobre as manifestações diretamente relacionadas com os produtos locais, a gastronomia e os vinhos, com o intuito de enquadrar as ações de promoção integrada, promovendo a transferência de conhecimento e uma melhor interação com os diferentes públicos;
 - ✓ Identificar e promover ações de representação, interna e externa, em certames e eventos do setor, otimizando meios e recursos na projeção da marca Trás-os-Montes;
 - ✓ Promoção integrada dos produtos locais de qualidade da região (azeite, vinho, frutos secos e frutos frescos, castanha, enchidos, mel, pão e doçaria, etc.);
 - ✓ Promoção dos produtos turísticos organizados em redes de agentes turísticos locais (turismo ativo, turismo de natureza, pedestrianismo, turismo em espaço rural, gastronomia e vinhos, turismo cultural, etc.);
 - ✓ Organização de vários eventos, tais como workshops, fóruns de inovação, mercados de rua, feiras tradicionais, concursos gastronómicos, provas, concertos, exposições, organização de visitas a quintas e produtores da região
 - ✓ Divulgação dos eventos e atividades relacionadas com este projeto através dos meios de comunicação social, dos canais web e pela conceção de desdobráveis informativos.

Durante o ano de 2020 foram executadas algumas atividades previstas, concretamente de promoção e divulgação do território de forma a tentar impulsionar o turismo da região que sofreu bastante com a pandemia. Aliás, a própria execução desta candidatura que está intimamente ligada ao setor turístico, foi bastante prejudicada devido ao COVID-19, visto que todas as ações de promoção previstas em feiras e exposições foram canceladas e outras atividades que poderiam ter sido executadas, não o foram, devido à situação pandémica.

GESTÃO E DINAMIZAÇÃO DO CONSÓRCIO EEC PROVERE TTM

A presente candidatura tem como promotor a CIM das Terras de Trás-os-Montes.

Trata-se de uma operação relevante para o bom funcionamento do modelo de governação do Consórcio que suporta a EEC do PROVERE TTM, como aliás está implicitamente reconhecido no próprio aviso do PROVERE, que prevê explicitamente a elegibilidade dos custos e despesas relacionados com a gestão, coordenação e avaliação dos consórcios. A otimização do modelo

Handwritten notes and signatures in blue ink at the top left of the page. The notes include "g-B" and several illegible signatures.

de governação do Consórcio, definindo papéis e responsabilidades dos órgãos de gestão e dos próprios membros do Consórcio, permite melhorar a eficiência da articulação entre os promotores das operações âncora entre si, no seio do Conselho Intermunicipal, e entre estes e os promotores de operações complementares, no quadro global do Programa de Ação. A estabilização das relações de liderança, atribuindo ao Chefe de Consórcio um papel mais coordenador e dinamizador e menos centralizador e controlador, constitui uma condição para a responsabilização do consórcio no contexto das parcerias público-privadas, público-público e privadas-privadas que vierem a ser desenvolvidas no seio da rede de atores do consórcio. Trata-se, afinal, de gerar competências de trabalho e decisão em rede que são fundamentais para a capacitação institucional de TTM, promovendo uma estratégia de especialização inteligente no território, capaz de lidar com a realidade diagnosticada da baixa densidade.

As principais atividades desta operação são:

Atividade 1: Dinamização e gestão do Consórcio da Estratégia de Eficiência Coletiva do

PROVERE TTM:

Esta primeira atividade está centrada na governança do consórcio do PROVERE e tem como principal função a dinamização do trabalho coletivo em rede entre os vários órgãos e parceiros subscritores deste PROVERE, estimulando as práticas de networking entre os consortes e o envolvimento responsável de um núcleo duro de consortes, envolvidos especialmente na execução das operações âncora, a quem serão atribuídas funções executivas no quadro da gestão, coordenação e avaliação do PROVERE;

Atividade 2: Promoção e divulgação da Estratégia de Eficiência Coletiva do PROVERE

TTM:

Esta atividade tem como foco principal as tarefas relacionadas com a promoção e divulgação do PROVERE TTM, internamente, junto dos membros do consórcio e, externamente, no território de intervenção, de forma abrangente e transversal aos seus vários setores de interesse;

Atividade 3: Acompanhamento, monitorização e auto-avaliação:

O sucesso da EEC do PROVERE está também dependente da reunião de informação crítica com vista a melhorar, a corrigir e a acomodar as várias dimensões do Projeto, pelo que se considera importante individualizar as tarefas de acompanhamento, monitorização e auto-avaliação, envolvendo e responsabilizando todos os membros do consórcio. Subsidiariamente, esta atividade tem também a finalidade de assegurar informação pertinente e atualizada com vista a assegurar todo o reporte com a Autoridade de Gestão.

Dos vários projetos âncora da CIMTTM, já estão todos submetidos, tendo sido o último projeto “E-mob Rede de Percursos das Terras de Trás-os-Montes”, estando os restantes em execução, à exceção de alguns projetos municipais integrados nos projetos âncora da Rota da Terra Fria e Rota da Terra Quente.

Durante o ano de 2020 e conforme já foi referido o Proverbe das TTM foi reformulado e foi reforçado.

No ano de 2021, e apesar de ainda estarmos dependentes da evolução da situação pandémica, perspectiva-se que este Programa possa ter um incremento na sua execução.

CARTA INTERMUNICIPAL DE DESPORTO DE NATUREZA DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

No âmbito do Aviso aberto pelo Norte 2020, para apresentação de candidaturas, a CIM candidatou uma operação designada “Carta Intermunicipal de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes (CIDN TTM)” – Operação Norte 04-2114 – FEDER-000231

A CIDN TTM pretende ser um instrumento de ordenamento e planeamento dedicado às práticas desportivas em contacto com a Natureza que inaugura uma visão à escala intermunicipal desta problemática nas Terras de Trás-os-Montes, que a CIM TTM considera a mais adequada para cumprir dois objetivos centrais: 1) potenciar o crescimento destas modalidades em termos de fluxos de praticantes e de realizações, de modo a promover o desenvolvimento turístico e económico e social em geral; e 2) promover valores de sustentabilidade e de responsabilidade entre os praticantes e as várias entidades envolvidas nestas práticas, de modo assegurar duravelmente a preservação dos ecossistemas e a valorização do património natural.

A CIDN TTM contempla, no âmbito do seu desenvolvimento metodológico, a realização de um conjunto de trabalhos de diagnóstico, de elaboração de propostas específicas com base descritiva e cartográfica e de formulação de recomendações para o desenvolvimento harmonioso das modalidades desportivas de natureza.

A CIDN TTM é precedida de um Estudo Prévio que pretende ser um momento 0 de validação de metodologias e de fontes de informação tendentes à elaboração das várias propostas específicas, em formato descritivo ou cartográfico (ocupação do solo, declives, exposição de vertentes, bacias de visão, modalidades desportivas e desporto de natureza da CIM-TTM).

Num primeiro momento, de diagnóstico, pretende-se:

1) a identificação e a localização das áreas com maior aptidão para a prática desportiva nas várias modalidades de desporto de natureza com potencial nas Terras de Trás-os-Montes;

2) o recenseamento das instalações desportivas e de infraestruturas relevantes, como sejam os acessos, os locais de estacionamento e algumas infraestruturas de qualificação da fruição desportiva na Natureza (parques de merendas, zonas de lazer e descanso, pontos de interesse paisagístico, praias fluviais, etc.);

3) e, igualmente, os equipamentos de suporte aos praticantes destas modalidades, como sejam o alojamento e a restauração, os postos de informação turística e os postos de combustível, entre outros que na elaboração do estudo deverão ser identificados.

Num momento de elaboração de propostas específicas, e tendo em conta: 1) o potencial dos territórios para as várias modalidades; e 2) a defesa e preservação dos ecossistemas mais sensíveis; a Carta deve referenciar os locais inseridos em meio natural mais propícios – e também aqueles que devem estar interditos/ condicionados – à prática desportiva.

No quadro de elaboração de propostas, deverá também ser elaborada cartografia específica de caracterização e utilização do solo, à escala de 1/25.000, com indicação de georreferenciação e baseada em programas e ferramentas de SIG.

Em suma, perspetivando-se a identificação de um elevado leque de atividades, urge:

- 1) Hierarquizar as mesmas em função do seu potencial / restrição de concretização;
- 2) Programá-las de acordo com as épocas mais adequadas à sua prática;
- 3) Estabelecer critérios e limites de fruição desportiva, face à capacidade de carga dos locais; e
- 4) Identificar todas as necessidades de sinalética, de infraestruturização “verde” e de homologação / certificação.

Da candidatura a ação 1 encontra-se totalmente concluída tendo sido efetuada a carta intermunicipal de desporto de natureza das terras de Trás-os-Montes juntamente com o seu relatório.

A ação 2 deverá ser executada até setembro, (estando sujeito a alteração devido à pandemia do COVID 19), e diz respeito ao Festival de Natureza inicialmente proposto na candidatura e que, será adaptado e melhorado reforçando a componente da promoção do desporto de natureza para o evento Norcha Adventure Race nas Terras de Trás-os-Montes. Trata-se de um evento que tem como objetivo principal a promoção da CIDN TTM - Carta Intermunicipal de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes com destaque para a divulgação e

dinamização do Desporto de Natureza que ao percorrer os nove municípios da CIM-TTM vai promover a nível nacional e internacional as potencialidades do território no desporto de natureza, através da prática das modalidades indicadas na referida CIDN TTM que melhor se identificam com cada concelho e com cada espaço natural classificado.

Nos dois dias que antecedem a prova as equipas vão participar em ações educativas a realizar nas Escolas e também num congresso a realizar em Mirandela com a presença de alunos do curso de turismo do Instituto Politécnico de Bragança e de operadores e agentes de animação turística locais e regionais e técnicos especializados no turismo de natureza.

Pretende-se com a realização deste evento promover a riqueza natural deste vasto território e potenciar os produtos turísticos existentes alcançando assim o objetivo específico de promover e valorizar a excelência do património cultural e natural.

De notar que o evento tem data prevista de realização 21 a 27 de setembro de 2021 estando sujeito a alteração devido à pandemia da COVID 19.

O projeto encontra-se em fase de contratação pública.

TRÁS-OS-MONTES NATURA

A operação NORTE-04-2114-FEDER-000399, denominada “Trás-os-Montes Natura”, procura definir uma rede de locais de visitação por excelência, onde a probabilidade de observação de elementos de elevado valor ecológico, característicos da região e das a(s) área(s) classificada(s) onde se insere (espécies como veados, aves rupícolas, espécies florísticas raras de grande valor estético e conservacionista, bosques autóctones bem conservados e específicos desta região ou paisagens extraordinárias), é elevada.

Por forma a garantir a adequada seleção dos locais de visitação, a definição das melhores épocas, horários e condições para visitação, e simultaneamente preservar os pontos mais importantes para a conservação da biodiversidade e detetar potenciais ameaças, serão realizadas caracterizações atualizadas da biodiversidade das áreas de visitação, contribuindo deste modo para o aumento do conhecimento sobre a biodiversidade local e para a avaliação do seu atual estado de conservação.

No âmbito desta operação é proposto a definição de 9 elementos de elevado valor ecológico, associados a 9 percursos pedestres e 9 pontos de visitação (um por município). Todos os percursos e locais de visitação definidos encontram-se localizados em zonas classificadas. A

definição destes locais específicos permitirá fornecer aos visitantes um local de referência para a interpretação da área classificada, tendo como ponto de partida uma espécie, habitat ou paisagem singulares, definidoras da área em questão.

A recolha desta informação servirá de base para a elaboração de conteúdos e implementação de um plano completo de comunicação capaz de alcançar públicos variados, nacionais e estrangeiros, bem como agentes turísticos interessados em trabalhar na região. Esta recolha será igualmente importante para a elaboração de um modelo de gestão com vista à conservação dos valores naturais identificados e manutenção das infraestruturas turísticas promovidas no âmbito da operação.

Serão desenvolvidos esforços no sentido de captar todos os potenciais públicos-alvo do turismo de natureza (turismo ecológico, touring e pedestrianismo em espaço natural e turismo de aventura), com particular ênfase para o público estrangeiro.

No âmbito da operação, encontra-se concluída a ação 1 referente à “Caraterização Biofísica dos Trilhos e Pontos de Observação” bem como o modelo de gestão.

Relativamente à ação 2 - “plano de comunicação” encontra-se concluída.

Foi efetuada a apresentação pública do projeto a operadores turísticos e imprensa em 20 de outubro de 2020 através de um webinar.

O projeto encontra-se concluído na sua totalidade tendo terminado em 31 de outubro de 2020.

FRONTUR

O projeto FRONTUR, designado “Cooperação para a Promoção dos Recursos Turísticos da Fronteira”, é um projeto de Cooperação transfronteiriça Espanha – Portugal, enquadrado no Objetivo Específico 6C: “Proteger e valorizar o património cultural e natural, como suporte de base económica da região transfronteiriça”, dentro da área de cooperação 2: NORTE DE PORTUAL – CASTELA E LEÃO.

O objetivo geral do projeto FRONTUR é desenvolver e valorizar este território de fronteira como destino turístico, através da valorização dos seus produtos endógenos, da cultura, do património e dos recursos naturais, como fatores de desenvolvimento económico.

Espera-se com a concretização do projeto, a valorização dos espaços naturais, do património histórico e cultural, melhoria dos serviços associados aos espaços naturais; a elaboração de um inventário e mapa turístico Zamora / Trás-os-Montes; a criação de uma agência de congressos com ligação ao turismo de Fronteira; a Promoção integrada (Turismo de natureza, produtos locais, património, cultura), promoção do trabalho em Rede através da capacitação dos produtores e comercialização dos produtos locais.

Os Beneficiários do projecto FRONTUR, são a Diputación de Zamora e a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. O âmbito geográfico do projeto abrange todos os municípios da província de Zamora e os municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.

É co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Interreg V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020.

O custo total do projeto é de 435.117,33€, sendo 326.338,00€ FEDER. A CIM-TTM conta com financiamento de 121.217,33€ aprovados.

Atividades desenvolvidas pela CIM-TTM no âmbito do projeto

Atividade 1

- Inventário e mapa Turístico Zamora Trás-os-Montes
- Página de internet <http://turismozamoratrasmontes.eu/>
- Praias de Interior (a CIM-TTM apenas contratou as fotografias. Textos e impressão foi a Diputacion de Zamora)

Atividade 2

- Congresso de Turismo rural transfronteiriço (realizado em Zamora, recinto de feiras IFEZA)

Atividade 3

- Ações de promoção do trabalho em rede que se traduziu numa visita de produtores espanhóis ao território das Terras Trás-os-Montes sob o tema da castanha.
- Ações de capacitação / formação destinadas a produtores de castanha.

Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right of the page, including the word 'Vias' and other illegible scribbles.

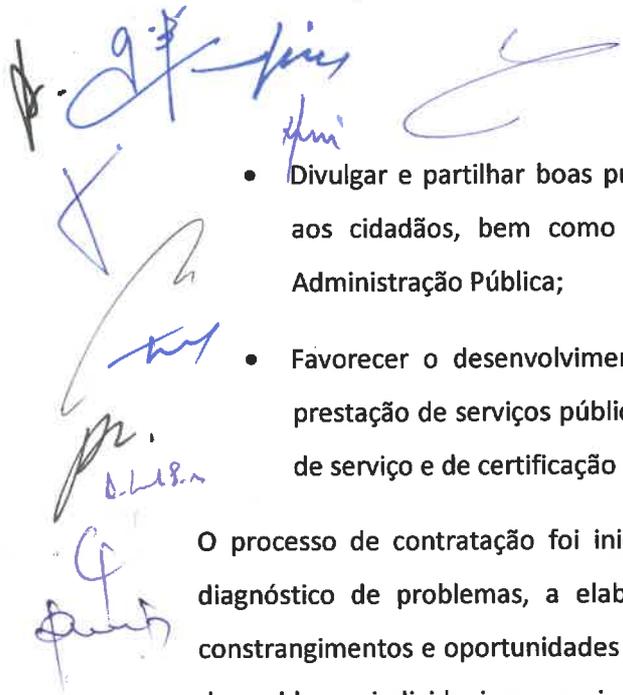
Consequentemente, a capacidade de atendimento aos cidadãos e a qualidade dos serviços prestados evoluiu favoravelmente.

Evidencia-se que o caráter intermunicipal dos projetos de formação é garante de equidade da evolução dos serviços em cada um dos 9 municípios integrantes, o que consolida um desenvolvimento coletivo dos diversos serviços da Administração Pública Local nas Terras de Trás os Montes.

Da sua abrangência, alcança-se a rentabilização dos recursos materiais (tecnológicos) e humanos, através da sua capacitação, salvaguardando a pretensão do tratamento igualitário para os cidadãos e, ainda, promovendo a rapidez e transparência dos serviços prestados em cada um dos municípios na sua individualidade.

Os objetivos da operação alinhados com as necessidades formativas e oportunidades identificadas convergem com os objetivos específicos do aviso de abertura, a saber:

- Capacitar os órgãos e serviços da Administração Pública, através da qualificação dos seus trabalhadores e dirigentes, para responder às exigências decorrentes das respetivas missões, atribuições e competências;
- Desenvolver competências de inovação e gestão da mudança, propiciadoras de conhecimentos, aptidões e atitudes ajustados aos necessários processos de modernização administrativa;
- Melhorar a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços a prestar aos cidadãos e às empresas;
- Promover a capacitação dos colaboradores da Administração Local para a governação digital;
- Contribuir para o reforço das competências e da qualificação profissional dos trabalhadores e dirigentes e para a melhoria do seu desempenho;
- Dinamizar uma cultura de gestão que incentive e valorize a produção, a difusão e a utilização do conhecimento;
- Facilitar a adoção de estratégias de racionalização de estruturas e de fomento de sinergias entre serviços;
- Criar condições para desenvolver e implementar instrumentos de gestão, monitorização e avaliação de políticas públicas e de infraestruturas e equipamentos coletivos;

- 
- Divulgar e partilhar boas práticas de organização interna e de prestação de serviços aos cidadãos, bem como novos modelos de inovação e de experimentação na Administração Pública;
 - Favorecer o desenvolvimento e a implementação de dispositivos de avaliação da prestação de serviços públicos e da satisfação dos utentes, de monitorização de níveis de serviço e de certificação de qualidade.

O processo de contratação foi iniciado em dezembro de 2020 e inclui o Levantamento e diagnóstico de problemas, a elaboração do diagnóstico da situação inicial, identificando constrangimentos e oportunidades de melhoria com o objetivo de contribuir para a resolução de problemas individuais e organizacionais. O Diagnostico prevê a avaliação da maturidade do processo de modernização administrativa, a Elaboração do plano de e sua implementação e finalmente a avaliação e apresentação de resultados e conclusões.

O projeto encontra-se em fase de arranque e terá a duração de 24 meses.

TRANSPORTES

O setor dos transportes tem assumido um peso crescente na atividade da CIM-TTM decorrente da atribuição de competência de Autoridade de Transportes Intermunicipal e municipal por delegação de 8 Municípios.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 50/2015, de 9 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e revoga a Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro, e o Regulamento de Transportes em Automóveis (Decreto n.º 37272, de 31 de dezembro de 1948), a CIM-TTM é autoridade de transportes, para as carreiras intermunicipais, e recebeu a competência de alguns municípios da CIM que delegaram a responsabilidade de Autoridade de Transportes Municipais na CIM-TTM, nomeadamente, os municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Miranda do Douro, Mogadouro, Vila Flor e Vimioso.

No dia 22 de março de 2018 foi assinado o contrato de prestação de serviços de assessoria técnica para a “Elaboração do Plano Operacional de Transportes Públicos das Terras de Trás-os-Montes.”

Em 2019 foi submetido para parecer vinculativo por parte da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), as peças do procedimento Concursal, para o serviço de Transportes Públicos no território sob a jurisdição da CIM-TTM, em 2 de Dezembro de 2019, de acordo com

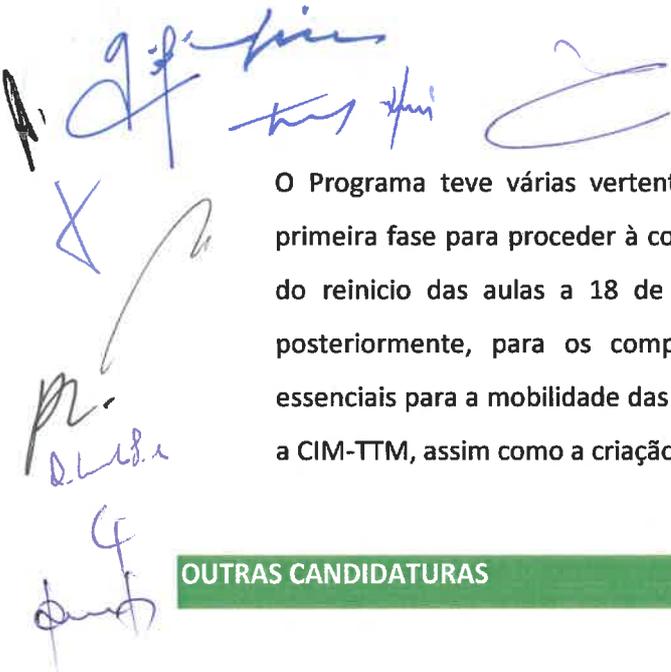
o Decreto-Lei nº169-A/2019 de 29 de novembro. As peças supramencionadas, foram elaboradas no âmbito do Plano Operacional de Transportes Públicos das Terras de Trás-os-Montes. Em 18 de dezembro de 2020, obteve a CIM-TTM o parecer favorável com o nº 104/AMT/2020, tendo sido aberto em 2021, o concurso público internacional, espera-se concluir o processo no 3º trimestre de 2021.

De acordo com o que tem vindo a acontecer desde o ano de 2019, e com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº1-A/2020 de 3 de Janeiro, veio este garantir a continuidade do Programa de apoio à redução do tarifário dos Transportes Públicos (PART) , para o ano de 2020. Este Programa previa numa fase inicial que as verbas atribuídas à CIM-TTM(228 774,00€ Fundo Ambiental e 22 877,00€ de Investimento Obrigatório por Parte da CIM-TTM), fossem utilizadas em duas vertentes, uma na Redução Tarifária com a aplicação de pelo menos 60% do Montante global e a outra , para o aumento da oferta de serviços, ou extensão da rede.

Com a Pandemia, e a entrada em vigor do Decreto-Lei nº014-C/2020 de 7 de abril , foi possível reajustar as medidas a que inicialmente estava sujeito o programa, de forma a afetar uma parte das verbas, para compensar os operadores de transportes, por perdas de receita.

No dia 15 de maio de 2020, foi publicado o Despacho nº5545-B/2020, em que foram conhecidas as dotações orçamentais do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), tendo sido atribuído o valor de 262 496,00€, à CIM-TTM. A aplicação deste programa insidia sobre algumas medidas de apoio nas seguintes Tipologias:

- 🚦 Criação de Novas Linhas de Serviços de Transporte Público;
- 🚦 Aumento da Frequência em Linhas Existentes;
- 🚦 Prolongamento e/ou Extensão do percurso de Linhas Existentes Para Cobertura de Novas Zonas;
- 🚦 Criação de Serviços de Transporte Flexível;
- 🚦 Experiências-Piloto de Novos Serviços de Transporte Coletivo, que Visem a Promoção de Hábitos de Mobilidade mais Sustentáveis;
- 🚦 Manutenção dos Serviços de Transporte Público Previstos na alínea b) do nº7 (Serviços de Transporte Público Considerados como Serviços essenciais ao abrigo do Despacho do Ministro do Ambiente e da Ação Climática nº3547-A/2020 de 22 de março...
- 🚦 As verbas podem ainda ser utilizadas para o desenvolvimento de estudos, na aquisição e implementação de sistemas de gestão de transporte flexível e na realização de campanhas de promoção do transporte público, desde que os encargos com estas despesas não ultrapassem 5% do total das verbas transferidas.



O Programa teve várias vertentes de aplicabilidade por parte da CIM-TTM, numa primeira fase para proceder à compensação dos operadores de transportes, aquando do reinício das aulas a 18 de maio de 2020, para os alunos do 11º e 12º ano, posteriormente, para os compensar pela manutenção de serviços que fossem essenciais para a mobilidade das pessoas entre os diferentes Concelhos que compõem a CIM-TTM, assim como a criação de novas Linhas de Transporte Público.

OUTRAS CANDIDATURAS

No âmbito do PO Norte 2020 na Prioridade de Investimento 6.3 – “Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural” a CIM-TTM apresentou uma candidatura ao Aviso do Património Cultural, para valorização do património construído, designada de “Festival Património Improvável” tendo sido aprovada em maio de 2020 e devido à pandemia ainda não teve qualquer execução.

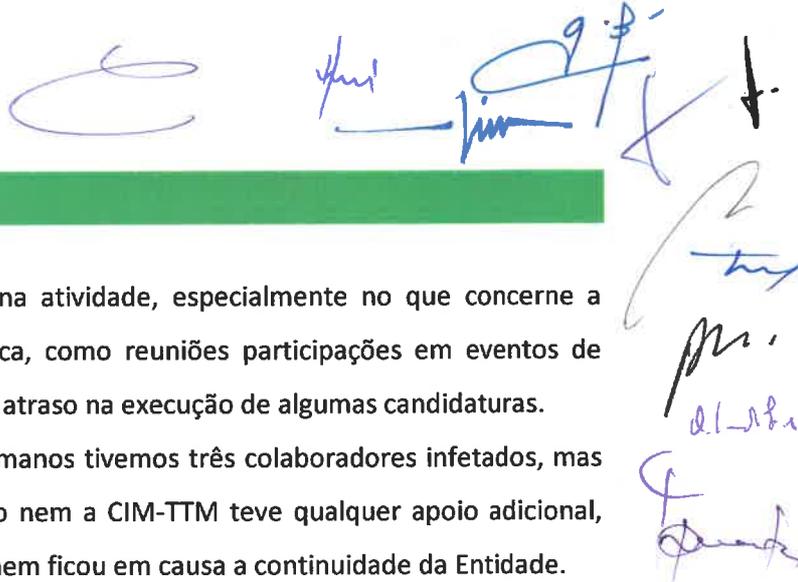
No âmbito do POISE, no final do ano 2020 foi aprovada uma candidatura “DesConstruir TTM – Desconstruir estereótipos construir igualdade, no montante de 315.000,00 €.

A candidatura contempla a elaboração do Plano Municipal da Igualdade em cada um dos 9 Municípios da CIM-TTM.

OUTRAS ATIVIDADES

Ao nível da **promoção do território** das Terras de Trás-os-Montes mais uma vez devido à Pandemia, foram cancelados todos os eventos onde a CIM-TTM habitualmente marca presença.

A CIM-TTM integra a Comissão Permanente do Conselho Regional, que tem por missão acompanhar as atividades da CCDR-N e a execução dos programas operacionais de financiamento comunitário, pronunciando-se sobre os planos e programas de desenvolvimento regional.



IMPACTOS DA COVID-19 NAS CONTAS

A Pandemia teve alguns efeitos adversos na atividade, especialmente no que concerne a atividades que nos exigiam a presença física, como reuniões participações em eventos de promoção do território e no cancelamento e atraso na execução de algumas candidaturas.

Relativamente ao impacto nos Recursos Humanos tivemos três colaboradores infetados, mas não houve necessidade de qualquer reforço nem a CIM-TTM teve qualquer apoio adicional, não recorreu a qualquer tipo de moratória, nem ficou em causa a continuidade da Entidade.

Apesar de não ter impacto nas contas de 2020 há que salientar que a Comissão Diretiva do PO NORTE 2020, deliberou avançar com a operacionalização da Deliberação CIC n.º 34/2020, encontrando-se a efetuar, no período de junho de 2020 a abril 2021, o processamento dos pedidos de pagamento submetidos a uma taxa de 100%, tendo como limite o valor de 95% da comparticipação FEDER aprovada para cada operação, ou seja, por via de um adiantamento, sem impacto na taxa atual das operações aos beneficiários FEDER com candidaturas aprovadas. Foram excluídas desta comunicação, os beneficiários do EP1, EP2, S12E, Eficiência Energética.

O principal objetivo desta comunicação/decisão é acelerar a execução do PO, relembrando, por esta via, os promotores da possibilidade de aumento de tesouraria através da aplicação da Deliberação CIC 34/2020.

g.f. hui
huy hui

4 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

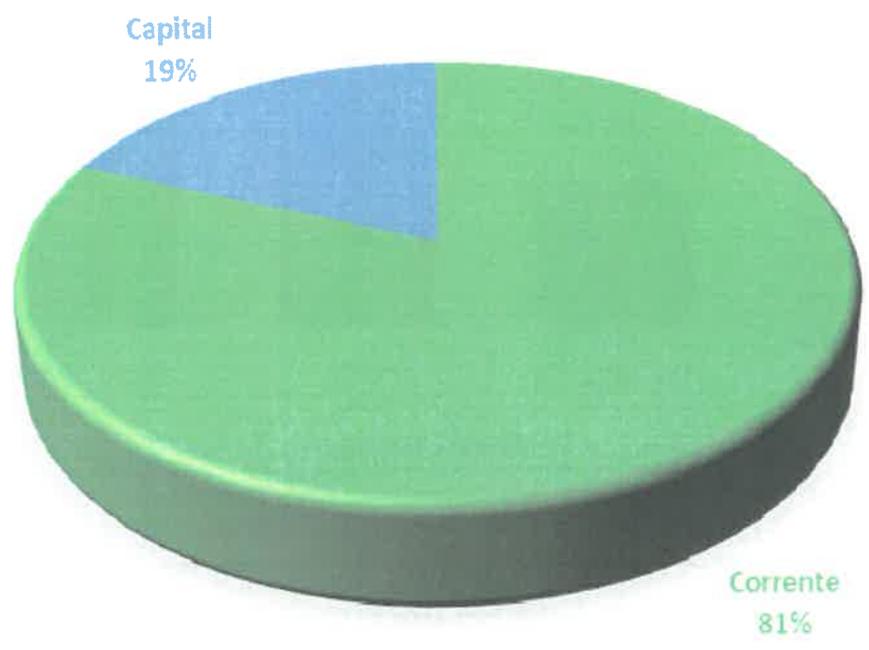
O orçamento da receita teve uma execução correspondente a 73,63% e a despesa apresentou uma execução correspondente a 61,03%. Poder-se-á dizer que apresenta um nível de execução razoável tendo em consideração os anos anteriores e o momento que atravessamos face á pandemia COVID19.

pr.
D. L. P. M.
4
Quetz



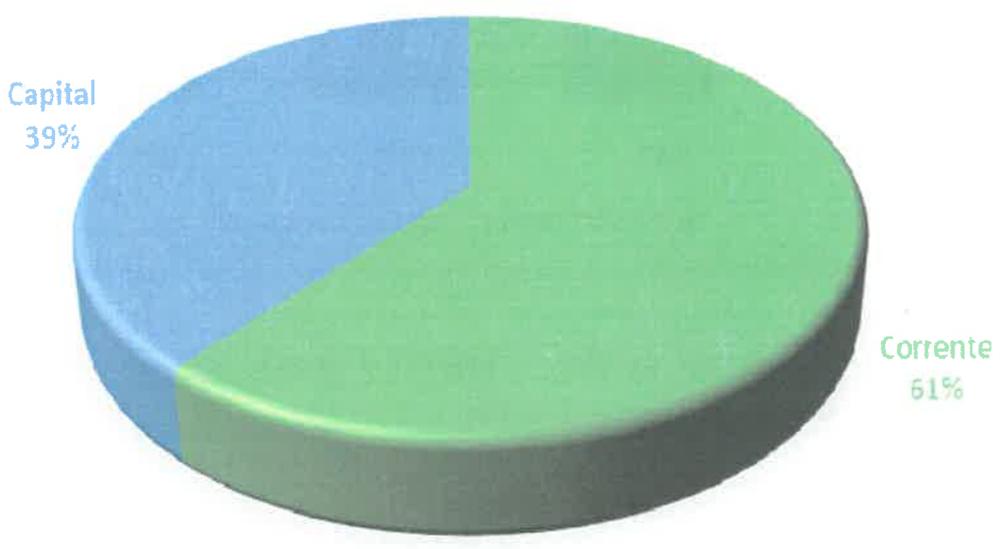
Handwritten notes and signatures at the top of the page.

DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA



Handwritten notes and signatures on the right side of the first chart.

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA



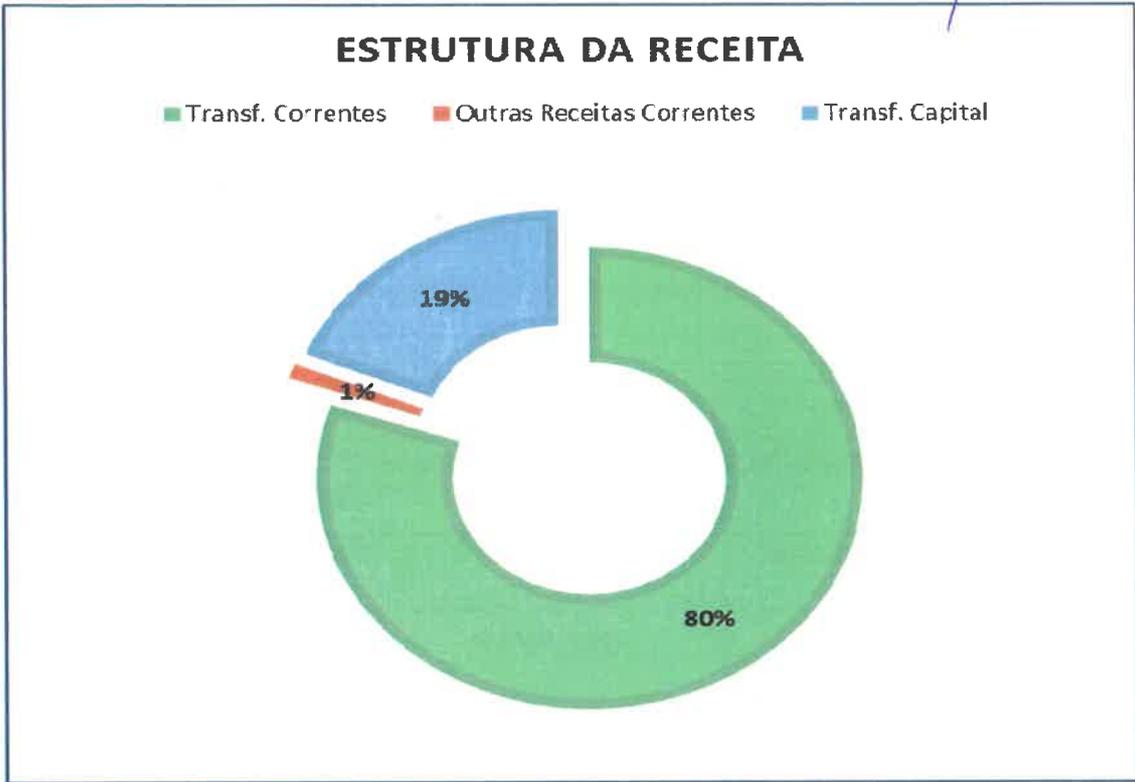
Handwritten notes and signatures:
 A. [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]



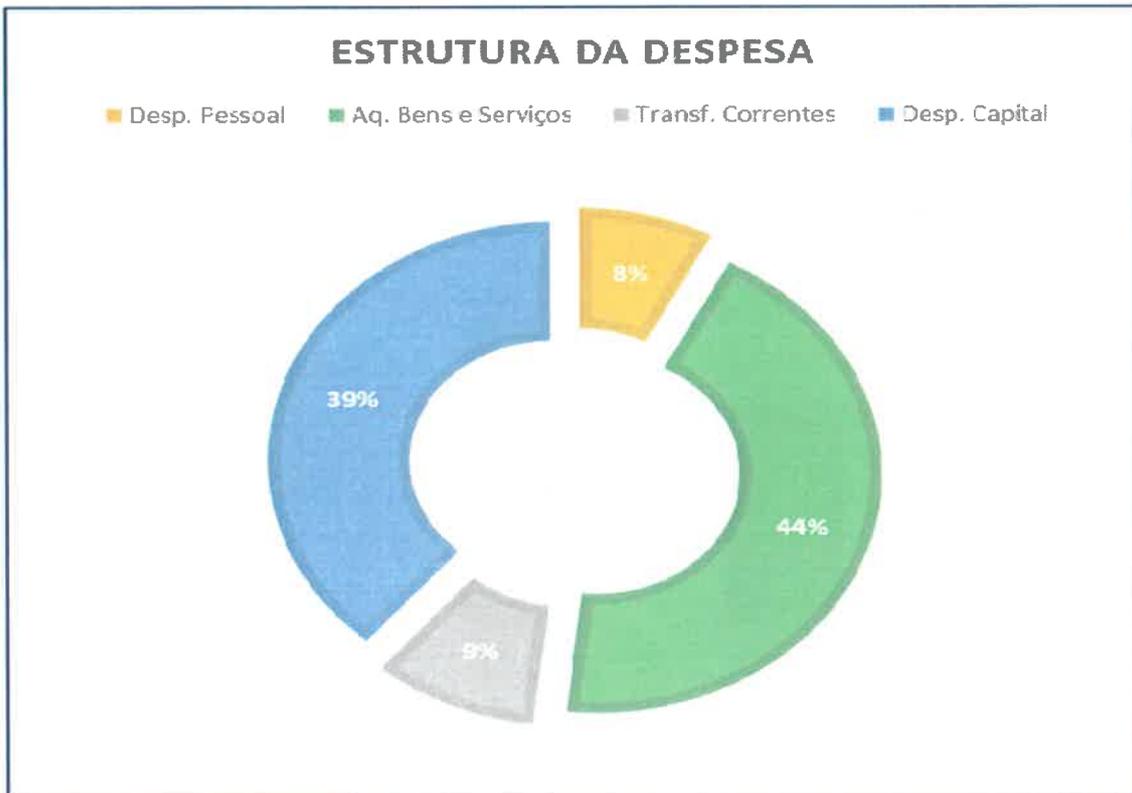
Observando o princípio do equilíbrio Orçamental Corrente, verifica-se que as receitas correntes são superiores às despesas correntes.

Estrutura da receita

Handwritten notes and signatures:
top right: *traz 9.3*
middle: *fin*
right: *f*
bottom right: *pr.*
bottom right: *D. L. P. 2*
bottom right: *comp*



Estrutura da despesa.



A
9.3
2020

5 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A presente análise económica e financeira sintetiza os resultados obtidos pela CIM-TTM, bem como a sua situação patrimonial e financeira a 31 de dezembro de 2020.

pr
2020
2020

5.1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As contas relativas ao exercício económico de 2020 foram encerradas tendo sido apurado um resultado líquido positivo de **229 134,24** Euros, registando um acréscimo em relação aos anos anteriores.

O Resultado Líquido é formado pelas seguintes componentes:

Designação	31.12.2019	31.12.2020	Var
R. antes Dep. E Gastos de Financ.	793 966,17	1 130 980,63	42,45%
R.Operacional(Antes gastos Fin.)	210 249,05	229 235,58	9,03%
Resultados Antes Impostos	209 697,42	229 134,24	9,27%
Resultado Líquido do Exercício	209 697,42	229 134,24	9,27%



5.1.1 - RESULTADOS OPERACIONAIS

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

Os Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento) têm a seguinte composição:

Designação	31.12.2019	31.12.2020
Custos Operacionais		
Fornecimentos e Serviços Externos	1 238 373,44€	1 518 977,17€
Gastos com Pessoal	267 281,74€	273 795,59€
Transferências e Subs. Concedidos	312 047,95€	1 023 421,08€
Amortizações	583 717,12€	901 745,05€
Outros Gastos	102,00€	.01€
Total Custos Operacionais	2 401 522,25€	3 717 938,90€
Proveitos Operacionais		
Designação	31.12.2019	31.12.2020
Impostos, Contribuições e Taxas		
Vendas e Prestações de Serviços		
Transferências e Sub. Correntes Obtidos	2 047 939,95€	3 169 351,87€
Outros Rendimentos	563 831,35€	777 822,61€
Total dos Proveitos Operacionais	2 611 771,30€	3 947 174,48€
RESULTADOS OPERACIONAIS	210 249,05€	229 235,58€

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right side of the table, including the name 'D.L.S.B.' and a signature.



Analisando os custos operacionais (antes de gastos de financiamento), regista-se um acréscimo considerável nos fornecimentos e serviços externos e transferências e subsídios concedidos justificado nos FSE pela execução dos projetos e nas transferências concedidas pelo PART. O aumento nos custos com pessoal justifica-se pelo aumento anual dos vencimentos e a contratação de um estagiário. O acréscimo nos gastos de depreciação e amortização é consequência do aumento nos bens de Capital.

Quanto aos proveitos operacionais, registou-se um acréscimo fruto da execução dos projetos em curso financiados e dos proveitos relacionados com os bens de capital.

5.2 – SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

5.2.1 – EVOLUÇÃO DA DIVIDA DE TEREIROS

Designação	31.12.2019	31.12.2020
Dívidas de Curto Prazo		
Clientes, contribuinte e utentes	0,00€	221 086,48€
Outras contas a receber	736 557,09€	458 106,96€
Total	736 557,09 €	679 193,44 €

As dívidas de terceiros correspondem a transferências dos Municípios e transferências do FEDER a efetuar no ano de 2021 relativas a gastos do ano de 2020.

5.2.2 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS

Designação	31.12.2019	31.12.2020
Dívidas de Curto Prazo		
Empréstimos de curto prazo		
Fornecedores c/c	112 418,43€	5 535,00€
Fornecedores de imobilizado	84 259,14€	,00€
Estado e outros entes públicos	5 105,95€	5 314,56€
Garantias e cauções	14 776,42€	3 590,40€
Outras Contas a pagar	55 844,81€	895 674,04€
Total	272 404,75 €	910 114,00 €

Relativamente à evolução da dívida a terceiros, constata-se que em 31 de dezembro de 2020 a CIM-TTM tinha 910 114,00 Euros em dívidas de curto prazo. Esta dívida refere-se a faturas em trânsito, cuja liquidação ainda não tinha sido efetuada. Deste valor salientamos a rubrica outras contas a pagar na qual constam valores dos transportes efetuados no ano de 2020 a faturar no ano de 2021. O valor em dívida ao Estado e Outros Entes Públicos corresponde aos descontos efetuados no mês de dezembro a liquidar em janeiro de 2021.

5.2.3 – INDICADORES DE GESTÃO

	31.12.2019	31.12.2020
Autonomia Financeira	87,00%	70,00%
Solvabilidade	6,55	2,29
Liquidez Geral	3,10	1,55

Pela análise dos indicadores de gestão acima indicados pode concluir-se que a situação financeira da CIM-TTM é aceitável, tendo em conta o tipo de entidade. A autonomia financeira, que mede a sustentabilidade da entidade através da determinação da proporção dos ativos que são financiados com o Património, apresenta um valor aceitável, embora tenha decrescido em relação ao ano anterior. Quanto à solvabilidade, que evidencia a capacidade de cumprir os seus compromissos a médio longo prazo, verifica-se que o valor apresentado, sendo superior a 1, indica solidez no médio e longo prazo. A liquidez geral, que mede a capacidade de a entidade fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, apresenta igualmente um valor superior a 1, indicando não ter dificuldade em cumprir com os seus compromissos no curto prazo.

6– PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A CIM-TTM apresenta um resultado líquido positivo, no valor de 229 134,24 Euros pelo que se propõe a seguinte aplicação de resultados:

Reforço do Património: 217 677,53

Constituição de Reservas Legais: 11 456,71€

Demonstrações Financeiras

Balanço

BLC - BALANÇO			
PERÍODO		ANO	
2020/01/01 - 2020/12/31		2020	
Rubricas	Notas	Datas	
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente		1 628 777,24 €	1 258 659,20 €
Ativos fixos tangíveis	5	1 463 280,41 €	1 009 771,76 €
Propriedades de investimento			
Ativos Intangíveis	3	163 363,47 €	247 522,84 €
Ativos biológicos			
Participações financeiras	18	2 133,36 €	1 364,60 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
Ativo corrente		1 403 036,02 €	799 152,80 €
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	221 086,48 €	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18	458 106,96 €	736 557,09 €
Diferimentos			1 391,00 €
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	723 842,58 €	61 204,71 €
Total Ativo		3 031 813,26 €	2 057 812,00 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		2 110 513,24 €	1 785 407,25 €
Património/Capital		421 555,00 €	222 342,45 €
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		38 443,91 €	27 959,04 €
Resultados transitados		115 594,58 €	115 594,58 €
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		1 305 785,51 €	1 209 813,76 €
Resultado líquido do período		229 134,24 €	209 697,42 €
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total Património Líquido		2 110 513,24 €	1 785 407,25 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		14 776,42 €	14 776,42 €
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	18	14 776,42 €	14 776,42 €
Passivo corrente		906 523,60 €	257 628,33 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Fornecedores	18	5 535,00 €	112 418,43 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	5 314,56 €	5 105,95 €
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			84 259,14 €
Outras contas a pagar	18	895 674,04 €	55 844,81 €
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Total Passivo		921 300,02 €	272 404,75 €
Total Património Líquido e Passivo		3 031 813,26 €	2 057 812,00 €

ORGÃO EXECUTIVO
Em ___ de ___ de ___

ORGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de ___ de ___

Demonstração de Resultados por Natureza

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO
2020/01/01 - 2020/12/31

ANO
2020

Rubricas	Notas	Datas	
		2020	2019
Impostos, contribuições e taxas			
Vendas			
Prestações de serviços e concessões			
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	3 169 351,87 €	2 047 939,95 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	23	-1 518 977,17 €	-1 238 373,44 €
Gastos com pessoal	19	-273 795,59 €	-267 281,74 €
Transferências e subsídios concedidos	27	-1 023 421,08 €	-312 047,95 €
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	25	777 822,61 €	563 831,35 €
Outros gastos	24	-0,01 €	-102,00 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1 130 980,63 €	793 966,17 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3, 5	-901 745,05 €	-583 717,12 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		229 235,58 €	210 249,05 €
Juros e rendimentos similares obtidos	26	2,66 €	2,59 €
Juros e gastos similares suportados		-104,00 €	-554,22 €
Resultado antes de impostos		229 134,24 €	209 697,42 €
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		229 134,24 €	209 697,42 €

ORGÃO EXECUTIVO
Em ___ de ___ de ___

ORGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de ___ de ___

Demonstrações das Alterações no Património Líquido

Demonstrações das alterações no património líquido

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-montes

Ano: 2020

Descrição	Notas	Capital/ Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Inst. de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Oneresses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	222 342,45				27 959,04	115 594,58			1 209 813,76	209 697,42	1 785 407,25		1 785 407,25
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas Contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização se excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital										923 428,60		923 428,60		923 428,60
Correção de erros materiais														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		199 212,55				10 484,87				-827 456,85	-209 697,42	-827 456,85		
	(2)	199 212,55				10 484,87				95 971,75	-209 697,42	95 971,75		95 971,75
Resultado Líquido do Período	(3)										229 134,24	229 134,24		229 134,24
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)	199 212,55				10 484,87	0,00			95 971,75	19 436,82	325 105,99		325 105,99
Operações com detentores de capital no período														
Realização de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrição de prémios de emissão														
	(5)													
Posição fim período		421 555,00				38 443,91	115 594,58			1 305 785,51	229 134,24	2 110 513,24		2 110 513,24

Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
PERÍODO	ANO
2020/01/01 - 2020/12/31	2020

Rubricas	Notas	Datas	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes			2 247 243,27 €
Recebimentos de contribuintes		3 321 491,19 €	
Recebimentos de transferências e subsídios correntes			
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-1 516 504,68 €	-1 424 279,96 €
Pagamentos ao pessoal		-264 449,86 €	-267 830,34 €
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-325 326,50 €	-293 955,85 €
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		1 215 210,15 €	261 177,12 €
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o rendimento		-4 094,81 €	360,46 €
Outros recebimentos/pagamentos			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1 211 115,34 €	261 537,58 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-1 254 107,57 €	-910 297,21 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-72 094,91 €	-185 656,20 €
Pagamentos - Propriedades de investimento			
Pagamentos - Investimentos financeiros		-399,92 €	-629,68 €
Pagamentos - Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis			
Recebimentos - Ativos intangíveis			
Recebimentos - Propriedades de Investimento			
Recebimentos - Investimentos financeiros			
Recebimentos - Outros ativos			
Recebimentos - Subsídios ao investimento			
Recebimentos - Transferências de capital		778 124,07 €	748 699,19 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares			
Recebimentos - Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-548 478,33 €	-347 883,90 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos			
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos de			
Recebimentos - Cobertura de prejuízos			
Recebimentos - Doações			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		0,86 €	2,59 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos			
Pagamentos - Juros e gastos similares			
Pagamentos - Dividendos			
Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			-217,20 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0,86 €	-214,61 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)			
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		662 637,87 €	-86 560,93 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		61 204,71 €	147 765,64 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío		723 842,58 €	61 204,71 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		61 204,71 €	147 765,64 €
Equivalentes a caixa no início do período			
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior (SGA)		61 204,71 €	147 765,64 €
SGA De execução orçamental		41 322,34 €	127 159,66 €
SGA De operações de tesouraria		19 882,37 €	20 605,97 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		723 842,58 €	61 204,71 €
Equivalentes a caixa no fim do período			
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
Variações cambiais de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		708 951,44 €	41 322,34 €
SGS De execução orçamental		14 891,14 €	19 882,37 €
SGS De operações de tesouraria			

ORGÃO EXECUTIVO
Em ___ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de _____ de _____

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Para o exercício findo em 31 de dezembro 2020

Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação transitória

A entidade aplicou pela primeira vez o SNC-AP no exercício de 2020. A transição do anterior normativo para as Normas de Contabilidade Públicas (NCP) não afetou a posição financeira, o desempenho financeiro nem os fluxos de caixa relatados.

A reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCP relativo ao mesmo período não originou qualquer ajustamento.

A reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, entre a data de transição para as NCP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os normativos anteriores originou os seguintes ajustamentos:

1. Rubricas de Balanço	2. Valores decorrentes da reclassificação (POCAL>SNC-AP)	3. Reconhecimento (+) / Desreconhec. (-)	4. Critérios de mensuração (+)/(-)	5. Imparidades (-) / Reversão (+)	6. Erros (+)/(-)	7. Alterações de estimativas contabilística (+)/(-)	8. Outras alterações decorrentes de políticas contabilísticas (+)/(-)	9. = 2. + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8. = SNC-AP
ATIVO								
Ativo não corrente								
Ativos fixos tangíveis	1 009 771,76							1 009 771,76
Propriedades de investimento								
Ativos intangíveis	247 522,84							247 522,84
Participações financeiras	1 364,60							1 364,60
Outros ativos financeiros								
Ativos por impostos diferidos								
Cientes, contribuintes e utentes								
Outras contas a receber								
	1 258 659,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 258 659,20
Ativo corrente								0,00
Inventários								0,00
Ativos biológicos								0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis								0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis								0,00
Cientes, contribuintes e utentes								0,00
Estado e outros entes públicos								0,00
Acionistas/sócios/associados								0,00
Outras contas a receber	736 557,09							736 557,09
Diferimentos	1 391,00							1 391,00
Ativos financeiros detidos para negociação								0,00
Outros ativos financeiros								0,00
Caixa e depósitos	61 204,71							61 204,71
	799 152,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	799 152,80
Total do ativo	2 057 812,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 057 812,00

PATRIMÓNIO LÍQUIDO								0,00
Património/Capital	222 342,45							222 342,45
Ações (quotas) próprias								
Outros instrumentos de capital próprio								
Prémios de emissão								
Reservas	27 959,04							27 959,04
Resultados transitados	115 594,58							115 594,58
Ajustamentos em ativos financeiros								
Excedentes de revalorização								
Outras variações no património líquido						1 209 813,76		1 209 813,76
Resultado líquido do período	209 697,42							209 697,42
Interesses que não controlam								0,00
Total do Património Líquido	575 593,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 209 813,76	1 785 407,25
PASSIVO								0,00
Passivo não corrente								0,00
Provisões								0,00
Financiamentos obtidos								0,00
Fornecedores de investimentos								0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego								0,00
Outras contas a pagar							14 776,42	14 776,42
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 776,42	14 776,42
Passivo corrente								0,00
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos								0,00
Fornecedores	112 418,43							112 418,43
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes								0,00
Estado e outros entes públicos	5 105,95							5 105,95
Financiamentos obtidos								0,00
Fornecedores de investimentos	84 259,14							84 259,14
Outras contas a pagar	55 844,81							55 844,81
Diferimentos	1 209 813,76						-1 209 813,76	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação								0,00
Outros passivos financeiros	14 776,42						-14 776,42	0,00
	1 482 218,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 224 590,18	257 628,33
Total do Passivo	1 482 218,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 209 813,76	272 404,75
Total do Património Líquido e Passivo	2 057 812,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 057 812,00

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, adiante designada por CIM-TTM, é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza associativa e âmbito territorial, com N.I.P.C. 510957544, com sede na Rua Visconde da Bouça, apartado 239, 5300-319 Bragança.

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes foi constituída em 29/10/2013 e os seus estatutos foram publicados no Diário da República em 26-09-2014.

O regime financeiro da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes é o consagrado na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pretendendo assegurar uma efetiva coordenação entre a administração central e local no plano financeiro, e contribuir para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio financeiro.

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes está sujeita aos princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro.

As demonstrações financeiras foram preparadas, pela primeira vez, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a instituição.

Relativamente ao modelo organizacional de gestão a CIM-TTM é composta pela Assembleia Intermunicipal, pelo Conselho Intermunicipal, pelo Secretariado Executivo e pela Estrutura de apoio Técnico.

Outras Políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas relacionadas com o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, rendimentos e gastos são apresentadas nas notas anexas em que cada assunto é tratado.

Julgamentos dos órgãos de gestão

Não foram efetuados julgamentos pelos órgãos de Gestão no processo de aplicação das políticas contabilísticas com impacto relevante nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da CIM-TTM, mantidos de acordo com os princípios definidos no sistema de normalização contabilística vigente em Portugal.

Fontes de Incerteza de estimativas

Não existem fontes de incerteza de estimativas apuradas.

Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materiais apurados de períodos anteriores.

Nota 3 - Ativos intangíveis

O reconhecimento dos ativos intangíveis está sujeito aos requisitos da identificabilidade, do poder de controlar a obtenção de benefícios económicos futuros ou do potencial de serviço e da existência desses mesmos benefícios.

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, de acordo com as respetivas estimativas de vida útil.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 3.1 - Ativos Intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)- (3) (3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)- (7) (7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	27 675,00	27 675,00						
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual	668 004,89	420 482,05		247 522,84	850 689,10	687 325,63		163 363,47
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
TOTAL	695 679,89	448 157,05	0,00	247 522,84	850 689,10	687 325,63	0,00	163 363,47

Quadro 3.2 - Ativos Intangíveis - Quantidade escriturada e variações do período

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações do período								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Activos Intangíveis										
Activos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	155 009,21	0,00	0,00	0,00	0,00	-51 669,74	0,00	0,00	103 339,47
Propriedade industrial e intelectual	247 522,84						-187 498,84			60 024,00
Outros										
Activos intangíveis em curso										
Total	247 522,84	155 009,21	0,00	0,00	0,00	0,00	-239 168,58	0,00	0,00	163 363,47

Quadro 3.2A - Ativos Intangíveis - Adições

Rubricas (1)	Adições										Quantia escriturada final (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Expropriação (6)	Doeção, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Dação em pagamento (8)	Locação financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outras (11)	
Activos Intangíveis											
Activos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Goodwill											
Projectos de desenvolvimento											
Programas de computador e sistemas de informação		155 009,21									155 009,21
Propriedade industrial e intelectual											0,00
Outros											
Activos intangíveis em curso											
Total	0,00	155 009,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155 009,21

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, de acordo com as respetivas estimativas de vida útil.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Outros								
Bens de domínio público em curso								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Equipamento básico	293 225,04	76 256,49		216 968,55	293 225,04	129 044,58		164 180,46
Equipamento de transporte	409 368,60	204 684,30		204 684,30	409 368,60	317 026,45		92 342,15
Equipamento administrativo	1 251 240,10	671 988,26		579 251,84	2 367 325,22	1 170 567,42		1 196 757,80
Equipamentos biológicos								
Outros	44 335,35	35 468,28		8 867,07	44 335,35	44 335,35		0,00
Ativos fixos tangíveis em curso								
	1 998 169,09	988 397,33	0,00	1 009 771,76	3 114 254,21	1 660 973,80	0,00	1 453 280,41
TOTAL	1 998 169,09	988 397,33	0,00	1 009 771,76	3 114 254,21	1 660 973,80	0,00	1 453 280,41

Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Activos Fijos Tangíveis (1)	Quantia escriturada Inicial (2)	Variações do período								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Outros bens de domínio público em curso										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Activos fixos em concessão em curso										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Equipamento básico	216 968,55	0,00					-52 788,09			164 180,46
Equipamento de transporte	204 684,30	0,00					-102 342,15			102 342,15
Equipamento administrativo	579 251,84	1 116 085,12		0,00	0,00	0,00	-498 579,16	0,00	0,00	1 196 757,80
Equipamentos biológicos	0,00	0,00								
Outros	8 867,07	0,00					-8 867,07			
Activos fixos tangíveis em curso										
	1 009 771,76	1 116 085,12	0,00	0,00	0,00	0,00	-662 576,47	0,00	0,00	1 463 280,41
Total	1 009 771,76	1 116 085,12	0,00	0,00	0,00	0,00	-662 576,47	0,00	0,00	1 463 280,41

Quadro 5.2A - Ativos fixos tangíveis - Adições

Activos Fijos Tangíveis (1)	Adições										Quantia escriturada final (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Dação em pagamento (8)	Locação financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outras (11)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Outros bens de domínio público em curso											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Activos fixos em concessão em curso											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Equipamento básico											
Equipamento de transporte											
Equipamento administrativo	0,00	1 116 085,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 116 085,12
Equipamentos biológicos											
Outros											
Activos fixos tangíveis em curso											
	0,00	1 116 085,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 116 085,12
Total	0,00	1 116 085,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 116 085,12

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos decorrentes de transações sem contraprestação são reconhecidos no momento, em que os correspondentes influxos são considerados como ativo, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. O rendimento é mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido.

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Derrama					
Imposto municipal sobre imóveis					
Imposto único de circulação					
Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Loteamentos e obras					
Ocupação da via pública					
Publicidade					
Taxa municipal de direitos de passagem					
Taxa de depósito da ficha técnica de habitação					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis					
Outros					
Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e outras penalidades					
Outras multas e penalidades					
Transferências e subsídios correntes obtidos	3 855 378,30	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado	246 355,00				
Serviços e Fundos Autónomos	829 738,51				
Administração Local	1 148 573,21				
Projetos co-financiados	1 630 711,58				
Outros	0,00				
Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De perdas por imparidade					
De provisões					
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	776 926,19				
TOTAL	4 632 304,49	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

A Pandemia teve alguns efeitos adversos na atividade, especialmente no que concerne a atividades que nos exigiam a presença física, como reuniões participações em eventos de promoção do território e no cancelamento e atraso na execução de algumas candidaturas.

Relativamente ao impacto nos Recursos Humanos tivemos três colaboradores infetados, mas não houve necessidade de qualquer reforço nem a CIM-TTM teve qualquer apoio adicional, não recorreu a qualquer tipo de moratória, nem ficou em causa a continuidade da Entidade.

Apesar de não ter impacto nas contas de 2020 há que salientar que a Comissão Diretiva do PO NORTE 2020, deliberou avançar com a operacionalização da Deliberação CIC n.º 34/2020, encontrando-se a efetuar, desde o início do corrente ano, o processamento dos pedidos de pagamento submetidos a uma taxa de 100%, tendo como limite o valor de 95% da comparticipação FEDER aprovada para cada operação, ou seja, por via de um adiantamento, sem impacto na taxa atual das operações aos beneficiários FEDER com candidaturas aprovadas. Foram excluídas desta comunicação, os beneficiários do EP1, EP2, S12E, Eficiência Energética.

O principal objetivo desta comunicação/decisão é acelerar a execução do PO, lembrando, por esta via, os promotores da possibilidade de aumento de tesouraria através da aplicação da Deliberação CIC 34/2020.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor, sendo a mensuração subsequente feita pelo custo amortizado.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos instrumentos financeiros encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativos financeiros detidos para negociação										
Participações Financeiras - justo valor										
Outros ativos financeiros										
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	739 312,69	768,76		0,00	0,00	0,00		0,00	58 754,65	681 326,80
Participações financeiras - custo										0,00
Outros ativos financeiros:										0,00
Associados										0,00
Outros investimentos financeiros	1 354,60	768,76								2 133,36
Outras contas a receber	737 948,09								58 754,65	679 193,44
TOTAL	739 312,69	768,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 754,65	681 326,80

Quadro 18.2 - Passivos Financeiros

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação								
Outros passivos financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	272 404,75	4 072 341,52		0,00	3 367 601,44		55 844,81	921 300,02
Outros passivos financeiros:								0,00
Fomecedores	112 418,43	1 794 118,27		0,00	1 901 001,70		0,00	5 535,00
Estado e outros entes públicos	5 105,95	117 253,83			117 045,22			5 314,56
Empréstimos bancários								0,00
Fomecedores de Investimentos	84 259,14	1 265 295,38			1 349 554,52			0,00
Outras contas a pagar	70 621,23	895 674,04					55 844,81	910 450,46
TOTAL	272 404,75	4 072 341,52	0,00	0,00	3 367 601,44	0,00	55 844,81	921 300,02

Na análise deste último quadro, importa referir que o montante de 895.674,04 € apresentado nos aumentos de outras contas a pagar diz respeito a gastos de Transportes, no montante de 844.092,58 €, a Férias e Subsídio do pessoal, no montante de 40.324,36 €, e a outros gastos,

registados no ano de 2021, mas relativos ao ano de 2020, no montante de 11.257,10 €. De acordo com o princípio do acréscimo foram registados como acréscimos de gastos.

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo - Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações deve ser relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação - Resultam de benefícios pagos em consequência de decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 e em 31/12/2019 foi de 9.

A 31/12/2020 não existem funcionários a usufruir de benefícios pós emprego relativamente a planos de contribuição definida.

A repartição dos “Gastos com pessoal” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Gastos com Pessoal		
Rubrica	2020	2019
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	2 320,20 €	3 364,85 €
Abonos variáveis ou eventuais	2 320,20 €	3 364,85 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	64 434,06 €	78 956,48 €
Remunerações certas e permanentes	61 275,22 €	71 965,76 €
Abonos variáveis ou eventuais	3 158,84 €	6 990,72 €
Remunerações do pessoal	152 586,56 €	133 513,42 €
Remunerações certas e permanentes	150 804,67 €	124 543,20 €
Abonos variáveis ou eventuais	1 781,89 €	8 970,22 €
Encargos sobre remunerações	48 785,96 €	46 995,23 €
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	3 721,51 €	2 430,38 €
Outros gastos com pessoal	1 947,30 €	2 021,38 €
TOTAL	273 795,59 €	267 281,74 €

Nota 23 – Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

A. g. p. m. h. i. t. e. s. e.

pr.

Ac. i. b. 4

pr. u. t. s.

Descrição	2020	2019
Trabalhos especializados	922 386,46	857 937,44
Publicidade e propaganda	49 921,80	154 231,66
Honorários	541,43	146,97
Comissões	0,00	0,00
Conservação e reparação	254,31	615,71
Material de escritório	1 220,37	1 054,97
Ferramentas e utensílios	0,00	3 608,30
Outros materiais diversos de consumo	31 040,76	106 702,30
Electricidade	0,00	0,00
Combustíveis e lubrificantes	1 314,23	3 638,33
Água	0,00	0,00
Deslocações e estadas	2 154,89	21 428,22
Transporte de Mercadorias	0,00	3 830,18
Transportes	477 503,14	127,00
Rendas e alugueres	0,00	23 015,83
Comunicação	4 882,39	2 571,42
Seguros	0,00	0,00
Despesas de representação	0,00	34 425,42
Limpeza, higiene e conforto	0,00	0,00
Outros serviços	27 757,39	25 039,69
Total	1 518 977,17	1 238 373,44

Nota 24 – Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos e taxas	0,00	102,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	104,01	554,22
Total	104,01	656,22

Nota 25 – Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de contas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros	777 822,61	563 831,35
Imputação subsídios ao investimento	776 926,19	562 747,28
Outros	896,42	1 084,07
Total	777 822,61	563 831,35

Nota 26 – Juros, dividendos e outros rendimentos similares

A rubrica de “Juros, dividendos e outros rendimentos similares” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Gestão da tesouraria e da dívida direta do Estado	0,00	0,00
Juros obtidos	2,66	2,59
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade de financiamento	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Total	2,66	2,59

Nota 27 – Transferências e subsídios concedidos

A rubrica de “Transferências e subsídios concedidos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Transferências correntes concedidas	1 023 421,08	312 047,95
Subsídios correntes concedidos	0,00	0,00
Prestações sociais concedidas	0,00	0,00
Transferências de capital concedidas	0,00	0,00
Subsídios de capital concedidos	0,00	0,00
Transferências para cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Transferências e subsídios para reforço de liquidez	0,00	0,00
Transferências e subsídios para amortização de dívida	0,00	0,00
Outros subsídios e transferências de capital	0,00	0,00
Total	1 023 421,08	312 047,95

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à entidade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

A DIREÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Demonstração do Desempenho Orçamental

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período	Periodicidade	Mensal
01-01-2020	Período	Mensal Após Apuramento dos Resultados
31-12-2020	Acumulados	Sim

Data	Ano
07-05-2021	2020

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	2019
		RP	RG	UE	EMPR	F. ALHEIOS		
RA01	Saldo de gerência anterior	41 322,34 €				19 882,37 €	61 204,71 €	
RI01	Operações orçamentais [1]	41 322,34 €					41 322,34 €	
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais	41 322,34 €					41 322,34 €	
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
RI03	Operações de tesouraria [A]					19 882,37 €	19 882,37 €	
RA02	Receita corrente	3 322 388,47 €					3 322 388,47 €	
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos diretos							
R1.2	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades							
R4	Rendimentos de propriedade	0,86 €					0,86 €	
R5	Transferências e subsídios correntes	3 321 491,19 €					3 321 491,19 €	
R5.1	Transferências correntes	3 321 491,19 €					3 321 491,19 €	
R5.1.1	Administrações Públicas	3 321 491,19 €					3 321 491,19 €	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 456 270,13 €					2 456 270,13 €	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local	865 221,06 €					865 221,06 €	
R5.1.2	Exterior - U E							
R5.1.3	Outras							
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços							
R7	Outras receitas correntes	896,42 €					896,42 €	
RA03	Receita de capital	778 124,07 €					778 124,07 €	
R8	Venda de bens de investimento							
R9	Transferências e subsídios de capital	778 124,07 €					778 124,07 €	
R9.1	Transferências de capital	778 124,07 €					778 124,07 €	
R9.1.1	Administrações Públicas	778 124,07 €					778 124,07 €	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	754 559,15 €					754 559,15 €	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local	23 564,92 €					23 564,92 €	
R9.1.2	Exterior - U E							
R9.1.3	Outras							
R9.2	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital							
RA04	Receita efetiva [2]	4 100 512,54 €					4 100 512,54 €	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos							
RA05	Receita não efetiva [3]							
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	4 141 834,88 €					4 141 834,88 €	
ROT1	Operações de tesouraria [B]							

Am gij
4
qui
P. L. Silva
2
10/11/2020

Demonstração de Desempenho Orçamental da Receita

DOREC - DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA
 (Cm Dos Terras de Trás - Os - Montes)

Ano
2020

Rubricas	Descrição	Mensal		Previsões por Liquidar	Recitas por períodos anteriores	Liquidações anuladas	Recitas brutas	Reembolsos e Restituições		Recitas Cobradas Líquidas		Recebimentos Diferidos	Recitas por cobrar no final do período	Liquidações de Períodos Futuros				
		Mensal	Acumulado					Emfidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente			Total	(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)
01-01-2020	31-12-2020	Visualizar	Comiss. s. Max.	Visualizar	Comiss. s. Max.	Visualizar	Comiss. s. Max.	Visualizar	Comiss. s. Max.	Visualizar	Comiss. s. Max.	Visualizar	Comiss. s. Max.	Visualizar	Comiss. s. Max.	Visualizar	Comiss. s. Max.	
01	RECEITA CORRENTE	3 931 966,21 €	3 931 966,21 €	388 491,16 €	3 542 977,07 €	3 542 977,07 €	3 322 388,47 €			3 322 388,47 €	3 322 388,47 €		221 086,48 €					
0101	Impostos diretos																	
0102	Sobre o rendimento																	
0103	Outros																	
02	Outros																	
0201	Impostos indiretos																	
0202	Sobre o consumo																	
0203	Outros																	
03	Contribuições para Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e Subsistema previdencial																	
0301	Contribuições para Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e Subsistema previdencial																	
0302	Regimes complementares e especiais																	
0303	Contribuições para Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e Subsistema previdencial																	
04	Outros																	
0401	Outros																	
0402	Outros																	
0403	Outros																	
0404	Outros																	
0405	Outros																	
0406	Outros																	
0407	Outros																	
0408	Outros																	
0409	Outros																	
0410	Outros																	
0411	Outros																	
0412	Outros																	
0413	Outros																	
0414	Outros																	
0415	Outros																	
0416	Outros																	
0417	Outros																	
0418	Outros																	
0419	Outros																	
0420	Outros																	
0421	Outros																	
0422	Outros																	
0423	Outros																	
0424	Outros																	
0425	Outros																	
0426	Outros																	
0427	Outros																	
0428	Outros																	
0429	Outros																	
0430	Outros																	
0431	Outros																	
0432	Outros																	
0433	Outros																	
0434	Outros																	
0435	Outros																	
0436	Outros																	
0437	Outros																	
0438	Outros																	
0439	Outros																	
0440	Outros																	
0441	Outros																	
0442	Outros																	
0443	Outros																	
0444	Outros																	
0445	Outros																	
0446	Outros																	
0447	Outros																	
0448	Outros																	
0449	Outros																	
0450	Outros																	
0451	Outros																	
0452	Outros																	
0453	Outros																	
0454	Outros																	
0455	Outros																	
0456	Outros																	
0457	Outros																	
0458	Outros																	
0459	Outros																	
0460	Outros																	
0461	Outros																	
0462	Outros																	
0463	Outros																	
0464	Outros																	
0465	Outros																	
0466	Outros																	
0467	Outros																	
0468	Outros																	
0469	Outros																	
0470	Outros																	
0471	Outros																	
0472	Outros																	
0473	Outros																	
0474	Outros																	
0475	Outros																	
0476	Outros																	
0477	Outros																	
0478	Outros																	
0479	Outros																	
0480	Outros																	
0481	Outros																	
0482	Outros																	
0483	Outros																	
0484	Outros																	
0485	Outros																	
0486	Outros																	
0487	Outros																	
0488	Outros																	
0489	Outros																	
0490	Outros																	
0491	Outros																	

DA01	Despesa corrente	2 106 680,96 €				2 106 680,96 €
D1	Despesas com o pessoal	264 849,78 €				264 849,78 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	206 229,71 €				206 229,71 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	4 170,54 €				4 170,54 €
D1.3	Segurança social	54 449,53 €				54 449,53 €
D2	Aquisição de bens e serviços	1 516 504,68 €				1 516 504,68 €
D3	Juros e outros encargos					
D4	Transferências e subsídios correntes	325 326,50 €				325 326,50 €
D4.1	Transferências correntes	325 326,50 €				325 326,50 €
D4.1.1	Administrações Públicas	135 696,83 €				135 696,83 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português					
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades					
D4.1.1.3	Segurança Social					
D4.1.1.4	Administração Regional					
D4.1.1.5	Administração Local	135 696,83 €				135 696,83 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo					
D4.1.3	Famílias					
D4.1.4	Outras	189 629,67 €				189 629,67 €
D4.2	Subsídios Correntes					
D5	Outras despesas correntes					
DA02	Despesa de capital	1 326 202,48 €				1 326 202,48 €
D6	Aquisição de bens de capital	1 326 202,48 €				1 326 202,48 €
D7	Transferências e subsídios de capital					
D7.1	Transferências de capital					
D7.1.1	Administrações Públicas					
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português					
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades					
D7.1.1.3	Segurança Social					
D7.1.1.4	Administração Regional					
D7.1.1.5	Administração Local					
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo					
D7.1.3	Famílias					
D7.1.4	Outras					
D7.2	Subsídios de capital					
D8	Outras despesas de capital					
DA03	Despesa efetiva [5]	3 432 883,44 €				3 432 883,44 €
DA04	Despesa não efetiva [6]					
D9	Despesa com ativos financeiros					
D10	Despesa com passivos financeiros					
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	3 432 883,44 €				3 432 883,44 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]			4 991,23 €		4 991,23 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	708 951,44 €		14 891,14 €		723 842,58 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	708 951,44 €				708 951,44 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]			14 891,14 €		14 891,14 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	667 629,10 €				667 629,10 €
DA10	Despesa primária	3 432 883,44 €				3 432 883,44 €
DA11	Saldo corrente	1 215 707,51 €				1 215 707,51 €
DA12	Saldo de capital	-548 078,41 €				-548 078,41 €
DA13	Saldo primário	667 629,10 €				667 629,10 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	4 141 834,88 €				4 141 834,88 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	3 432 883,44 €				3 432 883,44 €

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Anexo às demonstrações orçamentais

Para o exercício findo em 31 de dezembro 2020

“As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. (...)” Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

Face ao orçamento de uma entidade pública, os registos da contabilidade orçamental nele previstos permitem, por classificação económica, acompanhar o orçamento da despesa e da receita, desde a sua abertura, modificações, execução, até ao encerramento.

As demonstrações orçamentais permitem, nomeadamente: o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe 0 - Contabilidade Orçamental, a verificação através do balancete da contabilidade orçamental do conteúdo das demonstrações orçamentais, conhecer de forma mais simples e direta os cabimentos registados, ou seja, a reserva de dotação orçamental disponível, bem como, o montante daqueles que ainda não se converteram em compromisso, ou seja, assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo.

Assim sendo, apresentam-se no anexo às demonstrações orçamentais os seguintes elementos:

- 1 - Alterações orçamentais da receita
- 2 - Alterações orçamentais da despesa
- 3 - Alterações ao plano plurianual de investimentos
- 4 - Operações de tesouraria
- 5.1 - Contratação administrativa – Situação dos contratos
- 5.2 - Contratação administrativa – Adjudicações por tipo de procedimento
- 5.3 – EC Encargos Contratuais
- 6 - Transferências e subsídios – receita
- 7 – Transferências e subsídios - despesa

1 - Alterações orçamentais da receita

Em 25 de junho de 2020 procedeu-se à elaboração de uma alteração modificativa ao orçamento, que foi aprovada em Assembleia Geral da CIM-TTM realizada no dia 29 de junho de 2020, afetando a receita da seguinte forma:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

ALTERAÇÃO NÚMERO 3 - ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO 2020 DATA DE APROVAÇÃO 29/06/2020

Tipo de Visualização	APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO	Orçamento Ano	2020	Data	29-04-2021
----------------------	---	---------------	------	------	------------

(NOTA: Mapa gerado com opção de desagregação das classificações e sem consideração de anos seguintes)

Identificação da Classificação		Tipo	Previsões iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas	Observações
Rubricas	Designação			Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]	
R5	Transferências e subsídios correntes		412 799,00 €	281 052,00 €			693 851,00 €	
R51	Transferências correntes		412 799,00 €	281 052,00 €			693 851,00 €	
R511	Administrações Públicas		412 799,00 €	281 052,00 €			693 851,00 €	
R5111	Administração Central - Estado Português		412 799,00 €	281 052,00 €			693 851,00 €	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		412 799,00 €	281 052,00 €			693 851,00 €	
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		412 799,00 €	281 052,00 €			693 851,00 €	
060301	ESTADO		412 799,00 €	281 052,00 €			693 851,00 €	
06030199	OUTRAS		412 799,00 €	281 052,00 €			693 851,00 €	
0603019901	DGAL	M	227 799,00 €	18 556,00 €			246 355,00 €	
0603019902	OUTRAS	M	185 000,00 €	262 496,00 €			447 496,00 €	
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais			41 322,34 €			41 322,34 €	
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR			41 322,34 €			41 322,34 €	
1601	SALDO ORÇAMENTAL			41 322,34 €			41 322,34 €	
160101	NA POSSE DO SERVIÇO	M		41 322,34 €			41 322,34 €	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES			412 799,00 €	281 052,00 €			693 851,00 €	
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL								
TOTAL DE RECEITAS EFETIVAS			412 799,00 €	281 052,00 €			693 851,00 €	
TOTAL DE RECEITAS NÃO EFETIVAS				41 322,34 €			41 322,34 €	
TOTAL			412 799,00 €	322 374,34 €			735 173,34 €	

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

Em 23 de dezembro de 2020 procedeu-se à elaboração de uma alteração modificativa ao orçamento, que foi aprovada em Assembleia Geral da CIM-TTM realizada no dia 23 de dezembro de 2020, afetando a receita da seguinte forma:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

ALTERAÇÃO NÚMERO 6 - ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA NÚMERO 2 DO ANO CONTABILÍSTICO 2020 DATA DE APROVAÇÃO 23/12/2020

Tipo de Visualização	APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO	Orçamento Ano	2020	Data	29-04-2021
----------------------	---	---------------	------	------	------------

(NOTA: Mapa gerado com opção de desagregação das classificações e sem consideração de anos seguintes)

Identificação da Classificação		Tipo	Previsões iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas	Observações
Rubricas	Designação			Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]	
R5	Transferências e subsídios correntes		1 993 000,00 €		872 000,00 €		1 121 000,00 €	
R51	Transferências correntes		1 993 000,00 €		872 000,00 €		1 121 000,00 €	
R511	Administrações Públicas		1 993 000,00 €		872 000,00 €		1 121 000,00 €	
R5111	Administração Central - Estado Português		1 993 000,00 €		872 000,00 €		1 121 000,00 €	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1 993 000,00 €		872 000,00 €		1 121 000,00 €	
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1 993 000,00 €		872 000,00 €		1 121 000,00 €	
060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS		1 993 000,00 €		872 000,00 €		1 121 000,00 €	
06030601	FEDER (CORRENTE)	M	1 993 000,00 €		872 000,00 €		1 121 000,00 €	
R9	Transferências e subsídios de capital		1 821 210,00 €		1 119 130,00 €		702 080,00 €	
R91	Transferências de capital		1 821 210,00 €		1 119 130,00 €		702 080,00 €	
R911	Administrações Públicas		1 821 210,00 €		1 119 130,00 €		702 080,00 €	
R9111	Administração Central - Estado Português		1 821 210,00 €		1 119 130,00 €		702 080,00 €	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1 821 210,00 €		1 119 130,00 €		702 080,00 €	
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1 821 210,00 €		1 119 130,00 €		702 080,00 €	
100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS		1 821 210,00 €		1 119 130,00 €		702 080,00 €	
10030701	FEDER (CAPITAL)	M	1 821 210,00 €		1 119 130,00 €		702 080,00 €	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES			1 993 000,00 €		872 000,00 €		1 121 000,00 €	
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL			1 821 210,00 €		1 119 130,00 €		702 080,00 €	
TOTAL DE RECEITAS EFETIVAS			3 814 210,00 €		1 991 130,00 €		1 823 080,00 €	
TOTAL DE RECEITAS NÃO EFETIVAS								
TOTAL			3 814 210,00 €		1 991 130,00 €		1 823 080,00 €	

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

2 - Alterações orçamentais da despesa

Em 23 de março de 2020, procedeu-se a uma alteração permutativa ao orçamento, que foi aprovada em reunião do Conselho Diretivo da CIM-TTM realizada no dia 23 de março de 2020, afetando a despesa da seguinte forma:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

ALTERAÇÃO NÚMERO 1 - ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO 2020 DATA DE APROVAÇÃO 23/03/2020

Tipo de Visualização	APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO	Orçamento Ano	2020	Data	29-04-2021
----------------------	---	---------------	------	------	------------

(NOTA: Mapa gerado com opção de desagregação das classificações e sem consideração de anos seguintes)

Identificação da Classificação			Tipo	Dotações iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas	Observações
Rubricas		Designação			Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
	[1]		[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]
D2		Aquisição de bens e serviços		1 047 000,00 €	152 500,00 €	152 500,00 €		1 047 000,00 €	
	01	ADMINISTRAÇÃO		1 047 000,00 €	152 500,00 €	152 500,00 €		1 047 000,00 €	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		1 047 000,00 €	152 500,00 €	152 500,00 €		1 047 000,00 €	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1 047 000,00 €	152 500,00 €	152 500,00 €		1 047 000,00 €	
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS		9 000,00 €	50 000,00 €			59 000,00 €	
	020121	OUTROS BENS	P	9 000,00 €	50 000,00 €			59 000,00 €	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1 038 000,00 €	102 500,00 €	152 500,00 €		988 000,00 €	
	020209	COMUNICAÇÕES	P	18 000,00 €	20 000,00 €			38 000,00 €	
	020214	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		560 000,00 €	52 500,00 €			612 500,00 €	
	02021403	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR	P	560 000,00 €	52 500,00 €			612 500,00 €	
	020215	FORMAÇÃO	P	5 000,00 €	15 000,00 €			20 000,00 €	
	020217	PUBLICIDADE	P	350 000,00 €		100 000,00 €		250 000,00 €	
	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		105 000,00 €	15 000,00 €	52 500,00 €		67 500,00 €	
	02022001	ORGANIZAÇÃO DO FESTIVAL DE TURISMO DE NATUREZA DAS TTM	P	75 000,00 €		52 500,00 €		22 500,00 €	
	02022099	OUTROS	P	30 000,00 €	15 000,00 €			45 000,00 €	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				1 047 000,00 €	152 500,00 €	152 500,00 €		1 047 000,00 €	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL									
TOTAL DE DESPESAS EFETIVAS				1 047 000,00 €	152 500,00 €	152 500,00 €		1 047 000,00 €	
TOTAL DE DESPESAS NÃO EFETIVAS									
TOTAL				1 047 000,00 €	152 500,00 €	152 500,00 €		1 047 000,00 €	

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

Em 13 de maio de 2020 procedeu-se à elaboração de uma alteração permutativa ao orçamento, que foi aprovada em reunião do Conselho Diretivo da CIM-TTM realizada no dia 13 de maio de 2020, afetando a despesa da seguinte forma:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA										
ALTERAÇÃO NÚMERO 2 - ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 2 DO ANO CONTABILÍSTICO 2020 DATA DE APROVAÇÃO 13/05/2020										
Tipo de Visualização		APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO		Orçamento Ano		2020		Data		29-04-2021
(NOTA: Mapa gerado com opção de desagregação das classificações e sem consideração de anos seguintes)										
Identificação da Classificação				Alterações Orçamentais				Dotações corrigidas	Observações	
Rubricas	Designação	Tipo	Dotações iniciais	Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais				
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]			
D1	Despesas com o pessoal		90 100,00 €		39 840,00 €		50 260,00 €			
D11	Remunerações Certas e Permanentes		90 100,00 €		39 840,00 €		50 260,00 €			
01	ADMINISTRAÇÃO		90 100,00 €		39 840,00 €		50 260,00 €			
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		90 100,00 €		39 840,00 €		50 260,00 €			
01	DESPESAS COM O PESSOAL		90 100,00 €		39 840,00 €		50 260,00 €			
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		90 100,00 €		39 840,00 €		50 260,00 €			
010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		57 700,00 €		18 440,00 €		39 260,00 €			
01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES	P	57 700,00 €		18 440,00 €		39 260,00 €			
010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	P	32 400,00 €		21 400,00 €		11 000,00 €			
D2	Aquisição de bens e serviços		1 536 800,00 €	241 840,00 €	202 000,00 €		1 576 640,00 €			
01	ADMINISTRAÇÃO		1 536 800,00 €	241 840,00 €	202 000,00 €		1 576 640,00 €			
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		1 536 800,00 €	241 840,00 €	202 000,00 €		1 576 640,00 €			
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1 536 800,00 €	241 840,00 €	202 000,00 €		1 576 640,00 €			
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1 536 800,00 €	241 840,00 €	202 000,00 €		1 576 640,00 €			
020210	TRANSPORTES		4 000,00 €		2 000,00 €		2 000,00 €			
02021099	OUTROS	P	4 000,00 €		2 000,00 €		2 000,00 €			
020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	P	40 000,00 €		20 000,00 €		20 000,00 €			
020214	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		932 800,00 €	226 000,00 €			1 158 800,00 €			
02021403	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR	P	612 500,00 €	93 000,00 €			705 500,00 €			
02021405	TRAS-OS-MONTES NATURA	P	136 300,00 €	15 000,00 €			151 300,00 €			
02021407	TRAS-OS-MONTES CONETADO	P	184 000,00 €	118 000,00 €			302 000,00 €			
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		530 000,00 €		180 000,00 €		350 000,00 €			
02022002	PROVERE	P	530 000,00 €		180 000,00 €		350 000,00 €			
020225	OUTROS SERVIÇOS		30 000,00 €	15 840,00 €			45 840,00 €			
02022502	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS	P	30 000,00 €	15 840,00 €			45 840,00 €			
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES			1 626 900,00 €	241 840,00 €	241 840,00 €		1 626 900,00 €			
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL										
TOTAL DE DESPESAS EFETIVAS			1 626 900,00 €	241 840,00 €	241 840,00 €		1 626 900,00 €			
TOTAL DE DESPESAS NÃO EFETIVAS										
TOTAL			1 626 900,00 €	241 840,00 €	241 840,00 €		1 626 900,00 €			

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

Em 25 de junho de 2020 procedeu-se à elaboração de uma alteração modificativa ao orçamento, que foi aprovada em Assembleia Geral da CIM-TTM realizada no dia 29 de junho de 2020, afetando a despesa da seguinte forma:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA										
ALTERAÇÃO NÚMERO 3 - ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO 2020 DATA DE APROVAÇÃO 29/06/2020										
Tipo de Visualização		APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO		Orçamento Ano		2020		Data		29-04-2021
(NOTA: Mapa gerado com opção de desagregação das classificações e sem consideração de anos seguintes)										
Identificação da Classificação				Alterações Orçamentais				Dotações corrigidas	Observações	
Rubricas	Designação	Tipo	Dotações iniciais	Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais				
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]			
D2	Aquisição de bens e serviços		705 500,00 €	322 374,34 €			1 027 874,34 €			
01	ADMINISTRAÇÃO		705 500,00 €	322 374,34 €			1 027 874,34 €			
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		705 500,00 €	322 374,34 €			1 027 874,34 €			
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		705 500,00 €	322 374,34 €			1 027 874,34 €			
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		705 500,00 €	322 374,34 €			1 027 874,34 €			
020210	TRANSPORTES			262 496,00 €			262 496,00 €			
02021002	TRANSPORTES - PROTRANSP	M		262 496,00 €			262 496,00 €			
020214	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		705 500,00 €	59 878,34 €			765 378,34 €			
02021403	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR	M	705 500,00 €	59 878,34 €			765 378,34 €			
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES			705 500,00 €	322 374,34 €			1 027 874,34 €			
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL										
TOTAL DE DESPESAS EFETIVAS			705 500,00 €	322 374,34 €			1 027 874,34 €			
TOTAL DE DESPESAS NÃO EFETIVAS										
TOTAL			705 500,00 €	322 374,34 €			1 027 874,34 €			

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

Em 8 de julho de 2020 procedeu-se à elaboração de uma alteração permutativa ao orçamento, que foi aprovada em reunião do Conselho Diretivo da CIM-TTM realizada no dia 8 de julho de 2020, afetando a despesa da seguinte forma:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

ALTERAÇÃO NÚMERO 4 - ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 3 DO ANO CONTABILÍSTICO 2020 DATA DE APROVAÇÃO 08/07/2020

Tipo de Visualização APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO

Orçamento Ano 2020

Data 29-04-2021

(NOTA: Mapa gerado com opção de desagregação das classificações e sem consideração de anos seguintes)

Identificação da Classificação				Tipo	Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas	Observações
Rubricas		Designação				Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
	[1]		[2]		[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]	
D1		Despesas com o pessoal			273 252,00 €	6 650,00 €	20 500,00 €		259 402,00 €	
D11		Remunerações Certas e Permanentes			215 772,00 €	805,00 €	17 800,00 €		198 777,00 €	
	01	ADMINISTRAÇÃO			215 772,00 €	805,00 €	17 800,00 €		198 777,00 €	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL			215 772,00 €	805,00 €	17 800,00 €		198 777,00 €	
		01	DESPESAS COM O PESSOAL		215 772,00 €	805,00 €	17 800,00 €		198 777,00 €	
		0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		215 772,00 €	805,00 €	17 800,00 €		198 777,00 €	
		010102	ÓRGÃOS SOCIAIS	P	41 208,00 €	130,00 €			41 338,00 €	
		010103	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA		36 804,00 €	550,00 €			37 354,00 €	
		01010301	PESSOAL EM FUNÇÕES	P	36 804,00 €	550,00 €			37 354,00 €	
		010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		53 600,00 €	125,00 €			53 725,00 €	
		01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES	P	53 600,00 €	125,00 €			53 725,00 €	
		010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		39 260,00 €		10 300,00 €		28 960,00 €	
		01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES	P	39 260,00 €		10 300,00 €		28 960,00 €	
		010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	P	15 700,00 €		6 000,00 €		9 700,00 €	
		010114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	P	29 200,00 €		1 500,00 €		27 700,00 €	
D12		Abonos Variáveis ou Eventuais			4 000,00 €	550,00 €			4 550,00 €	
	01	ADMINISTRAÇÃO			4 000,00 €	550,00 €			4 550,00 €	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL			4 000,00 €	550,00 €			4 550,00 €	
		01	DESPESAS COM O PESSOAL		4 000,00 €	550,00 €			4 550,00 €	
		0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		4 000,00 €	550,00 €			4 550,00 €	
		010204	AJUDAS DE CUSTO	P	4 000,00 €	550,00 €			4 550,00 €	
D13		Segurança social			53 480,00 €	5 295,00 €	2 700,00 €		56 075,00 €	
	01	ADMINISTRAÇÃO			53 480,00 €	5 295,00 €	2 700,00 €		56 075,00 €	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL			53 480,00 €	5 295,00 €	2 700,00 €		56 075,00 €	
		01	DESPESAS COM O PESSOAL		53 480,00 €	5 295,00 €	2 700,00 €		56 075,00 €	
		0103	SEGURANÇA SOCIAL		53 480,00 €	5 295,00 €	2 700,00 €		56 075,00 €	
		010304	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	P	980,00 €	435,00 €			1 415,00 €	
		010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		51 000,00 €	4 750,00 €	2 700,00 €		53 050,00 €	
		01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		51 000,00 €	4 750,00 €	2 700,00 €		53 050,00 €	
		0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	P	21 000,00 €	4 750,00 €			25 750,00 €	
		0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	P	30 000,00 €		2 700,00 €		27 300,00 €	
		010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		1 500,00 €	110,00 €			1 610,00 €	
		01031099	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	P	1 500,00 €	110,00 €			1 610,00 €	
D2		Aquisição de bens e serviços			354 000,00 €	13 850,00 €			367 850,00 €	
	01	ADMINISTRAÇÃO			354 000,00 €	13 850,00 €			367 850,00 €	
	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL			354 000,00 €	13 850,00 €			367 850,00 €	
		02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		354 000,00 €	13 850,00 €			367 850,00 €	
		0201	AQUISIÇÃO DE BENS		59 000,00 €	5 000,00 €			64 000,00 €	
		020121	OUTROS BENS	P	59 000,00 €	5 000,00 €			64 000,00 €	
		0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		295 000,00 €	8 850,00 €			303 850,00 €	
		020217	PUBLICIDADE	P	250 000,00 €	5 000,00 €			255 000,00 €	
		020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		45 000,00 €	3 850,00 €			48 850,00 €	
		02022099	OUTROS	P	45 000,00 €	3 850,00 €			48 850,00 €	
		TOTAL DE DESPESAS CORRENTES			627 252,00 €	20 500,00 €	20 500,00 €		627 252,00 €	
		TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL								
		TOTAL DE DESPESAS EFETIVAS			627 252,00 €	20 500,00 €	20 500,00 €	0,00 €	627 252,00 €	
		TOTAL DE DESPESAS NÃO EFETIVAS								
		TOTAL			627 252,00 €	20 500,00 €	20 500,00 €	0,00 €	627 252,00 €	

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

Em 11 de novembro de 2020 procedeu-se à elaboração de uma alteração permutativa ao orçamento, que foi aprovada em reunião do Conselho Diretivo da CIM-TTM realizada no dia 11 de novembro de 2020, afetando a despesa da seguinte forma:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

ALTERAÇÃO NÚMERO 5 - ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 4 DO ANO CONTABILÍSTICO 2020 DATA DE APROVAÇÃO 11/11/2020

Tipo de Visualização		APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO		Orçamento Ano	2020		Data	29-04-2021	
(NOTA: Mapa gerado com opção de desagregação das classificações e sem consideração de anos seguintes)									
Identificação da Classificação				Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas	Observações	
Rubricas	Designação	Tipo	Dotações iniciais	Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais			
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]		
D1	Despesas com o pessoal		103 004,00 €	6 720,00 €			109 724,00 €		
D11	Remunerações Certas e Permanentes		74 754,00 €	4 100,00 €			78 854,00 €		
01	ADMINISTRAÇÃO		74 754,00 €	4 100,00 €			78 854,00 €		
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		74 754,00 €	4 100,00 €			78 854,00 €		
01	DESPESAS COM O PESSOAL		74 754,00 €	4 100,00 €			78 854,00 €		
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		74 754,00 €	4 100,00 €			78 854,00 €		
010103	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA		37 354,00 €	1 990,00 €			39 344,00 €		
01010301	PESSOAL EM FUNÇÕES	P	37 354,00 €	1 990,00 €			39 344,00 €		
010113	SUBSÍDIO DE REFECÇÃO	P	9 700,00 €	120,00 €			9 820,00 €		
010114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	P	27 700,00 €	1 990,00 €			29 690,00 €		
D13	Segurança social		28 250,00 €	2 620,00 €			30 870,00 €		
01	ADMINISTRAÇÃO		28 250,00 €	2 620,00 €			30 870,00 €		
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		28 250,00 €	2 620,00 €			30 870,00 €		
01	DESPESAS COM O PESSOAL		28 250,00 €	2 620,00 €			30 870,00 €		
0103	SEGURANÇA SOCIAL		28 250,00 €	2 620,00 €			30 870,00 €		
010302	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE	P	2 500,00 €	1 420,00 €			3 920,00 €		
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		25 750,00 €	1 200,00 €			26 950,00 €		
01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		25 750,00 €	1 200,00 €			26 950,00 €		
0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	P	25 750,00 €	1 200,00 €			26 950,00 €		
D2	Aquisição de bens e serviços		528 440,00 €	229 280,00 €	236 000,00 €		521 720,00 €		
01	ADMINISTRAÇÃO		528 440,00 €	229 280,00 €	236 000,00 €		521 720,00 €		
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		528 440,00 €	229 280,00 €	236 000,00 €		521 720,00 €		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		528 440,00 €	229 280,00 €	236 000,00 €		521 720,00 €		
0201	AQUISIÇÃO DE BENS		241 300,00 €	280,00 €	200 000,00 €		41 580,00 €		
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	P	1 300,00 €	280,00 €			1 580,00 €		
020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	P	240 000,00 €		200 000,00 €		40 000,00 €		
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		287 140,00 €	229 000,00 €	36 000,00 €		480 140,00 €		
020214	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		221 300,00 €	200 000,00 €	18 000,00 €		403 300,00 €		
02021405	TRAS-OS-MONTES NATURA	P	151 300,00 €		18 000,00 €		133 300,00 €		
02021406	PROVERE	P	70 000,00 €	200 000,00 €			270 000,00 €		
020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	P	20 000,00 €		18 000,00 €		2 000,00 €		
020225	OUTROS SERVIÇOS		45 840,00 €	29 000,00 €			74 840,00 €		
02022502	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS	P	45 840,00 €	29 000,00 €			74 840,00 €		
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES			631 444,00 €	236 000,00 €	236 000,00 €		631 444,00 €		
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL									
TOTAL DE DESPESAS EFETIVAS			631 444,00 €	236 000,00 €	236 000,00 €	0,00 €	631 444,00 €		
TOTAL DE DESPESAS NÃO EFETIVAS									
TOTAL			631 444,00 €	236 000,00 €	236 000,00 €	0,00 €	631 444,00 €		

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

Em 23 de dezembro de 2020 procedeu-se à elaboração de uma alteração modificativa ao orçamento, que foi aprovada em Assembleia Geral da CIM-TTM realizada no dia 23 de dezembro de 2020, afetando a despesa da seguinte forma:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

ALTERAÇÃO NÚMERO 6 - ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 2 DO ANO CONTABILÍSTICO 2020 DATA DE APROVAÇÃO 23/12/2020

Tipo de Visualização	APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO	Orçamento Ano	2020	Data	29-04-2021
----------------------	---	---------------	------	------	------------

(NOTA: Mapa gerado com opção de desagregação das classificações e sem consideração de anos seguintes)

Identificação da Classificação		Tipo	Dotações iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas	Observações
Rubricas	Designação			Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]	
D2			2 180 348,34 €		1 109 130,00 €		1 071 218,34 €	
01	ADMINISTRAÇÃO		2 180 348,34 €		1 109 130,00 €		1 071 218,34 €	
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		2 180 348,34 €		1 109 130,00 €		1 071 218,34 €	
	02		2 180 348,34 €		1 109 130,00 €		1 071 218,34 €	
	0201		185 630,00 €		185 630,00 €			
	020117	M	40 000,00 €		40 000,00 €			
	020120	M	145 630,00 €		145 630,00 €			
	0202		1 994 718,34 €		923 500,00 €		1 071 218,34 €	
	020211	M	20 000,00 €		20 000,00 €			
	020214		1 527 378,34 €		731 000,00 €		796 378,34 €	
	02021401	M	165 000,00 €		116 000,00 €		49 000,00 €	
	02021403	M	765 378,34 €		100 000,00 €		665 378,34 €	
	02021406	M	270 000,00 €		250 000,00 €		20 000,00 €	
	02021407	M	302 000,00 €		240 000,00 €		62 000,00 €	
	02021408	M	25 000,00 €		25 000,00 €			
	020220		372 500,00 €		142 500,00 €		230 000,00 €	
	02022001	M	22 500,00 €		22 500,00 €			
	02022002	M	350 000,00 €		120 000,00 €		230 000,00 €	
	020225		74 840,00 €		30 000,00 €		44 840,00 €	
	02022502	M	74 840,00 €		30 000,00 €		44 840,00 €	
D6			1 041 600,00 €		882 000,00 €		159 600,00 €	
01	ADMINISTRAÇÃO		1 041 600,00 €		882 000,00 €		159 600,00 €	
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		1 041 600,00 €		882 000,00 €		159 600,00 €	
	07		1 041 600,00 €		882 000,00 €		159 600,00 €	
	0701		1 041 600,00 €		882 000,00 €		159 600,00 €	
	070106		155 000,00 €		155 000,00 €			
	07010601	M	30 000,00 €		30 000,00 €			
	07010602	M	125 000,00 €		125 000,00 €			
	070107		469 000,00 €		330 000,00 €		139 000,00 €	
	07010708	M	469 000,00 €		330 000,00 €		139 000,00 €	
	070108		96 290,00 €		92 000,00 €		4 290,00 €	
	07010802	M	96 290,00 €		92 000,00 €		4 290,00 €	
	070109	M	80 000,00 €		78 000,00 €		2 000,00 €	
	070110		241 310,00 €		227 000,00 €		14 310,00 €	
	07011002		241 310,00 €		227 000,00 €		14 310,00 €	
	0701100201	M	241 310,00 €		227 000,00 €		14 310,00 €	
	TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		2 180 348,34 €		1 109 130,00 €		1 071 218,34 €	
	TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		1 041 600,00 €		882 000,00 €		159 600,00 €	
	TOTAL DE DESPESAS EFETIVAS		3 221 948,34 €		1 991 130,00 €		1 230 818,34 €	
	TOTAL DE DESPESAS NÃO EFETIVAS							
	TOTAL		3 221 948,34 €	0,00 €	1 991 130,00 €	0,00 €	1 230 818,34 €	

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

4 - Operações de tesouraria

g.f. -
g.f. -
g.f. -
g.f. -
g.f. -
g.f. -

		Operações de Tesouraria					
Contas		Saldo da gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
24	Estado e outros entes públicos		5 105,95	4 991,23			114,72
24.9	Outras Tributações		5 105,95	4 991,23			114,72
24.9.9	Saldos iniciais		5 105,95	4 991,23			114,72
24.9.9.1	IRS - trabalho dependente		3 123,00	3 014,00			109,00
24.9.9.2	IRS - trabalho independente		7,50	7,50			0,00
24.9.9.3	Caixa Geral Aposentações		828,23	828,23			0,00
24.9.9.4	TSU		757,83	757,83			0,00
24.9.9.5	ADSE		389,39	383,67			5,72
27	Outras contas a receber e a pagar		14 776,42	0,00	0,00		14 776,42
27.7	Cauções		14 776,42	0,00	0,00		14 776,42
27.7.1.2	Exigível a mais de 12 meses		14 776,42	0,00	0,00		14 776,42
	TOTAL		19 882,37	19 964,92	0,00	0,00	14 891,14

5.2 - Contratação administrativa – Adjudicações por tipo de procedimento

ANEXO VI - ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Tipo de Consulta	Todos, com excepção dos anulados e arquivados
<i>(exclusão dos contratos diversos e exclusão dos contratos cuja modalidade de adjudicação é no âmbito do COVID)</i>	

Ano	2020
-----	------

Tipo de contrato	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Concurso de Conceção		Pareceria para inovação		TOTAL	
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual
Empreitadas de obras públicas	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]
Aquisição de serviços	3	634 861,36 €							26	1 054 013,99 €					14	1 688 875,35 €
Locação ou aquisição de bens móveis	3	956 490,29 €							1	9 440,00 €					4	965 930,29 €
Concessão de obras públicas																
Concessão de serviços públicos																
Outros									1	87 337,69 €						
TOTAL	6	1 591 351,65 €	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	28	1 150 791,68 €	0	0,00 €	0	0,00 €	34	2 742 143,33 €

Handwritten signatures and initials:
 Top right: *af*
 Middle right: *Luís M...*
 Bottom right: *Handwritten signature*

6 - Transferências e subsídios recebidos Corrente

ANEXO VIII - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS

(Cm Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período	02-01-2020
	31-12-2020

Visualização de registos sem exercício	Não	Ano
--	-----	-----

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora		Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / designação					
Transferências correntes									
0603019901 - DGAL	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DESPESA CORRENTE	600035972	Direção - Geral Das Autarquias Locais	246 355,00 €	246 355,00 €	0,00 €		
0603019902 - OUTRAS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	TRANSPORTES	600086992	Fundo Ambiental	447 496,00 €	534 442,33 €	-86 946,33 €		
0603019902 - OUTRAS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DESPESA CORRENTE	720013640	Fundo Florestal Permanente	0,00 €	23 800,00 €	-23 800,00 €		
0603019902 - OUTRAS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	TRANSPORTES	720014786	Fundo Para o Serviço Público de Transportes	0,00 €	271 486,18 €	-271 486,18 €		
06030601 - FEDER (CORRENTE)	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DESPESA CORRENTE	510928374	Agência de Desenvolvimento E Coesão	1 121 000,00 €	725 180,38 €	395 819,62 €		
06030602 - FSE (CORRENTE)	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DESPESA CORRENTE	500715505	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.	825 000,00 €	654 996,24 €	170 003,76 €		
0605010101 - MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DESPESA CORRENTE	506647498	Município de Alfândega da Fé	37 896,54 €	22 646,52 €	15 250,02 €		
0605010101 - MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	TRANSPORTES	506647498	Município de Alfândega da Fé	81 779,67 €	8 644,13 €	73 135,54 €		
0605010102 - MUNICIPIO DE BRAGANÇA	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DESPESA CORRENTE	506215547	Camara Municipal de Bragança	90 000,00 €	90 000,00 €	0,00 €		
0605010103 - MUNICIPIO DE MACEDO DE CAVALHEIROS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DESPESA CORRENTE	506697339	Município de Macedo de Cavaleiros	50 000,04 €	50 000,04 €	0,00 €		
0605010103 - MUNICIPIO DE MACEDO DE CAVALHEIROS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	TRANSPORTES	506697339	Município de Macedo de Cavaleiros	167 045,36 €	0,00 €	167 045,36 €		
0605010104 - MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DESPESA CORRENTE	506808898	Camara Municipal de Miranda do Douro	33 999,96 €	33 999,96 €	0,00 €		
0605010104 - MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	TRANSPORTES	506808898	Camara Municipal de Miranda do Douro	105 056,64 €	88 977,26 €	16 079,38 €		
0605010105 - MUNICIPIO DE MIRANDELA	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DESPESA CORRENTE	506881784	Município de Mirandela	65 000,04 €	59 583,37 €	5 416,67 €		
0605010105 - MUNICIPIO DE MIRANDELA	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	TRANSPORTES	506881784	Município de Mirandela	147 082,97 €	86 921,60 €	60 161,37 €		
0605010106 - MUNICIPIO DE MOGADOURO	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DESPESA CORRENTE	506851168	Município de Mogadouro	42 999,96 €	42 999,96 €	0,00 €		
0605010106 - MUNICIPIO DE MOGADOURO	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	TRANSPORTES	506851168	Município de Mogadouro	256 774,23 €	210 214,18 €	46 560,05 €		
0605010107 - MUNICIPIO DE VILA FLOR	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DESPESA CORRENTE	506696464	Município de Vila Flor	32 000,04 €	24 001,03 €	7 999,01 €		
0605010107 - MUNICIPIO DE VILA FLOR	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	TRANSPORTES	506696464	Município de Vila Flor	41 532,46 €	26 404,27 €	15 128,19 €		
0605010108 - MUNICIPIO DE VIMIOSO	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DESPESA CORRENTE	506627888	Município de Vimioso	30 999,96 €	30 999,96 €	0,00 €		
0605010108 - MUNICIPIO DE VIMIOSO	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	TRANSPORTES	506627888	Município de Vimioso	18 654,34 €	0,00 €	18 654,34 €		
0605010109 - MUNICIPIO DE VINHAIS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DESPESA CORRENTE	501156003	Município de Vinhais	42 999,96 €	42 999,96 €	0,00 €		
0605010109 - MUNICIPIO DE VINHAIS	LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	TRANSPORTES	501156003	Município de Vinhais	48 177,04 €	46 828,82 €	1 348,22 €		
Total transferências correntes					3 931 850,21 €	3 321 491,19 €	610 359,02 €		

7 – Transferências e subsídios concedidos

[Handwritten signatures and initials]

ANEXO VII - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

(Cm Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período	Visualização de registos sem execução		NÃO	Ano 2020					
	02-01-2020 31-12-2020								
Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / designação					
Transferências correntes	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [6] - [5]	[8]	[9]
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÕES TRANSPORTES	500038619	Auto Viação Tâmega,lda	220 000,00 €	19 661,61 €	0,00 €		
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÕES TRANSPORTES	500095817	Alfandeguense,sa	220 000,00 €	2 985,45 €	0,00 €		
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÕES TRANSPORTES	500095914	Rodonorte Transportes Portugueses,sa	220 000,00 €	5 443,15 €	0,00 €		
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÕES TRANSPORTES	500262713	Soc Transp. Carrizada Vila Flor	220 000,00 €	5 307,90 €	0,00 €		
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÕES TRANSPORTES	500716218	Santos Viagens e Turismo, Lda	220 000,00 €	339,25 €	0,00 €		
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÕES TRANSPORTES	502538813	Antonio Augusto Santos, Lda	220 000,00 €	4 953,67 €	0,00 €		
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÕES TRANSPORTES	503096253	Inter 2000 Transportes de Passalheiros,lda	220 000,00 €	2 724,86 €	0,00 €		
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÕES TRANSPORTES	500038619	Auto Viação Tâmega,lda	220 000,00 €	27 152,78 €	0,00 €		
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÕES TRANSPORTES	500095817	Alfandeguense,sa	220 000,00 €	13 285,25 €	0,00 €		
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÕES TRANSPORTES	500095914	Rodonorte Transportes Portugueses,sa	220 000,00 €	26 288,05 €	0,00 €		
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÕES TRANSPORTES	500262713	Soc Transp. Carrizada Vila Flor	220 000,00 €	24 777,70 €	0,00 €		
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÕES TRANSPORTES	500716218	Santos Viagens e Turismo, Lda	220 000,00 €	4 845,00 €	0,00 €		
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÕES TRANSPORTES	502538813	Antonio Augusto Santos, Lda	220 000,00 €	33 102,28 €	0,00 €		
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÕES TRANSPORTES	503096253	Inter 2000 Transportes de Passalheiros,lda	220 000,00 €	2 280,61 €	0,00 €		
040102 - PRIVADAS	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	COMPENSAÇÕES TRANSPORTES	506215547	Camara Municipal de Bragança	220 000,00 €	16 482,11 €	0,00 €		
0405010402 - AMTQT	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	DESPESAS CORRENTES	501389018	Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana	110 000,00 €	99 964,51 €	0,00 €		
0405010403 - AMTFTT	LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	DESPESAS CORRENTES	504000422	Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano	40 000,00 €	35 732,32 €	0,00 €		
Total transferências correntes					370 000,00 €	325 326,50 €	0,00 €		

[Handwritten mark]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes** (a Entidade), que compreendem o balanço em **31 de dezembro de 2020** (que evidencia um total de **3.031.813 euros** e um total de fundos próprio de **2.110.513 euros**, incluindo um resultado líquido de **229.134 euros**), a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes em 31 de dezembro de 2020**, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

A interpretação e análise da informação financeira deverá ter em consideração que a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes passou a adotar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2020, conforme previsto no n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 13 de setembro, na sua redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, não tendo aqueles efeitos sido adiados conforme previsto no



art.º 350.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro. A adoção deste normativo traduz-se em diferenças na relevação contabilística com expressão ao nível dos resultados e do património o que prejudica a característica da comparabilidade da referida informação financeira, relativamente aos valores do ano anterior, que não foram reexpressados de acordo com o novo normativo.

Chamamos atenção para o facto de a execução orçamental em 2020 ter sido de apenas 73,6% na receita total e 61,0% na despesa total.

Conforme divulgado no Relatório de Gestão e no Anexo às demonstrações financeiras, na sequência da pandemia COVID-19, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes tomou um conjunto de medidas tendentes à minimização dos riscos e ao reforço da monitorização da atividade no âmbito das medidas de prevenção e combate à pandemia COVID-19 a CIM-TTM tendo realizado despesas de pouco impacto material, designadamente com a aquisição meios de proteção pessoal (mascaras e desinfetantes).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

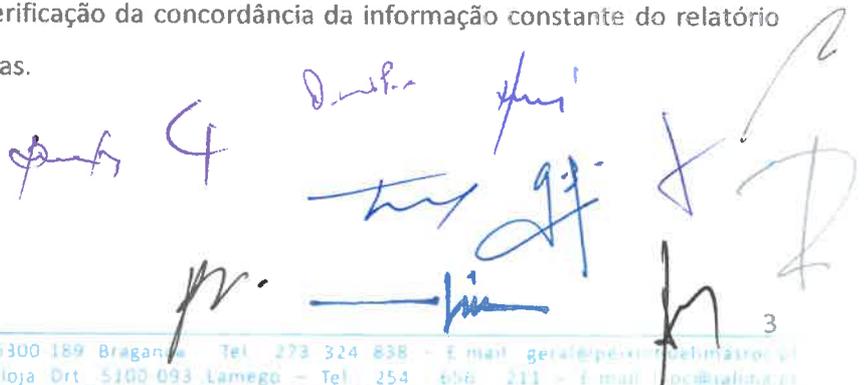
A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

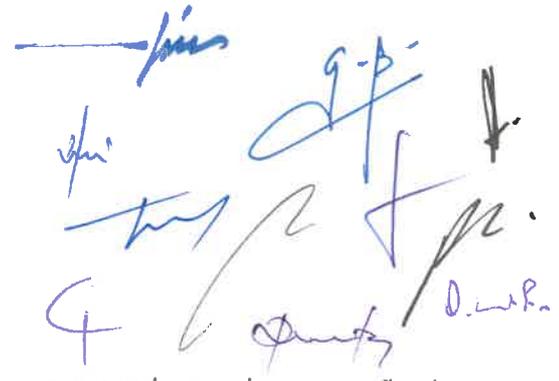


Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.





RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de **4.141.835 euros**), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de **3.432.883 euros**) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em **31 de dezembro de 2020**.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Bragança, 12 de maio de 2021



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.

Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda

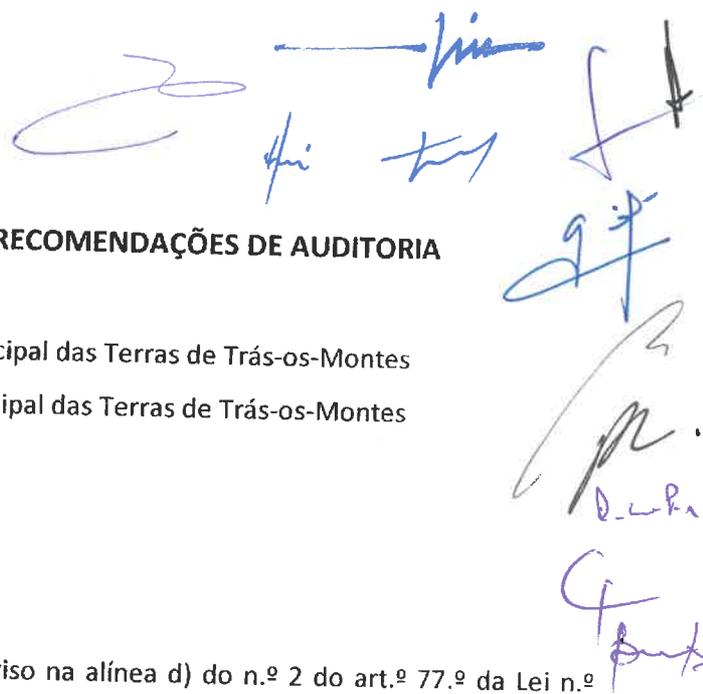
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

[Handwritten signatures and initials in blue and purple ink]

**RELATÓRIO ANUAL
DE
AUDITORIA
EM**

31 de dezembro de 2020

**COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE
TRÁS-OS-MONTES**



RELATÓRIO ANUAL DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Ex.^{mo} Membros da Assembleia da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes

Ex.^{mo} Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes

Ex.^{mos} Senhores,

Introdução

1. O presente relatório é emitido de acordo com o previsto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2015, de 03 de setembro, e tendo por base os deveres de acompanhamento, vigilância e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e, ainda dos deveres previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas constante da Lei n.º 140/2015, de 07 de setembro.

Âmbito

2. Procedemos à revisão legal das demonstrações financeiras da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

Em consequência do exame efetuado emitimos a respetiva certificação legal das contas, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

Pelo facto de ter entrado em vigor o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) os trabalhos que efetuamos estão condicionados pela alteração do referencial contabilístico o qual nos exige a verificação dos documentos de encerramento do ano anterior sem que, no entanto, tenha sido feita a reexpressão desses valores de acordo com o novo normativo contabilístico aplicável. Por tal facto, as condições de cumprimento da característica da comparabilidade serão sempre sujeitas às alterações introduzidas pela aplicação do novo normativo (SNC-AP).

Trabalhos efetuados

3. Durante o período em que desempenhámos funções e em especial na fase em que decorreram as operações de determinação dos resultados e encerramento das contas, efetuámos um conjunto de procedimentos, dos quais destacamos:



- a) Acompanhamento dos aspetos essenciais da gestão da Entidade, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável administrativo e financeiro, e simultaneamente contabilista certificado e, em algumas situações, com o Órgão Executivo, com quem reunimos, sempre que necessário, para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações;
- b) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Entidade tendo, neste particular, sido feitos testes à valorização dos diferentes elementos do ativo. Verificámos, ainda, a sua adequada divulgação, ou não, no Anexo;
- c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Património Líquido, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo às Demonstrações Financeiras, com as normas constantes no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e demais normas contabilísticas aplicáveis;
- d) Verificação da conformidade das demonstrações orçamentais que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração de execução orçamental da receita, a demonstração de execução orçamental da despesa, a demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o anexo às demonstrações orçamentais, com as normas constantes no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e demais normas contabilísticas aplicáveis;
- e) Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efetuadas;
- f) Verificação do cumprimento da Lei dos compromissos e pagamentos em atraso;
- g) Análise do sistema de controlo interno existente na Entidade, com especial incidência nas áreas de aquisições de bens e serviços, receção de compras, aquisições e abates de ativos fixos, contas a pagar, cauções e garantias prestadas por terceiros, vendas e prestações de serviços (cobrança de taxas e licenças), expedição e contas a receber, contas de gastos com o pessoal tendo sido efetuados os testes de conformidade apropriados;
- h) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos:
- h.1) Análise e teste às conciliações bancárias preparada pela Entidade;
- h.2) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (instituições financeiras, fornecedores, outros devedores e credores, advogados, seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das conciliações subsequentes preparadas pela

Entidade, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;

- h.3) Inspeção documental dos principais elementos do ativo fixo tangível, designadamente das aquisições efetuadas no decurso do exercício, confirmação direta da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens e bem assim a consistência da política de depreciações;
- h.4) Análise e teste dos vários elementos de gastos e rendimentos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- h.5) Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- h.6) Verificação das situações relacionadas com o cumprimento da legalidade e da entrega das retenções de impostos e contribuições à Entidades competentes;
- h.8) Verificação das situações de ajustamento/reclassificação/desreconhecimento/reconhecimento decorrente da transição do POCAL para o SNC-AP e neste âmbito todo o trabalho de acompanhamento ao processamento e registo contabilístico das respetivas reclassificações e ajustamentos, com o objetivo de obter saldos fiáveis quanto a esses elementos patrimoniais que se encontravam, há vários anos, sem qualquer tratamento contabilístico e patrimonial.
- i) Apreciação da política de seguros do ativo fixo tangível e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- j) Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de empreitadas, fornecimentos de bens e serviços e à assunção da despesa.

Informações/Anotações da auditoria e revisão das contas

4. Em consequência do trabalho efetuado, e para além dos aspetos referidos na certificação legal das contas entendemos dever relatar o seguinte:

4.1 – Sistema de controlo interno

Do levantamento que fizemos quanto ao sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- a) As instalações não são propriedade da CIM-TTM, não existindo pagamento de qualquer renda ou taxa pela sua utilização, para além de não existir qualquer tipo de contrato de cedência das instalações a título gratuito (do tipo “contrato de comodato”), a que corresponde a omissão de um rendimento ou de um gasto;



- b) No que concerne ao controlo do ativo fixo, inclusive por se tratar de uma área com grande significado material, recomendamos a existência de medidas de controlo interno específicas, como a verificação física periódica dos bens, de modo a controlar a integridade e a permanência da propriedade e que garantam a fiabilidade dos valores constantes nas contas da Entidade;
- c) Recomendamos a utilização da plataforma do património para controlo do ativo fixo, por sua vez conectada com a aplicação da contabilidade, de modo a manter devidamente atualizadas as folhas dos ativos (aquisições/abates/transferência), inclusive de modo a permitir um maior controlo sobre os investimentos em curso. Sublinhamos o facto de, através de indagações efetuadas, tal procedimento se encontrar em curso para o exercício de 2021;
- d) Recomendamos que todos os bens do ativo fixo deveriam estar etiquetados (dispositivo de identificação e controlo), o que não se verifica;
- e) Dos testes efetuados à área de pessoal, e do que pudemos verificar aquando da realização dos nossos trabalhos, quer para a presença física dos funcionários, quer para o controlo das entradas e saídas, o mesmo é efetuado através de livro de ponto, o que revela uma vulnerabilidade do controlo interno. Recomendamos a utilização de um dispositivo de controlo biométrico;
- f) Anotamos, ainda, o facto de o manual de procedimentos do sistema de controlo interno necessitar de ser atualizado em virtude da alteração do quadro normativo contabilístico aplicável, decorrente da transição do POCAL para o SNC-AP.

4.2 – Definição da materialidade

A materialidade constitui um elemento estratégico fundamental para o trabalho de auditoria, uma vez que define os erros e omissões toleráveis e que, no juízo profissional do auditor, não afetam com impacto relevante as demonstrações financeiras. Com efeito, o risco de auditoria é o risco de o auditor dar uma opinião inapropriada sobre as demonstrações financeiras, o qual se consubstancia na não deteção de erros, omissões ou fraudes de impacto material relevante.

O nosso trabalho foi planeado de acordo com as ISA's 320 e 450, com base na avaliação de um risco global de controlo médio, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global, ou seja, há áreas com menor risco de controlo do que outras. Tivemos ainda em consideração o conhecimento que possuímos da entidade adquirido em anos anteriores e com especial ênfase para o facto de no início de 2020 ter surgido a pandemia COVID-19 que influenciou a economia a nível mundial e por conseguinte o risco da atividade da entidade. Por tal facto, os indicadores de referência e percentagens usadas no cálculo da materialidade em anos anteriores foram avaliados em função do impacto que a COVID-19 apresenta na estrutura económico financeira da entidade. Para efeitos de



Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

planeamento do trabalho de auditoria, por exemplo, em relação aos empréstimos obtidos e aos depósitos em bancos, considerámos a totalidade dos empréstimos e das contas de depósitos à ordem, pelo que, a eventual ocorrência de erros e/ou omissões, tem uma materialidade de zero, na medida em que foram verificadas todas as operações.

Assim, tendo por base os valores retirados das Demonstrações Financeiras de 2020, incluindo os mapas de execução orçamental da receita e da despesa, ajustámos a materialidade global em € 95.081 e a materialidade de execução em € 80.819 em relação às rubricas de maior expressão (credores, acréscimos e investimentos) e de € 56.573 nas rubricas de menor expressão (pessoal e Estado) e uma materialidade de zero nas rubricas de depósitos em bancos, já que verificámos a integralidade dos saldos.

4.3 – Notas sobre os trabalhos efetuados e respetivas conclusões

11 – CAIXA

Em relação à conta caixa efetuámos a sua validação através de procedimentos de análise da folha de caixa, o que nos permitiu concluir que a rubrica se encontra sobrevalorizada em € 184,56. Todavia, tal valor é imaterial.

12 – DEPÓSITOS À ORDEM

A CIM-TTM prepara conciliações bancárias para todas as contas de depósitos em Instituições Financeiras. O saldo global desta rubrica ascende, a 31 de dezembro de 2020, a € 708.825,11.

Procedemos à circularização de todas as Instituições Bancárias com quem a CIM-TTM tem operações ativas. Das 2 (duas) entidades circularizadas (Banco Santander Totta, S.A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A.) não obtivemos qualquer resposta.

O trabalho desenvolvido consistiu em testes de verificação de conformidade dos procedimentos e registos onde foram confrontados os movimentos dos extratos bancários com os movimentos dos extratos contabilísticos das respetivas contas e, de acordo com a avaliação de conformidade e a análise substantiva dos valores das conciliações bancárias preparadas pela CIM-TTM, foi-nos possível verificar a existência de diferenças de conciliação, mas que não são materialmente relevantes, pelo que concluímos pela razoabilidade dos saldos apresentados à data de 31 de dezembro de 2020. Contudo, dada a natureza da conta «1221 – ST N 03376699670» (rendimento e poupança), recomendamos a sua mensuração numa subconta da rubrica «13 – Outros depósitos».

Handwritten signature or mark at the bottom right of the page.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'lim', 'JL', and 'A'.

13 – OUTROS DEPÓSITOS

A análise efetuada à presente rubrica, com um saldo, à data de 31/12/2020, de € 14.692,18 referente a uma caução, centrou-se em procedimentos de verificação substantiva entre os extratos bancários e os documentos contabilísticos de suporte. Através dos procedimentos efetuados e anteriormente descritos, permitiu-nos formar opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado pela contabilidade.

Cumprimos a ISA 500 para a obtenção da prova e dos procedimentos realizados estamos convictos que eliminámos significativamente qualquer risco de distorção material. Concluimos que em relação aos depósitos em instituições financeiras os saldos relevados apresentam apropriadamente a posição financeira da entidade e que estão efetuadas todas as divulgações para uma clara compreensão das políticas contabilísticas.

20 – DEVEDORES E CREDORES POR TRANSFERÊNCIAS, SUBSÍDIOS E EMPRÉSTIMOS BONIFICADOS

O saldo da rubrica «20.1 – Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos», a 31 de dezembro de 2020, ascende a € 221.086,48 e refere-se à comparticipação nas despesas correntes e ao Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART).

22 – FORNECEDORES

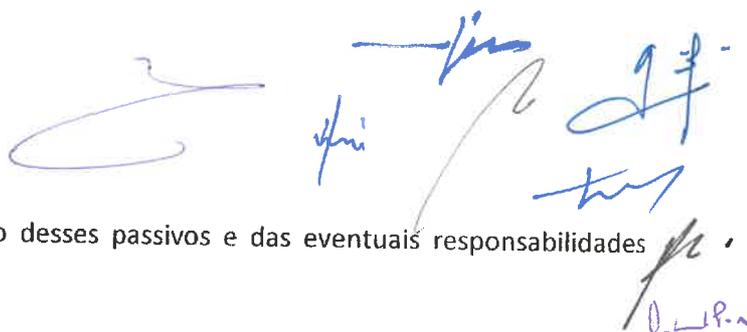
Esta rubrica apresenta a 31 de dezembro de 2020 um saldo credor de € 5.535,00. Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores seleccionámos 6 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade, foram enviadas cartas acompanhadas da respetiva conta corrente e foi pedido a cada um desses fornecedores que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade. Das 6 entidades circularizadas foram obtidas 3 respostas sendo que 1 confere e 2 foram por nós conciliadas.

Para as entidades de que não obtivemos resposta, desenvolvemos os procedimentos alternativos que achámos adequados às circunstâncias, nomeadamente a análise das contas correntes do exercício de 2020 e início de 2021, com o objetivo de obter a evidência necessária para a formação da nossa opinião, no quadro do planeamento e da estratégia de auditoria que definimos (ISA's, 300, 315, 320 e 330), não tendo resultado qualquer divergência material a assinalar.

Cumprimos a ISA 500 para a obtenção da prova e dos procedimentos realizados, pelo que estamos convictos que eliminámos significativamente qualquer risco de distorção material.

Concluimos que os saldos relevados apresentam apropriadamente a posição financeira da entidade e que estão efetuadas todas as divulgações para uma clara compreensão das políticas contabilísticas,

Handwritten signature in blue ink.



incluindo as bases mensuração e o reconhecimento desses passivos e das eventuais responsabilidades contingentes.

23 – PESSOAL E 63 – GASTOS COM O PESSOAL

Efetuámos os testes de conformidade às rubricas relacionadas com os gastos com o pessoal, designadamente a verificação, por amostragem, de um mês de processamento de remunerações e procedemos à análise dos diferentes agregados desta rubrica tendo verificado os procedimentos administrativos e o tratamento contabilístico em relação ao processamento de remunerações, o que nos permitiu formar uma opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado pela contabilidade.

24 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica inclui as relações financeiras da CIM-TTM com o Estado e a Segurança Social, nomeadamente, no que concerne a retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações (Segurança Social, ADSE e CGA). Da análise efetuada verificámos que as contribuições e impostos retidos foram pagos pontualmente e dentro dos prazos estipulados na lei, assim como não detetámos divergências materialmente relevantes entre os valores registados na contabilidade e o valor das guias que serviram de pagamento aos diferentes tributos.

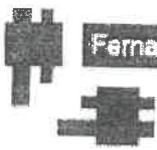
27 – OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

272 – DEVEDORES E CREDORES POR ACRÉSCIMOS

Em relação a esta rubrica, cujo saldo global credor ascende a € 437.567,08, verificámos todos os procedimentos de especialização de exercícios (gastos e rendimentos), nomeadamente as suas estimativas e respetiva consistência. Dos testes realizados pela equipa de auditoria às contas de acréscimos não foram detetados erros ou omissões que ponham em causa o princípio da especialização e, concomitantemente, foi-nos possível obter a evidência necessária ao nível das asserções corte, mensuração e existência.

277 – CAUÇÕES

Relativamente à rubrica «27.7 – Cauções» apresenta um saldo credor, em 31 de dezembro de 2020, de € 14.776,42. Desenvolvemos os procedimentos alternativos que achámos adequados às circunstâncias, nomeadamente o teste à libertação e reforço de cauções, com o objetivo de obter a evidência necessária para a formação da nossa opinião, no quadro do planeamento e da estratégia de auditoria que definimos (ISA's, 300, 315, 320 e 330). Anotamos o facto de existir uma diferença de € 84,24 entre o valor desta rubrica e o constante da rubrica «13 – Outros Depósitos – Cauções e Garantias».



28 – DIFERIMENTOS

Verificámos que a CIM-TTM não efetuou a especialização dos custos com seguros cuja apólice ultrapassa o exercício económico, não sendo, no entanto, de valor materialmente relevante.

29 – PROVISÕES

293 – PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

Em relação aos processos judiciais em curso enviámos a “Listagem de Advogados, Solicitadores e Agentes de Execução” que nos foi devolvida com a indicação dos prestadores de serviços avençados. Apesar de não termos obtido qualquer resposta ao processo de circularização, os encarregados da governação indicaram-nos que não existe nenhum processo em curso contra a CIM-TTM.

4 – INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante o ano de 2020 esta rubrica registou, unicamente, as contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS/ATIVOS INTANGÍVEIS

Estas rubricas apresentam, a 31 de dezembro de 2020, um saldo global no valor de € 1.626.643,88. Dos trabalhos de auditoria efetuados procedemos à verificação das aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correções de ativos fixos tangíveis e intangíveis. Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes e, em relação aos restantes valores, usámos procedimentos analíticos, o que nos permitiu concluir, por razoabilidade, a verificação das asserções mensuração e valorização.

DEPRECIAÇÕES/AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

Procedemos à realização do teste às depreciações/amortizações do exercício realizando o cruzamento dos dados entre a aplicação da contabilidade (SNC-AP) e a aplicação de gestão do Património. Dos testes efetuados não foi detetada nenhuma divergência material. Do teste realizado às taxas de depreciação/amortização e, conseqüentemente, às depreciações/amortizações do período não verificámos distorções de expressão material relevante.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

5 – PATRIMÓNIO, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em relação às rubricas de património procedemos à análise e decomposição do saldo das diferentes rubricas, assim como verificámos a afetação do resultado líquido do exercício de 2019 à rubrica «514 – Reforços de capital» (€ 199.212,55) e «551 – Reservas legais» (€ 10.484,87).

Verificámos ainda o acréscimo de € 95.971,75 na rubrica «Outras variações no património líquido» face a 2019 na sequência, em grande parte da adoção do novo referencial contabilístico (SNC-AP) o qual releva, na contabilidade, factos patrimoniais que anteriormente eram reconhecidos em contas de resultados e/ou de passivos.

[Handwritten signature in blue ink]

6 / 7 – GASTOS E RENDIMENTOS

1. Conteúdo

Título	SALDO 2020	SALDO 2019	Variação	% Variação
Transferências correntes e subsídios à e	3 169 351,87	2 047 939,95	1 121 411,92	54,76
Fornecimentos e serviços externos	-1 518 977,17	-1 238 373,44	-280 603,73	22,66
Gastos com o pessoal	-273 795,59	-267 281,74	-6 513,85	2,44
Transferências e subsídios concedidos	-1 023 421,08	-312 047,95	-711 373,13	227,97
Outros rendimentos e ganhos	777 822,61	563 831,35	213 991,26	37,95
Outros gastos e perdas	-0,01	-554,22	554,21	-100,00
A.1) RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES:	1 130 980,63	793 513,95	337 466,68	42,53
Gastos/reversões de depreciação e de a	-901 745,05	-583 717,12	-318 027,93	54,48
A.2) RESULTADO OPERACIONAL (ANTES D	229 235,58	209 796,83	19 438,75	9,27
Juros e rendimentos similares obtidos	2,66	2,59	0,07	2,70
Juros e gastos similares suportados	-104,00	-102,00	-2,00	1,96
A.3) RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	229 134,24	209 697,42	19 436,82	9,27
A.4) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	229 134,24	209 697,42	19 436,82	9,27

2. Trabalho efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à realização de testes de conformidade e análise substantiva do conteúdo e extensão das contas e dos saldos relevados, de modo a obtermos a evidência julgada necessária nas circunstâncias. Com referência ao teste ao corte de operações verificámos o cumprimento da especialização dos exercícios.

3. Situações detetadas

Dos testes realizados pela equipa de auditoria às diferentes rubricas de gastos, no decorrer do exercício de 2020, não foram detetados erros ou distorções que possam influenciar, de forma materialmente relevante, as demonstrações financeiras. Em resultado dos testes realizados entendemos nada haver a relatar, permitindo-nos aferir positivamente sobre as asserções existência e mensuração. Em

[Handwritten signature and initials in blue ink]

termos globais a rubrica de gastos registou um acréscimo face ao período homólogo de 2019 no montante de € 1.315.966,43, o que corresponde a 54,78%.

Dos testes realizados pela equipa de auditoria às diferentes rubricas de rendimentos, do exercício de 2020, não foram detetados erros ou distorções que possam influenciar, de forma materialmente relevante, as demonstrações financeiras. Em resultado dos testes realizados entendemos nada haver a relatar. Em suma, a equipa de auditoria conseguiu obter a evidência considerada necessária nas circunstâncias sobre as asserções existência e mensuração. Em termos globais, a rubrica de rendimentos registou um acréscimo, face ao período homólogo de 2019, no montante de € 1.335.403,25, ou seja, 51,13%.

4.4 – IDENTIFICAÇÃO DE DESVIOS ENTRE OS DOCUMENTOS DO ENCERRAMENTO DAS CONTAS

Relativamente a este ponto não detetámos desvios ou omissões materialmente relevantes, que ponham em causa a fiabilidade das demonstrações financeiras da Entidade.

4.5 – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Não detetámos a ocorrência de acontecimentos após a data do encerramento das contas e até à data da emissão do presente relatório que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequências na informação financeira futura. Todavia, a pandemia provocada pelo COVID-19, terá repercussões impactantes na estrutura económico-financeira dos países atingidos, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas.

4.6 – CUMPRIMENTO DAS METAS ORÇAMENTAIS

Os quadros que a seguir se apresentam evidenciam o conteúdo dos agregados da despesa e da receita:

Corrente	DESPESA			
	Orçamentado	Pago	Variação	%
01-Despesa com pessoal	313 632,00	266 953,84	-46 678,16	-14,88%
02-Aquisição de bens e serviços	3 049 321,55	1 514 400,62	-1 534 920,93	-50,34%
03-Juros e outros encargos	2 150,00	0,00	-2 150,00	-100,00%
04-Transferências correntes	370 005,00	325 326,50	-44 678,50	-12,08%
05-Subsídios	50,00	0,00	-50,00	-100,00%
06-Outras despesas correntes	1 000,00	0,00	-1 000,00	-100,00%
	3 736 158,55	2 106 680,96	-1 629 477,59	-43,61%
Capital				
07-Aquisições de bens de capital	1 889 053,00	1 326 202,48	-562 850,52	-29,80%
	1 889 053,00	1 326 202,48	-562 850,52	-29,80%
Total da Despesa	5 625 211,55	3 432 883,44	-2 192 328,11	-38,97%

Como se pode apurar da análise do quadro supra as despesas correntes, face ao orçamentado, apresentam um desvio, para menos, de € 2.106.680,96, ou seja, de 43,61%, o que equivale a uma execução

orçamental da despesa corrente de apenas 56,39%, sendo a rubrica «02 – Aquisição de bens e serviços» onde se registou a variação mais favorável, com um desvio de € 1.534.920,93.

Relativamente às despesas de Capital verifica-se uma diminuição face ao orçamentado de € 562.850,52, correspondendo integralmente à rubrica «07 – Aquisições de bens de capital». De anotar que a execução orçamental da despesa de capital foi de 70,20%.

RECEITA				
Corrente	Valores			
	Orçamentado	Cobrado	Variação	%
04-Taxas, multas e penalidades	50,00	0,00	-50,00	-100,00%
05-Rendimentos de propriedade	50,00	0,86	-49,14	-98,28%
06-Transferências correntes	3 931 856,21	3 321 491,19	-610 365,02	-15,52%
08-Outras receitas correntes	10,00	896,42	886,42	8864,20%
Capital	3 931 966,21	3 322 388,47	-609 577,74	-15,50%
10-Transferências de capital	1 651 923,00	778 124,07	-873 798,93	-52,90%
16-Saldo gerência anterior	1 651 923,00	778 124,07	-873 798,93	-52,90%
16-Saldo gerência anterior	41 322,34	41 322,34		
Total da Receita	5 625 211,55	4 141 834,88	-1 483 376,67	-26,37%

No que concerne às receitas correntes verifica-se uma diminuição face ao orçamentado no valor de € 609.577,74 conforme se alcança através do quadro acima. A rubrica que mais contribui para a diminuição das receitas correntes foi a «06 – Transferências correntes» (€ 610.365,02).

Ao nível das receitas de capital verifica-se um decréscimo face ao orçamentado de € 873.798,93, integralmente da rubrica «10 – Transferência de capital».

4.7 – ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

À data de 31 de dezembro de 2020 a execução orçamental correspondia, genericamente, aos seguintes valores:

Rubricas	Valores Absolutos		Prev/Exec
	Previsão	Execução	%
1 - Saldo inicial	41 322,34	41 322,34	100,00%
2 - Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	#DIV/0!
3 - Receita corrente	3 931 966,21	3 322 388,47	84,50%
4 - Despesa corrente	3 736 158,55	2 106 680,96	56,39%
5 - Receita de capital	1 651 923,00	778 124,07	47,10%
6 - Despesa de capital	1 889 053,00	1 326 202,48	70,20%
7 - Receita total (1+2+3+5)	5 625 211,55	4 141 834,88	73,63%
8 - Depesa total (4+6)	5 625 211,55	3 432 883,44	61,03%

Do quadro anterior verifica-se que a execução orçamental não põe em causa o princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada foi superior à despesa corrente do mesmo período.

Em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução das receitas de capital ficou aquém do orçamentado, com uma execução de 47,10%.

Relativamente ao controlo orçamental da despesa verifica-se um desvio negativo de 29,80%, pelo facto de ter sido baixa a execução da despesa de capital, situando-se em aproximadamente 70,20%.

Em síntese, verificámos que a execução orçamental global relativa ao exercício ficou, aproximadamente, em 67,33% da estimativa efetuada, o que nos leva a concluir que o nível de execução orçamental ficou aquém das projeções da despesa e da receita inscritas no orçamento de 2020.

Receita Corrente/Despesa Corrente	Previsão	Execução	%
a. Receita corrente	3 931 966,21	3 322 388,47	84,50%
b. Despesa corrente	3 736 158,55	2 106 680,96	56,39%
c. Amortizações médias de empréstimos MLP	0,00	0,00	#DIV/0!
Saldo (a-b-c)	195 807,66	1 215 707,51	620,87%
5% da Receita corrente	196 598,31	166 119,42	84,50%
Saldo < ou = a majoração de 5% Receita corrente		NÃO	
Saldo > que a majoração de 5% Receita corrente		Equilíbrio orçamental	

Face ao facto de o nível de execução orçamental ter ficado muito aquém das projeções da receita e da despesa constantes do orçamento aprovado para 2020, onde os maiores desvios se verificaram na execução das despesas correntes e receitas de capital, recomendamos a necessidade de um controlo adicional para que os acontecimentos futuros sejam projetados/orçamentados com base em pressupostos mais fiáveis.

4.8 – FUNDOS DISPONÍVEIS

Da análise efetuada apurámos que, por impossibilidade dos meios informáticos, ainda não foram reportados os dados financeiros, relativos ao ano de 2020, para a DGAL através da plataforma do portal Autárquico – SISAL. Dos testes realizados não detetamos a assunção de compromissos sem fundos disponíveis, não violando o preconizado na alínea f) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21/2, pelo que se verifica o cumprimento definido no n.º 1 do art.º 5.º da mesma Lei.

4.9 – INVESTIMENTOS FINANCIADOS PELO PORTUGAL 2020

Das indagações efetuadas e, inclusive, dos mapas a que a equipa de auditoria teve acesso, verificamos que os níveis de execução de projetos de investimento em curso apresentam melhorias face ao período anterior. Contudo, a CIM-TTM tem alguns projetos que foram objeto de reprogramação, pelo que, tal circunstância, tem levado ao pedido de prorrogação de prazos para a finalização dos investimentos que, regra geral, têm sido concedidos.

4.10 – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

- Em síntese, verificámos que a CIM-TTM apresenta equilíbrio ao nível do seu desempenho económico, uma vez que, em relação ao exercício de 2019, os gastos aumentaram € 1.315.966,43 e os rendimentos aumentaram € 1.335.403,25, originando um resultado líquido do exercício de € 229.134,24, o qual teve um acréscimo em relação a 2019 de € 19.436,82 e com os cash-flow (meios libertos) positivos em € 1.130.879,29.

Conclusões

Em nossa opinião, salvo as disposições e considerações constantes na certificação legal das contas e no presente relatório de auditoria, o relatório e contas apresentado pela CIM-TTM apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da CIM-TTM e o resultado das suas operações.

Cumpre-nos ainda agradecer a disponibilidade dos órgãos sociais e dos demais colaboradores da entidade que prestaram sempre a melhor colaboração e facilitaram a execução do nosso trabalho.

Bragança, 12 de maio de 2021

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 -- Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.



RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Ex.^{mo} Membros da Assembleia da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes
Ex.^{mo} Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes

Ex.^{mos} Senhores,

Introdução

1. De acordo com o preceituado na alínea e) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2015, de 03 de setembro, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas, relativo ao exercício findo em **31 de dezembro de 2020**.

Âmbito

2. No âmbito das atribuições estipuladas no referido preceito, relativas aos documentos de prestação de contas do exercício:
 - 2.1. Acompanhámos a atividade da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, tendo recebido do Órgão Executivo e dos responsáveis pela gestão e controlo financeiro da atividade intermunicipal as informações e esclarecimentos solicitados;
 - 2.2. Verificámos a regularidade dos livros e registos contabilísticos neles constantes e a adequabilidade e conformidade dos documentos que lhes serviram de suporte;
 - 2.3. Verificámos o cumprimento das disposições legais aplicáveis à atividade da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, com especial destaque para a Lei n.º 8/2012 e a Lei n.º 73/2013;
 - 2.4. Efetuámos os procedimentos conducentes à obtenção da prova sobre a titularidade dos bens e valores da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, assim como dos valores sob a sua custódia;
 - 2.5. Verificámos a conformidade dos critérios valorimétricos que serviram de base à mensuração dos diferentes elementos do ativo, passivo, gastos e rendimentos com as divulgações feitas no anexo às Demonstrações Financeiras;
 - 2.6. Confirmámos que o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras foram preparados de acordo com os princípios de contabilidade

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- geralmente aceites, constantes do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), à exceção das anotações constantes da certificação legal das contas;
- 2.7. É nossa convicção que os documentos que integram a prestação de contas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, à data do encerramento das contas, sob a condição das limitações e ou desacordos expressos na certificação legal das contas;
- 2.8. É nossa opinião que o Relatório de Gestão está em conformidade com as demonstrações financeiras e que a proposta de aplicação de resultados do Órgão Executivo cumpre os preceitos legais aplicáveis.

Parecer

3. Face ao anteriormente exposto somos de parecer que a Assembleia da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, enquanto Órgão Deliberativo, proceda à apreciação do Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício de 2020, e ainda aos Mapas de Execução Orçamental da Receita e da Despesa, com as ênfases constantes da Certificação Legal das Contas.

Bragança, 12 de maio de 2021

[Handwritten signature of Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues]

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.

